



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
GABINETE DO REITOR

RESOLUÇÃO Nº 50-CONSUP/IFAM, 10 de setembro de 2018.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, neste ato como Presidente do Conselho Superior, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 3º do Art. 10 da Lei Nº 11.892, de 29.12.2008;

CONSIDERANDO a apresentação pela PROEN das Propostas de Reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso Téc. Nível Médio em Informática, na Forma Subsequente campus Maués, Manaus-Centro e Parintins processos nº 23443.020502/2018-81, 23443.020377/2018-17 e 23443.020498/2018-51 respectivamente;

CONSIDERANDO a designação do conselheiro Genivaldo Oliveira da Silva, como relator dos processos acima identificados, itens 1.5.1.34, 1.5.1.35 e 1.5.1.36, que constou na Pauta da 39ª reunião ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 31 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO os Pareceres e Voto do Conselheiro relator, pela Aprovação da Reformulação dos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na Forma Subsequente, *campus* acima mencionados;

CONSIDERANDO a votação dos conselheiros, os Projetos Pedagógicos dos Cursos foram aprovados por unanimidade, de acordo com os Pareceres do relator, em sessão da 39ª Reunião Ordinária do CONSUP realizada em 31 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO o Art. 12, combinado com o inciso X do Art. 42, do Regimento Geral do IFAM, aprovado pela Resolução nº 2, de 28 de março de 2011, e as Recomendações de nº 064, 065 e 066, datadas de 13 de agosto de 2018.

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar, a Reformulação dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme previsto no § 3º do Art. 2º da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, identificados no Art. 2º, desta Resolução.

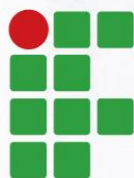
Art. 2º Aprovar os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na Forma Subsequente, oferecido pelos *campus* conforme quadro abaixo especificado:

Denominação do Curso	Matriz Curricular/A no oferta	C.H. das Disciplinas (H)	C.H.do Estágio (H)	Atividades Complementares (H)	C. H. Total (H)
Técnico de Nível Médio em INFORMÁTICA , <i>campus</i> Maués.	2018	1.200	300	100	1.600
Técnico de Nível Médio em INFORMÁTICA , <i>campus</i> Manaus-Centro.	2018	1.200	300	100	1.600
Técnico de Nível Médio em INFORMÁTICA , <i>campus</i> Parintins.	2018	1.200	300	100	1.600

Art. 3º Autorizar, no *campus* Maués, Manaus-Centro e Parintins, a Reformulação dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente, especificados nesta Resolução, a partir do Ano Letivo de 2018.2

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO
Reitor e Presidente do Conselho Superior



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
INFORMÁTICA NA
FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus Manaus Centro

2018

Michel Miguel Elias Temer Lulia
Presidente da República

Rossieli Soares da Silva
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Maria Stela de Vasconcelos Nunes De Mello
Diretor Geral do *Campus* Manaus Centro

Antônio Ferreira Santana Filho
Diretor de Ensino
Campus Manaus Centro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria Nº 1.611 – GAB/DG/IFAM de 04 de dezembro de 2017 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

PRESIDENTE	NEILA BATISTA XAVIER
MEMBROS	EMMERSON SANTA RITA DA SILVA JUCIMAR BRITO DE SOUZA MÁRCIA DA COSTA PIMENTA MARTINS MIRLEM RODRIGUES RIBEIRO PEREIRA ILMA FERREIRA RODRIGUES

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2	JUSTIFICATIVA e histórico	6
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	7
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari	8
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	9
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira	10
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	11
3	OBJETIVOS	13
3.1	OBJETIVO GERAL	13
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	15
4.1	PROCESSO SELETIVO	15
4.2	TRANSFERÊNCIA	16
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	17
5.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	17
5.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	17
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	18
6.1.1	Cidadania	19
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)	20
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática	22
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso	23
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	25

6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais	29
6.3	MATRIZ CURRICULAR	31
6.4	carga horária do curso	34
6.5	Representação gráfica do Perfil de formação	37
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO.....	37
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	41
6.7.1	Atividades complementares.....	42
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado.....	46
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	48
7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	51
7.1	Procedimentos para solicitação	53
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	54
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	57
8.2	NOTAS.....	58
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	59
8.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE	60
8.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	63
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	64
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	67
10.1	BIBLIOTECA.....	67
10.1.1	Histórico e Data de Criação.....	67
10.1.2	Acervo	67
10.1.3	Espaço Físico e Acessibilidade	68
10.1.4	Serviços e Eventos.....	69
10.1.5	Regimento da Biblioteca.....	69
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	70

10.2.1	Infra-Estrutura Física do <i>Campus</i>	70
10.2.2	Ambientes Físicos do <i>Campus</i>	70
10.2.3	Laboratórios de Informática.....	70
10.2.4	Laboratório de Hardware.....	71
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	73
11.1	CORPO DOCENTE	73
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	74
	Referências	78

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Informática
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
EIXO TECNOLÓGICO:	Informação e Comunicação
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno.
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1.200h
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	300h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1600h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	3 semestres
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Semestral
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	<i>Campus</i> Manaus Centro situado na Avenida Sete de Setembro, nº 1975 – Centro, Manaus - Amazonas.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

A elaboração desta proposta de implantação do curso Técnico em Informática, baseada nas novas Diretrizes Curriculares Nacionais, tomou como ponto de partida o mapeamento do setor produtivo de informática na cidade de Manaus, por meio de mesa redonda, realizado mês de Abril e Maio de 2017.

Na mesa redonda organizada pela Instituição em Abril e Maio de 2017, onde reuniu representantes do setor empresarial, setor governamental e professores, discutiu-se o perfil do profissional Técnico em Informática que iria atuar no mercado em Manaus.

Dos debates da mesa redonda, verificou-se a necessidade de uma formação em *software*, suporte ao usuário e redes de computadores, além de relacionar esses conhecimentos técnicos com a formação mais geral, envolvendo questões como cidadania, ética e meio ambiente.

As necessidades quanto à formação do Técnico em Informática, no que diz respeito aos aspectos específicos dessa área, são as mesmas que foram observadas na sondagem de 2014. Os dados obtidos naquele ano estão sistematizados na tabela abaixo.

Quadro 1- Principais atividades de Atuação do Técnico em Informática

PRINCIPAIS ATIVIDADES DE ATUAÇÃO DO TÉCNICO EM INFORMÁTICA	
%	ATIVIDADE
93%	Suporte ao Usuário
87%	Suporte a Redes de Computadores
73%	Manutenção de Computadores
53%	Programação de Computadores
40%	Análise e Projeto de Sistemas

Quadro das atividades mais importantes desenvolvidas pelo Técnico em Informática em Manaus/AM levantadas em pesquisa de mercado de trabalho na área de informática em 2014.

As necessidades técnicas de dez anos atrás permanecem as mesmas, contudo, a elas somam-se a preocupação com a formação de um profissional que deve ir além da mera questão técnica, mas que amplie essa formação incluindo questões que envolvam a cidadania, a ética e o meio ambiente, não só por conta das orientações do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, mas também em virtude das contribuições feitas pela comunidade durante a mesa redonda de 2014, que revelaram as preocupações da sociedade deste final da primeira década do século XXI.

2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga

Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus Coari* (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus Manaus Zona Leste* (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus São Gabriel da Cachoeira* (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendiz de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03

de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

2.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a

fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

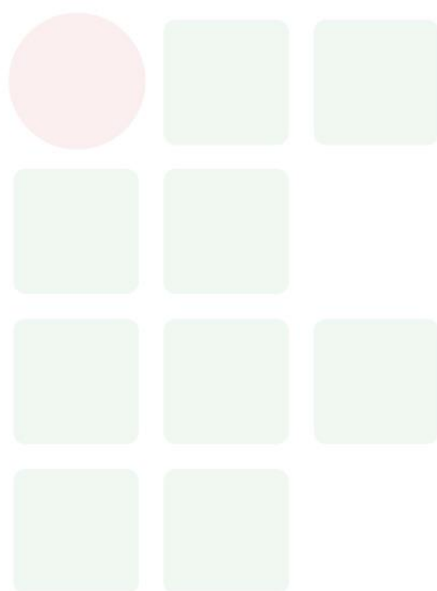
O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.



3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O curso Técnico em Informática tem por objetivo desenvolver programas de computador, seguindo as especificações e paradigmas da lógica e das linguagens de programação. Utiliza ambientes de desenvolvimento de sistemas, sistemas operacionais e banco de dados. Realiza testes de programas de computador, mantendo registros que possibilitem análises e refinamento dos resultados. Executa manutenção de programas de computadores implantados nas mais variadas áreas de atuação no mundo do trabalho como indústria, comércio, serviços, setor público, entre outros.

Este técnico articulará os conhecimentos da área de informática com outros conhecimentos mais gerais, promovendo a formação não só técnica, mas também cidadã.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver senso crítico a partir de conhecimentos técnicos e científicos.
- b) Articular teoria e prática de competências e habilidades relacionadas à implementação e manutenção de sistemas.
- c) Dominar e aplicar conhecimentos capazes de legitimarem a condição de sujeitos críticos, éticos e autônomos.
- d) Realizar atividades de suporte e treinamento a usuários de informática.
- e) Instalar e configurar os componentes e periféricos de computador, sistemas operacionais e aplicativos de forma adequada, garantindo o funcionamento.
- f) Utilizar recursos na operação de aplicativos para automação de escritório e internet.

- g) Desenvolver *softwares* que possibilitem o tratamento automático da informação, integrando banco de dados na modelagem dos sistemas.
- h) Conhecer e aplicar técnicas de análise de sistemas a fim de auxiliar as organizações de controle e gerenciamento na tomada de decisões.
- i) Conhecer e aplicar técnicas de construção de interface homem-máquina, utilizando uma linguagem adequada para melhor utilização da aplicação.
- j) Compreender e conhecer os conceitos que envolvem a comunicação de dados e suas tecnologias, aplicando-os na instalação e administração de redes de computadores.
- k) Conhecer processos administrativos dos sistemas de gestão, garantindo a qualidade dos trabalhos.
- l) Relacionar as atividades de técnico em informática com o meio ambiente, com a ética e com a cidadania.

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Nesta seção apresentamos os pré-requisitos exigidos pela instituição (escolaridade prévia, idade, etc.), ou seja, as condições a serem cumpridas pelo aluno antes do início do curso proposto, incluindo o regime de matrícula.

4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *Campus* Manaus Centro ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão Geral de Gestão de Concursos e Exames – CGGCE, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, classificatório, realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, por meio da Comissão Geral de Gestão de Cursos e Exames – CGGCE, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de

inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames (quando aplicável), critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (*Intercampi*) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Informática é o profissional que instala sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para *desktop* e servidores. Desenvolve e documenta aplicações para *desktop* com acesso a *web* e a banco de dados. Realiza manutenção de computadores de uso geral. Instala e configura redes de computadores locais de pequeno porte.

5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Esse profissional pode atuar na prestação autônoma de serviço e manutenção de informática, em empresas de assistência técnica, em centros públicos de acesso à internet, entre outros.

5.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

Esta seção tem como objetivo apresentar as certificações intermediárias em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo, as possibilidades de formação continuada em cursos de Especialização Técnica de Nível Médio e as possibilidades de verticalização para cursos de graduação, conforme CNCT/3ª Edição 2016:

- Possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo: Administrador de Banco de Dados. Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet. Programador de Sistemas. Instalador e Reparador de Redes de Computadores. Operador de Computador. Montador e Reparador de Computadores.
- Possibilidades de formação continuada em cursos de especialização técnica no itinerário formativo: Especialização técnica em programação *web*. Especialização técnica em banco de dados. Especialização técnica em redes de computadores. Especialização técnica em manutenção de servidores e dispositivos de armazenamento.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular, representada (formatativamente) pela matriz curricular, expressa a semestralidade e a sequência das unidades curriculares, considerando a organicidade, a integração, a contextualização dos conhecimentos, a interdependência entre os temas e a viabilização do desenvolvimento de ações, projetos e pesquisas integrados em um mesmo semestre.

O avanço tecnológico dos processos produtivos é dinâmico e exige constantes revisões nos conteúdos programáticos e nas técnicas de ensino nas escolas profissionais. Estes avanços têm causado grandes impactos não só na organização e na gestão dos processos produtivos, mas também em toda a sociedade. A formação do trabalhador é influenciada por estas mudanças, e o futuro técnico deve estar preparado para se adaptar a essas mudanças.

Promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, faz parte da missão institucional do IFAM. E a presente proposta ajudará na consolidação do cumprimento dessa missão, para vencer os novos desafios impostos para a formação, qualificação e requalificação de alunos do ensino profissional.

Por outro lado, a nova estrutura curricular proposta prevê forma simplificada de entrada e saída do aluno, aproveitando ao máximo a experiência acumulada do estudante e facilitando a troca de informações entre os sistemas formais e informais de ensino e aprendizagem.

A organização da matriz curricular do curso Técnico em Informática está constituída por disciplinas do Núcleo Tecnológico, do Núcleo Básico e do Núcleo Politécnico que possibilitam uma maior compreensão das relações existentes entre os conhecimentos acadêmicos, o mundo do trabalho e contexto histórico e social no qual o futuro técnico em informática está inserido.

6.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos

tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

6.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é

proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

6.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnicidade, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua

integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma

identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

6.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e vigor, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de

carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

6.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas

locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade

intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

6.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta

com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

É fundamental na elaboração do PPC dos cursos subsequentes observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, perpassando por todo currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da

realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o campus se situa.

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução N° 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Respeitados os mínimos

previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

6.2.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de educação a distância, sempre que o Campus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.

- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

Segundo o Decreto Nº 9.057/2017, que atualiza a legislação sobre o tema e regulamenta a Educação à Distância - EaD no país e a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio, a oferta de Ead ocorrerá conforme a sua autonomia e nos termos da legislação em vigor.

Dessa forma, tendo o IFAM polos de educação a distância implantados e notório conhecimento na utilização de EaD, pode-se, a critério do Departamento ou devido a demandas especiais, introduzir na organização pedagógica e curricular 20% da carga horária total do curso (PORTARIA nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016) na modalidade a distância.

Poderão ser ofertadas na modalidade a distância as seguintes disciplinas, desde que a somatória de suas cargas horárias não ultrapassem o que diz o § 1º do Art. 1º da PORTARIA nº 1.134, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016 e a Portaria Nº 18-PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017:

- Português Aplicado
- Inglês Aplicado
- Matemática Aplicada
- Informática Básica
- Fundamentos de Redes de Computadores
- Meio ambiente, Saúde e Segurança
- Projeto Integrador I
- Projeto Integrador II
- Relações Interpessoais e Ética
- Empreendedorismo

Com o intuito de respeitar a Portaria N° 18-PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017, que estabelece as Diretrizes para avaliação, elaboração e/ou revisão de Projeto Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, será ofertada o curso de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem com uma carga horária de 40 horas como curso de extensão.

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo E sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus* Manaus Centro.

6.3 MATRIZ CURRICULAR

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);

- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10//2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);
- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos

instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

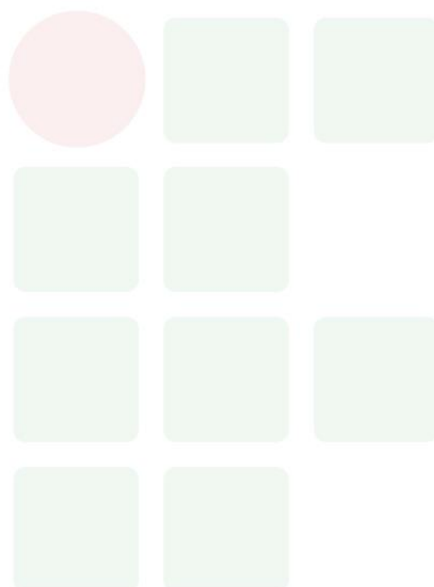
Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Sendo a reformulação e harmonização das matrizes curriculares um objetivo institucional e tendo em vista a possibilidade de migração do estudante da Matriz Curricular antiga para a proposta neste documento, faz-se necessário se estabelecer regras de transição para que não haja prejuízo ao estudante que opte pela migração. Este PPC estabelece, em seu Anexo C estabelece as orientações para o processo de transição e migração curricular.

6.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, conforme Parecer CNE/CEB n.º 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB n.º 06/2012, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária da Formação Profissional	1200h
Carga Horária de Atividades Complementares	100h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT	300h
Carga Horária Total	1600h



Quadro 2 - Matriz Curricular

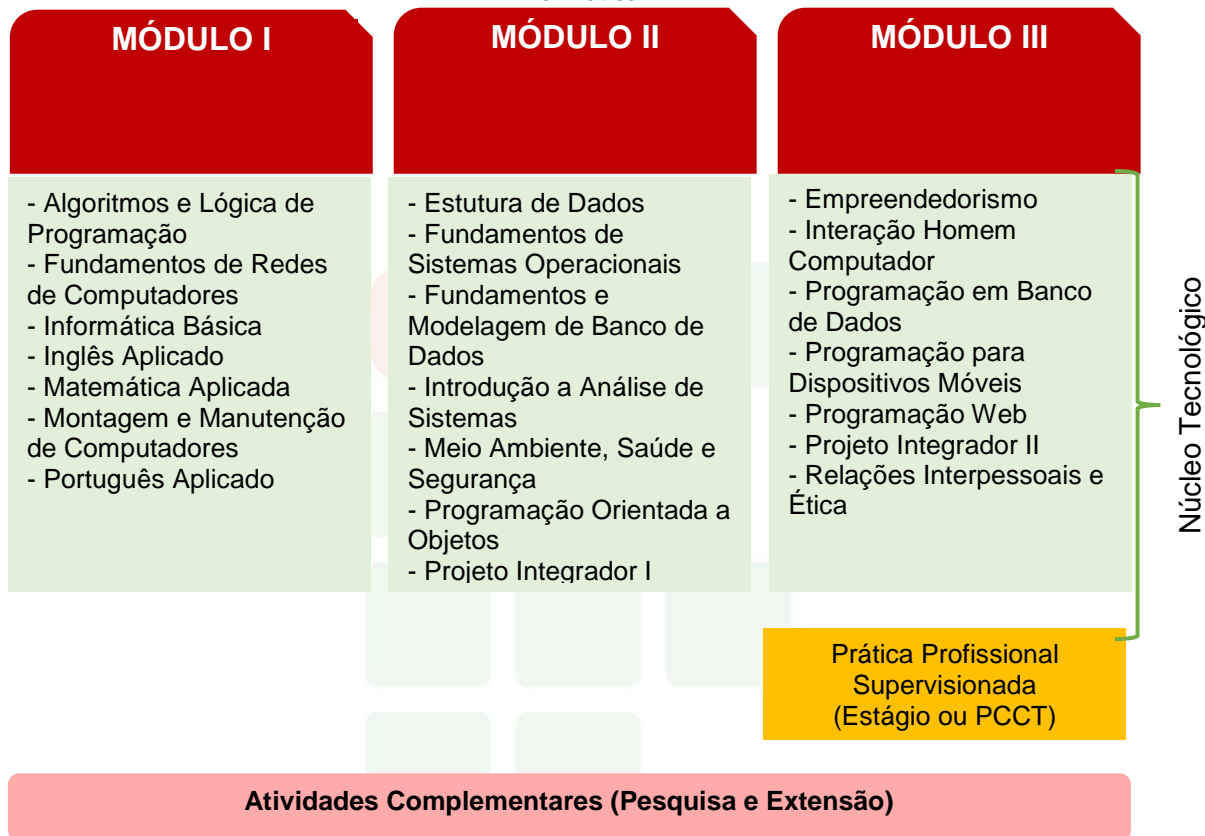
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM Campus Manaus Centro							
EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA							
ANO DE IMPLANTAÇÃO:		FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE			REGIME: SEMESTRAL		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral
			Teórica	Prática	AVA		
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	MÓDULO I	Informática Básica	20	20	-	2	40
		Algoritmos e Lógica de Programação	40	40	-	4	80
		Inglês Aplicado	20	20	-	2	40
		Português Aplicado	20	20	-	2	40
		Montagem e Manutenção de Computadores	40	40	-	4	80
		Matemática Aplicada	20	20	-	2	40
		Fundamentos de Redes de Computadores	40	40	-	4	80
	SUBTOTAL		200	200	-	20	400
	MÓDULO II	Estrutura de Dados	40	40	-	4	80
		Meio Ambiente, Saúde e Segurança	20	20	-	2	40
		Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados	20	20	-	2	40
		Fundamentos de Sistemas Operacionais	20	20	-	2	40
		Programação Orientada a Objetos	40	40	-	4	80
		Introdução a Análise de Sistemas	40	40	-	4	80
		Projeto Integrador I	20	20	-	2	40
	SUBTOTAL		200	200	-	20	400
	MÓDULO III	Relações Interpessoais e Ética	20	20	-	2	40
		Programação para Dispositivos Móveis	40	40	-	4	80
		Programação em Banco de Dados	40	40	-	4	80
		Interação Homem-Computador	20	20	-	2	40
		Programação Web	40	40	-	4	80
Empreendedorismo		20	20	-	2	40	
Projeto Integrador II		20	20	-	2	40	
SUBTOTAL		200	200	-	20	400	
TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL						1200h	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES						100h	
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT						300h	
TOTAL						1600h	

SUBSEQUENTE

6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Esta seção apresenta uma representação gráfica do perfil de formação do curso, o qual tem como objetivo apresentar a estrutura formativa do curso, informando a distribuição de disciplinas de cada semestre/módulo.

Figura 1 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática



Legenda:

- Núcleo Tecnológico
- Prática Profissional
- Atividades Complementares

6.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 3, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec: Núcleo Tecnológico

Quadro 3 - Ementário
EMENTAS

Curso Técnico de Nível Médio em Informática

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Informática Básica	1º	2	40	Tec
EMENTA: Conceitos básicos de software e hardware. Tipos de Softwares. Internet. Correio eletrônico. Editor de textos. Editor de Planilha eletrônica. Editor de apresentação de slides.				
Algoritmo e Lógica de Programação	1º	4	80	Tec
EMENTA: Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeias de caracteres. Modularização. Mecanismos de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.				
Montagem e Manutenção de Computadores	1º	4	80	Tec
EMENTA: Montagem e configuração de um computador abordando da instalação da placa-mãe até a verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização, manuseio com HD, CD-ROM, processadores, memórias e dispositivos de entrada e saída.				
Fundamentos de Redes de Computadores	1º	4	80	Tec
EMENTA: Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de				

protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e transporte. O endereçamento na camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.				
Inglês Aplicado	1º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Leitura e compreensão de textos técnico-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.</p>				
Português Aplicado	1º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Leitura, análise e produção textual. Conceitos linguísticos: variedade linguística, linguagem falada e linguagem escrita, níveis de linguagem. Habilidades linguísticas básicas de produção textual oral e escrita. A argumentação oral e escrita. Habilidades básicas de produção textual. Análise linguística da produção textual. Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto.</p>				
Matemática Aplicada	1º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Operações básicas de matemática. Sistemas de numeração. Raciocínio lógico matemático.</p>				
Estrutura de Dados	2º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das estruturas em uma linguagem de programação.</p>				
Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de dados.</p>				
Fundamentos de Sistemas Operacionais	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Histórico; Classificação; Estrutura dos S.O.; Mono e multiprogramação; Processos; Técnicas de escalonamento de processos; Sincronização de processos; Threads; Gerência de memória em sistemas multiprogramados; Técnicas de gerência de memória real; Técnicas de gerência de memória virtual: paginação e segmentação; Sistemas de arquivos; Sistemas de E/S; Estudo de um sistema operacional real.</p>				

Programação Orientada a Objetos	2º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introduzir o paradigma de Programação Orientada a Objetos (OO), juntamente com seus conceitos de classes, objetos, herança, encapsulamento e polimorfismo, além dos conceitos de Interfaces e exceções que são inerentes às linguagens de programação orientadas a objetos. Padrões de Projetos. Implementação utilizando linguagem de programação orientada a objetos.</p>				
Introdução a Análise de Sistemas	2º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de levantamento de dados, modelos e modelagem, desenvolvimento e estudo de caso.</p>				
Meio Ambiente, Saúde e Segurança	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Definições. Evolução Histórica. A consciência ambiental. Sustentabilidade; A sociedade; Impactos ambientais; Poluição do solo; Poluição das águas; Defesa do meio ambiente; Estocolmo 72; Modelo consumista de desenvolvimento; Legislação Ambiental; Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária, Noções de Normas Regulamentadoras, Acidentes, Riscos Ambientais.</p>				
Projeto Integrador I	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Métodos e técnicas de pesquisa. Elaboração e apresentação do trabalho técnico-científico. Principais normas dos trabalhos acadêmicos, conforme as normas vigentes da ABNT. Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.</p>				
Programação para Dispositivos Móveis	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Características dos dispositivos móveis; Arquiteturas de aplicação móvel; Infraestrutura móvel; Projeto de interfaces para dispositivos móveis; Programação de aplicações para clientes móveis; Transferência de dados cliente-servidor.</p>				
Programação em Banco de Dados	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Projeto de implementação de Banco de Dados. Utilização e aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.</p>				
Interação Homem Computador	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Fatores humanos em software interativo. Padrões e estilos de interação. Atributos</p>				

de qualidade em IHC. Métodos e técnicas de análise, projeto, implementação e avaliação em IHC.				
Programação Web	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à Web. O modelo cliente e servidor. O protocolo HTTP e sua relação com a Web. Arquiteturas de desenvolvimento de aplicações para Web. Tecnologias de programação de aplicações para Web. Desenvolvimento de uma aplicação Web utilizando linguagens de programação e ambiente de desenvolvimento de software/sistema para Web.</p>				
Relações Interpessoais e Ética	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.</p>				
Empreendedorismo	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Visão geral sobre empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócio. Empreendimentos de base tecnológica. Plano de negócios. Ferramentas de Planos de Negócios.</p>				
Projeto Integrador II	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.</p>				

6.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos

e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução Nº. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 300 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

6.7.1 Atividades complementares

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à

inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Coordenação do curso e equipe pedagógica.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no Quadro 4. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações realizadas foram relativas as diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente.

Quadro 4 - Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro. 10 (dez) horas por trabalho apresentado. 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga

		horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	<p>4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador).</p> <p>3 (três) horas por participação em peça de teatro.</p> <p>3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema</p>	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	<p>20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica.</p> <p>60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.</p> <p>60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor.</p> <p>30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.</p>	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.
Participação em comissão organizadora de evento técnico-	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou

científico previamente autorizado pela coordenação do curso.		coordenação do curso com a respectiva carga horária.
--------------------------------------------------------------	--	------------------------------------------------------

6.7.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Setor de Estágio e Egresso ligado a Coordenação de Extensão do *Campus* Manaus Centro fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 300 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e

ocorrerá a partir do 2º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com à área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente e mesmo após a conclusão das disciplinas regulares, desde que o discente encontre-se dentro do tempo de integralização total do curso, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada. O discente/estagiário será aprovado mediante parecer emitido pelo professor supervisor.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não nesse plano de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las. As solicitações para realizar estágio ou projeto que estiverem fora dos prazos e condições estabelecidas neste Projeto Pedagógico de Curso serão deliberadas pela Diretoria de Relações Empresariais e

Comunitárias-DIREC com base nas Legislações de Estágio citadas acima com anuência da Direção de Ensino do *Campus* Manaus Centro.

6.7.2.1 *Aproveitamento Profissional*

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, o aproveitamento profissional terá carga horária de 300 horas e será avaliado por meio do Relatório Final, devendo estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las.

6.7.3 **Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT**

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM *Campus* Manaus Centro. Poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 2º semestre do curso e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados

deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

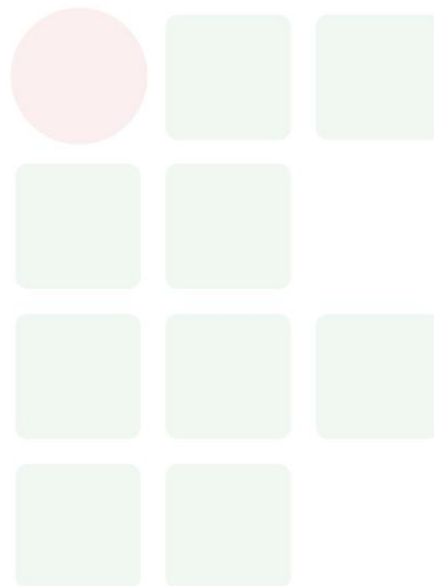
Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária de 300 horas, podendo ser aplicadas da seguinte forma: 20 (vinte) horas presenciais e 280 (duzentos e oitenta) horas dedicadas à livre pesquisa.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *Campus*.

O IFAM *Campus* Manaus Centro não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou co-orientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda,

para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM *Campus* Manaus Centro disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.



7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á de conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da

Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

7.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

- I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

- I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;
- II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Informática segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e

aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo

mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência

e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

8.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

8.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

8.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

- I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;
- IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;
- V – serviço à Justiça Eleitoral;
- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Cíveis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
- VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
- IX – doação de sangue;

- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

8.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a

75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) < 5,0 e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) ≥ 6,0 e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

8.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

9 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

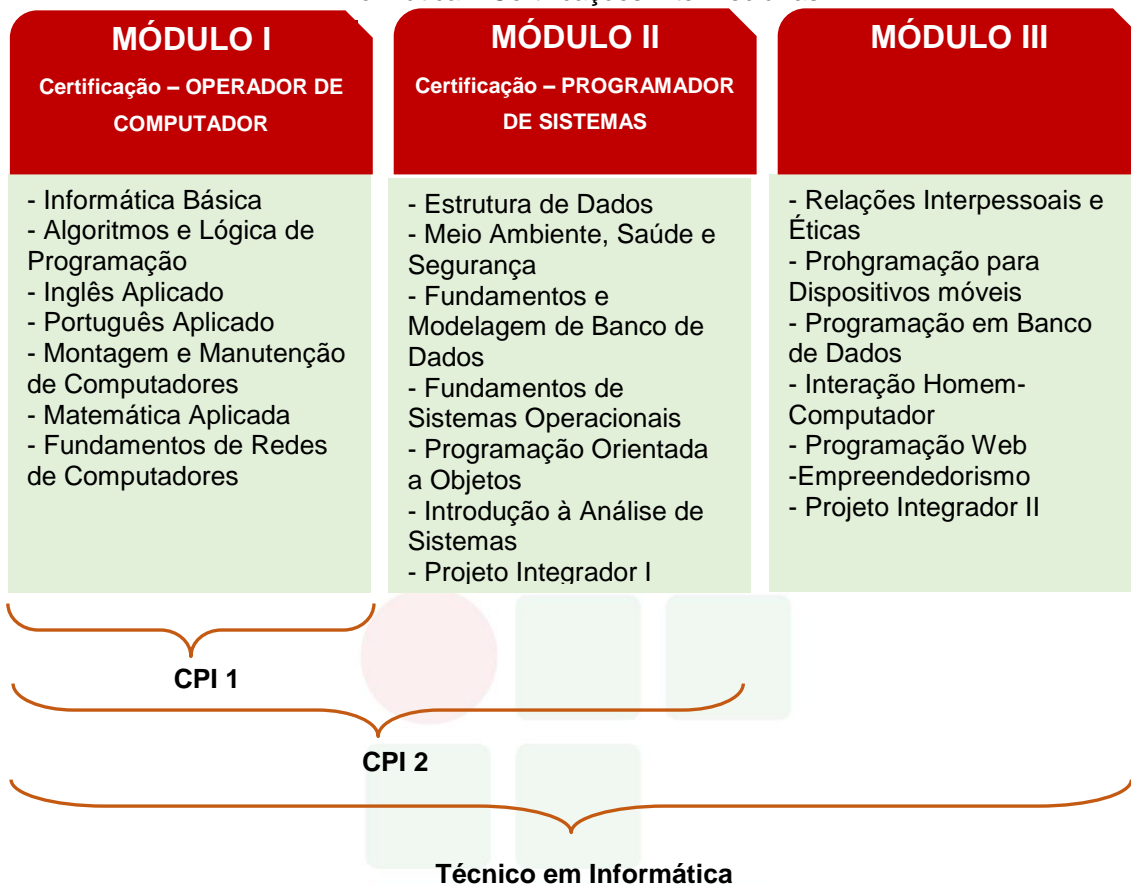
O Decreto Federal nº 2.208/97, ao regulamentar os artigos 39 a 42 (Capítulo III do Título V) e o § 2º do artigo 36 da Lei Federal nº 9.394/96, configurou três níveis de educação profissional: básico, técnico e tecnológico, com objetivos de formar profissionais, qualificar, reprofissionalizar, especializar, aperfeiçoar e atualizar os trabalhadores em seus conhecimentos tecnológicos visando sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho.

Tendo em vista a organização em módulos (Lei Federal nº 9.394/96 - Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) do curso Técnico Subsequente em Informática, o mesmo possui caráter de terminalidade com o efeito de qualificação profissional, concedendo o direito, ao final de cada módulo, a certificação intermediária conforme estabelecido pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - O CNCT (Resolução CNE/CEB no 1, de 5 de dezembro de 2014, com base no Parecer CNE/CEB no 8, de 9 de outubro de 2014) e por esse Projeto Pedagógico.

Desa forma, as certificações intermediárias serão concedidas ao final da conclusão e aproveitamento de todas as disciplinas de cada módulo, conforme apresentado na Figura 02.

- **Certificação Profissional – Operador de Computador**
 - Requisitos: Integralização dos componentes curriculares do Módulo I
- **Certificação Profissional – Programador de Sistemas**
 - Requisitos: Integralização dos componentes curriculares do Módulo I e do Módulo II.

Figura 2 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática – Certificações Intermediárias



Em que:

CP 1 – Certificação Profissional como Operador de Computador (Conclusão e aproveitamento de todos os componentes Curriculares dos módulos I)

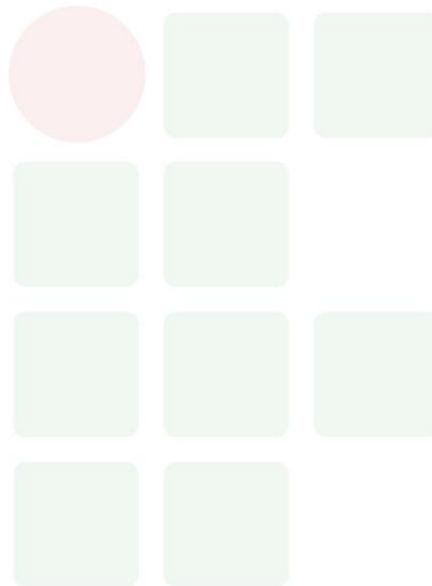
CP 2 – Certificação Profissional como Programador de Sistemas (Conclusão e aproveitamento de todos os componentes Curriculares dos módulos I e II)

Técnico em Informática: Conclusão e aproveitamento de todos os componentes curriculares dos 3 módulos + Atividades Complementares + Estágio Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico.

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Informática pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso (Módulo I, Módulo II e Módulo III), integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.



10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

A seguir apresentamos os recursos que a Instituição oferece para a comunidade acadêmica.

10.1 BIBLIOTECA

10.1.1 Histórico e Data de Criação

Em 03 de outubro de 1935, ocorreu a criação da biblioteca escolar na gestão do então diretor Professor Luiz Paulo Sarmento. Em 1981, a Biblioteca não atendia às necessidades da clientela escolar então construiu-se um novo pavilhão e foi oficialmente reinaugurada a nova Biblioteca, agora com a denominação de Biblioteca Paulo Sarmento, em justa homenagem ao seu idealizador e fundador.

Em 2002, foi apresentada aos parlamentares da Bancada do Amazonas no Congresso Nacional uma proposta de emenda ao orçamento do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), visando a construção de um Centro de Documentação e Informação. O projeto elaborado tratava-se de uma obra concebida dentro dos novos e modernos conceitos de Biblioteca.

No dia 11 de dezembro de 2006, ocorreu o Ato Solene de Inauguração do um novo prédio, dessa forma, a antiga biblioteca Professor Paulo Sarmento deu lugar ao Centro de Documentação e Informação—CDI, que dispõe de um amplo espaço físico, acessível aos alunos e servidores.

10.1.2 Acervo

O acervo do CDI é informatizado e o modo de empréstimo aos usuário da Biblioteca é presencial, sendo que o limite de empréstimo é de 4 volumes por usuário, por até 7 dias para livros, e 2 volumes por usuário, por até 2 dias para revistas e CDs. Com base nos dados de Dezembro/2017, o CDI possui periódicos (total 4.861 exemplares, dentre eles revistas em Braille), livros (total

de 29.479 exemplares), mídias eletrônicas (total de 658 exemplares, dentre eles audiolivros) e produções acadêmicas (total de 1.142 títulos).

O IFAM dispõe de um Repositório Institucional, criado por meio da Resolução N° 62-CONSUP/IFAM, de 13 de novembro de 2017, que Institui o Repositório Institucional e estabelece a Política de Informação técnica e científica do Repositório Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

O ambiente de submissões para dissertações do Repositório Institucional do IFAM foi disponibilizado e por decisão do Comitê Gestor do RI as submissões iniciaram pelas dissertações dos mestrados do IFAM. Considerando que os mestrados existentes no IFAM fazem parte do Campus Manaus Centro, as atividades de depósitos na Biblioteca foram iniciadas no dia 14 de março de 2018, juntamente com seus produtos educacionais.

A aquisição de novos exemplares ocorre por meio de compras, doações e permutas. As compras são realizadas com base nos PPCs dos cursos ofertados pelo *campus*, por meio da indicação dos coordenadores de curso ou de acordo com as necessidades dos usuários. Os critérios são baseados na relevância da obra para a comunidade acadêmica, estado físico, se é uma obra rara, entre outros.

Para manter a divulgação a respeito dos livros adquiridos recentemente, a comunidade acadêmica tem a disposição o informativo “Novas Aquisições”, no qual está organizado em imagem da capa, título, resumo, número de chamada, código do livro e o número de tomo da obra. O informativo está disponível aos usuários, em formato digital, na página da Biblioteca no Portal do *Campus* Manaus Centro, no item Novas Aquisições, pelo endereço eletrônico endereço: <http://www2.ifam.edu.br/campus/cmc/sistemas/biblioteca>.

10.1.3 Espaço Físico e Acessibilidade

- Área construída: 2.563,64m²
- Administração (m²): 19,88m²
- Processamento técnico (m²): 15,93m²
- Usuários (m²): 360,80m²
- Acervo (m²): 520,32m²

- Nº de assentos: 274
- Cabines individuais: 27

O Centro de Documentação e Informação oferece condições de acessibilidade com atendentes treinados na Língua Brasileira de Sinais – Libras, banheiros adaptados, entrada/saída com dimensionamento adequado para cadeirantes, elevador e rampa de acesso com corrimão. As estantes do acervo e o nome da Biblioteca são identificados em Braille.

10.1.4 Serviços e Eventos

O Centro de Documentação e Informação durante o ano letivo promove eventos e serviços para a comunidade acadêmica, como exibição de filmes; acesso a fontes de informação diversificadas que respaldem as atividades de ensino pesquisa, extensão, administração e de lazer; empréstimo/devolução, renovação e reserva de recursos informacionais; acesso individualizado *online* ao usuário cadastrado para realização de renovações, reservas, consultas referentes a seus empréstimos e débitos; acesso à Internet via Wi-Fi (wireless); orientação para o acesso e o uso dos recursos informacionais disponíveis; acesso ao Portal de Periódicos da CAPES; acesso à base da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para visualização de normas técnicas; orientação para a normalização de trabalhos acadêmicos conforme as normas da ABNT; treinamentos para capacitação de usuários; levantamento bibliográfico; visitas orientadas (com prévio agendamento na biblioteca); catalogação na fonte - ficha catalográfica de produtos editoriais do IFAM e da produção acadêmica via *online*; catálogo *online* de Periódicos de Acesso Aberto; guarda-volumes; serviço de alerta sobre novas aquisições; disponibilização de espaço físico para a realização de exposições e eventos culturais; e Repositório Institucional.

10.1.5 Regimento da Biblioteca

No presente momento de elaboração deste projeto, os regulamentos que norteiam as atividades da Biblioteca do CDI são:

- Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas (Resolução n. 31 CONSUP/IFAM de 23/06/2017);

- Regulamento interno das bibliotecas do IFAM (Resolução n. 46 CONSUP/IFAM DE 13 de julho de 2015).

10.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Esta seção apresenta a infra-estrutura, espaços utilizados para aprendizagem e laboratórios utilizados pelo Técnico de Nível Médio em Informática do *Campus* Manaus Centro.

10.2.1 Infra-Estrutura Física do *Campus*

DESCRIÇÃO DAS ÁREAS – (m ²)	ÁREAS – (m ²)
TERRENO	25.568
CONSTRUÍDA	42.445
NÃO CONSTRUÍDA	2.744

Fonte : DAP/COPI

10.2.2 Ambientes Físicos do *Campus*

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
SALA DE AULA	32
SALA DE DESENHO	3
SALA ESPECIAL	11
LABORATÓRIO	48
AUDITÓRIO	1
MINI-AUDITÓRIO	2
BIBLIOTECA	1
QUADRA POLIESPORTIVA	3
GINÁSIO COBERTO	1
PISCINA SEMI-OLÍMPICA	1
PISCINA SEMI-OLÍMPICA	1

Fonte : DAP/COPI

10.2.3 Laboratórios de Informática

LABORATÓRIO	ITEM	MODELO	MARCA	QUANTIDADE
Lab I	Microcomputador	Lenovo – A47	IBM	21

Lab II	Microcomputador	i915Ga.EFRII	Aopen	21
Lab III	Microcomputador	GA-945GCM-S2L	Gigabyte	21
Lab IV	Microcomputador	i915Ga.EFRII	Aopen	21
Lab IX	Microcomputador	i915Ga.EFRII	Aopen	26

10.2.4 Laboratório de Hardware

10.2.4.1 Gabinetes

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Gabinete Mini-torre sem tampa (AT 200 W)	04
02	Gabinete Mini-torre sem tampa (AT 230 W)	03
03	Gabinete Mini-torre sem tampa (AT 300 W)	03
04	Gabinete Mini-torre sem tampa e sem fonte	05

10.2.4.2 Monitores de Vídeo

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	UIS – 14 polegadas	12
02	Techmedia – 14 polegadas	05
03	Goldstar – 14 polegadas	01
04	Arche – 14 polegadas	01
05	Samtron – 14 polegadas	01

10.2.4.1 Hard Disk Drive

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	SEAGATE – 1,7 GB	03
02	SEAGATE – 1,2 GB	03
03	QUANTUM – 810 MB	01
04	FUJITSU – 1,7 GB	02
05	QUANTUM – 640 MB	03
06	WESTERN DIGITAL – 2,5 GB	01
07	MAXTOR – 1,0 GB	01
08	QUANTUM – 640 MB	01
09	QUANTUM – 810 MB	01
10	QUANTUM – 810 MB	01
11	FUJITSU – 1,7 GB	01

10.2.4.1 Mother Board

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	VX PRO II REV: 3.0	05
02	INTEL PCI Set (V. 5.0)	02
03	INTEL (V. 5.6)	03
04	VX PRO II REV: 3.0	02
05	TX 98 – 3D REV: 1.20	02
06	INTEL V5.6	02
07	INTEL REV: 1.2	01
08	INTEL V5.0	03
09	M 396F V2.6 (AMD 386 SX-40)	01
10	M 396F V2.2 (AMD 386 SX-40)	01
11	TD 60C (INTEL 286 – 25)	01
12	M 326 V5.2 (para 386 DX)	01
13	M 326 V5.5 (para 386 DX)	01
14	M 21 94V-0 (para Pentium)	01
15	M 321 REV: 3.1 (AMD 386 DX-40)	01
16	8517 REV: 2.1 (AMD 386 SX-33)	01

11 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

11.1 CORPO DOCENTE

O *Campus* Manaus Centro conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

O Quadro 5 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 5 - Corpo Docente

Professor de	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Informação e Comunicação (Informática)	Fabiano Stingelim Cardoso	Bacharel em Sistemas de Informação	DE
	Joyce Miranda dos Santos	Bacharel em Sistemas de Informação	DE
	Jorlene de Souza Marques	Bacharel em Processamento de Dados	DE
	João Guilherme de Moraes Silva	Bacharel em Processamento de Dados	40
	Mayara Letícia Paiva Magalhães	Licenciatura em Letras	DE
	Marcelo Chamy Machado	Bacharel em Processamento de Dados	40
	Miguel Bonafé Barbosa	Bacharel em Processamento de Dados	40
	Mirlem Rodrigues Ribeiro Pereira	Bacharel em Processamento de Dados	DE
	Ricardo dos Santos Câmara	Análise e Desenvolvimento de Sistemas	20

	Rogério Luiz Araújo Carminé	Bacharel em Processamento de Dados	20
	Sérgio Augusto C. Bezerra	Bacharel em Processamento de Dados	DE
Matemática Aplicada	Judimar Carvalho Botelho	Licenciatura em Matemática	DE
Inglês Aplicado	Mayara Letícia Paiva Magalhães	Licenciatura em Letras	DE
Português Aplicado	Washington Luiz Alves da Silva	Licenciatura em Letras	DE
Meio Ambiente, Saúde e Segurança	Nidianne Nascimento Vilhena	Engenharia de Produção	DE
Empreendedorismo / Relações Interpessoais e Ética	Valclides Kid Fernandes dos Santos	Administração	DE

11.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 6 - Corpo Técnico Administrativo

Cargo/Função	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Assistente de Aluno	Cláudia do Nascimento Macedo	Graduada em Turismo	40h
	David Gonçalves Gatenha Neto	Pedagogo	40h
	Flávio Gonçalves de Oliveira Júnior	Ensino Médio	40h
	Helton José Barbosa Loureiro Praia	Ensino Médio	40h
	João Victor Loyola Fonseca Marques	Ensino Médio	40h

	Maria Lúcia Lopes de Souza	Especialista em Educação	40h
	Marli Cardoso Castro	Especialista em Gestão Pública	40h
	Nelma Loureiro Pereira	Mestre em Ensino Tecnológico	40h
	Paulo Leopoldo Nunes da Cunha	Ensino Médio	40h
	Rafaela Di Paula Lira Bomfim	Mestre em Diversidade Biológica	40h
	Rebson Bernardo de Souza	Engenheiro Civil	40h
Pedagogo – Departamento	Adriana Neves de Almeida	Mestre em Ensino Híbrido	40h
	Ilma Ferreira Rodrigues	Graduada em Pedagogia	40 h
Técnico em Assuntos Educacionais - DIREN	Allan Negreiros Cardoso	Graduado em Licenciatura em Matemática	40h
Bibliotecários	Layde Dayelle dos Santos Queiroz	Graduada em Biblioteconomia	40h
	Márcia Cristina Auzier Portilho	Graduada em Biblioteconomia	40h
	Mirlândia Regina Amazonas Passos	Graduada em Biblioteconomia	40h
	Felipe Magno Silva Pires	Graduado em Biblioteconomia	40h
	Odimar José Ferreira Porto	Graduado em Biblioteconomia	40h
	Regina Lúcia Azevedo de Albuquerque	Graduada em Biblioteconomia	40h
Auxiliar de Biblioteca	Bruno de Lima Barbosa	Graduado em Gestão Pública	40h

	Lucas da Costa Santos	Graduado em Ciência da Computação	40h
	Luna Príncipe	Graduada em Design Gráfico	40h
	Helaine Helena Silva Cavalcante Suassuna	Ensino Médio	40h
Administrador	Mauro Cid Nascimento	Graduado em Administração	40h
Assistente em Administração – Departamento	Eline da Rocha Costa	Especialista em Gestão Pública	40h
Auxiliar em Administração – Departamento	Janduy Medeiros Neto	Graduado em Direito	40h
Contador	Paulo Rodrigues de Souza	Graduado em Contabilidade	40h
Técnico em Contabilidade	Leonardo Toledo de Siqueira	Graduado em Ciências Contábeis	40h
	Adilson Tessmann Muller	Tecnólogo em Logística	40h
Secretário Executivo	Marcelo Lucero Barboza	Graduação em Letras	40h
Técnico de Laboratório – área Informática - Departamento	José Benedito dos Reis Fernandes	Técnico em Informática	40h
Enfermeiro	Patrícia Mendes Braga	Graduada em Enfermagem	40h
Técnica em Enfermagem	Jean Harraquian B Kiss	Graduada em Enfermagem	40h
	Dieny da Silva Lira	Graduada em Enfermagem	40h
Auxiliar em	Maria Josefina Goes	Graduada em	40h

Enfermagem	Gomes	Pedagogia	
Nutricionista	Roberta Flores Marquezin Fragas	Graduada em Nutrição	40h
Odontólogo	Pérola Teixeira de Lima Bezerra	Graduada em Odontologia	40h
	Geraldo Celso da Silva Onety	Graduado em Odontologia	30h
Médico	Alice Carvalho do Nascimento	Graduada em Medicina	40h
	Donn Thell Frewyd Sawntzy Júnior	Graduado em Medicina	40h
	Ellysson Oliveira Abinader	Graduado em Medicina	20h
	Marina Valente Maia	Graduada em Medicina	20h

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3ª edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

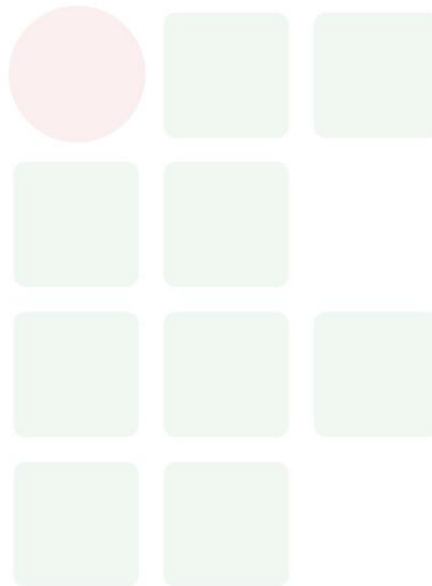
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

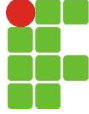
VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES



APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Informática Básica				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
1º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Conceitos básicos de software e hardware. Tipos de Softwares. Internet. Correio eletrônico. Editor de textos. Editor de Planilha eletrônica. Editor de apresentação de slides.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Todas as disciplinas: Nos assuntos de Internet, Editor de Texto e Editor de Slides é possível ensinar o uso dessas ferramentas utilizando como tema conteúdos de qualquer disciplina. 2. Matemática: Planilha Eletrônica. 					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver a capacidade de interação dos alunos ao universo computacional por meio da utilização de sistemas operacionais e de softwares utilitários.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Capacitar o aluno com conhecimentos básicos de hardware e software. 2. Capacitar o aluno na utilização e edição de documentos em um editor de texto, planilha e apresentação de slides. 3. Conhecer os conceitos básicos da Internet, bem como, dispor de conhecimento suficiente para acessá-la, transferir arquivos e programas, enviar e receber e-mail e pesquisar em sites de busca. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Tipos de Computadores 1.2. Conceitos Básicos de Componentes de Computadores 1.3. Sistema Operacional e seus Conceitos Básicos 1.4. Principais tipos de Hardware e Softwares 2. INTERNET E CORREIO ELETRÔNICO 					

- 2.1. História e conceito de Internet
- 2.2. Navegadores
- 2.3. Ferramentas de Busca e Modos de Realização de Busca
- 2.4. E-mail
- 2.5. Computação em Nuvem

3. EDITOR DE TEXTO
 - 3.1. Visão geral de editores de texto
 - 3.2. Abas e/ou Menus
 - 3.3. Modos de Visualizações um Documento
 - 3.4. Criar um Documento Novo
 - 3.5. Salvar e Abrir um documento
 - 3.6. Impressão
 - 3.7. Modos de Seleção de Texto
 - 3.8. Formatações de Fonte
 - 3.9. Formatações de Parágrafo
 - 3.10. Revisão da Ortografia e Gramática
 - 3.11. Imagem
 - 3.12. Tabelas
 - 3.13. Formatações de Estilo
 - 3.14. Quebras de Páginas e de Seção
 - 3.15. Cabeçalho e/ou Rodapé
 - 3.16. Número de Páginas
 - 3.17. Sumário

4. EDITOR DE PLANILHA
 - 4.1. Visão Geral dos programas de edição de planilha
 - 4.2. Guias de planilha e seu Gerenciamento (Criar, Editar, Excluir e Mover)
 - 4.3. Salvar e Abrir Documento
 - 4.4. Inserção de linhas e colunas
 - 4.5. Formatação de células: Fonte, Alinhamento e Números
 - 4.6. Formatação condicional
 - 4.7. Operadores e funções
 - 4.8. Classificação de Dados
 - 4.9. Filtro e Auto Filtro
 - 4.10. Gráficos
 - 4.11. Impressão, cabeçalho e rodapé

5. EDITOR DE APRESENTAÇÃO DE SLIDES
 - 5.1. Visão geral do programa de edição de slides
 - 5.2. Modos de Visualizações de um Slide
 - 5.3. Salvar e Abrir Documento
 - 5.4. Criar um Documento Novo (Slides)
 - 5.5. Formatação de slide
 - 5.6. Formatação de Design

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

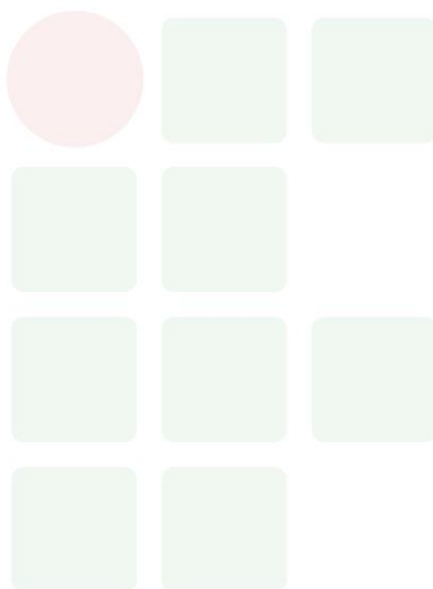
- VELOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos**. 9ª ed Rio de Janeiro: Campus, 2014. ISBN: 9788535277906
- MANZANO, A. L. G. **Estudo dirigido de informática básica**. 7 ed São Paulo: Érica, 2007. ISBN: 9788536501284
- MARÇULA, M. **Informática: conceitos e aplicações**. 4 ed São Paulo: Érica, 2013. ISBN: 9788536500539

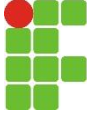
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABDALLA, S. L. **Informática para concursos públicos**. São Paulo: Saraiva, 2012.
FUSTINONI, D. F. R.. **Informática básica para o ensino técnico profissionalizante**. Brasília/DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.
SILVA, Felix de Sena. **Word 2013 Básico: para pessoas com deficiência visual: educação profissional**. Osasco: Fundação Bradesco, 2016.
SATIN, H.; Fioravanti, A. . **Informática para concursos**. 3ª Edição, Editora Foco Jurídico, 2018.
VELLOSO, F. C. **Informática - Conceitos Básicos**. 10ª Ed. Editora Campus, 2017.


ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

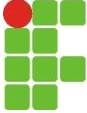


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Algoritmo e Lógica de Programação					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	40	40	-	4	80	
EMENTA						
Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeias de caracteres. Modularização. Mecanismos de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
As mais diversas disciplinas do currículo podem ser integradas a soluções de software, possibilitando a interdisciplinaridade.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Proporcionar o contato com os principais conceitos de Lógica de Programação, identificando e desenvolvendo modelos matemáticos para resolução de problemas através da implementação e consolidação da lógica algorítmica.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Desenvolver raciocínio lógico. 2. Resolver problemas utilizando linguagem de descrição narrativa, fluxogramas e pseudo linguagem. 3. Implementar algoritmos utilizando a linguagem de programação estruturada.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Noções de Raciocínio Lógico 2. Noção de algoritmo 3. Estrutura de um programa 4. Representação da Informação: 4.1. Tipos primitivos: Constantes e variáveis; formação de identificadores; declaração de variáveis. 4.2. Comentários. 4.3. Comando de atribuição; 4.4. Expressões aritméticas; operadores aritméticos; funções matemáticas; precedência de operadores.						


<p>4.5. Expressões lógicas; operadores relacionais; operadores lógicos tabela-verdade; precedência de operadores.</p> <p>4.6. Blocos</p> <p>5. Entrada e saída de dados.</p> <p>6. Estruturas e comandos de seleção simples e composta.</p> <p>7. Estrutura e comandos de repetição.</p> <p>8. Estruturas de controle:</p> <p>8.1. Sequencial;</p> <p>8.2. Seleção;</p> <p>8.3. Repetição.</p> <p>9. Modularização: conceitos; refinamento; funções e procedimentos; variáveis públicas e locais; parâmetros.</p> <p>10. Implementação de algoritmos em uma linguagem de programação estruturada.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. Lógica de Programação: A construção de algoritmos e estruturas de dados. 3ª ed. São Paulo: Makron Books, 2005.</p> <p>MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: Lógica Para Desenvolvimento de Programação de Computadores. 26ª ed. São Paulo: Erica, 2010.</p> <p>XAVIER, Gley F. C. Lógica de Programação. 12ª ed São Paulo: Senac, 2011.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BARRY, P.; GRIFFITHS, D. Use a cabeça: Programação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084730.</p> <p>MENEZES, Nilo Ney C. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e lógica de programação para iniciantes. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.</p> <p>DEITEL, P. DEITEL, H. C: como programar. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. ISBN: 9788576059349.</p> <p>VAREJÃO, Flavio Miguel. Introdução à programação: Uma Nova Abordagem Usando C. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.</p> <p>SOUZA, João. Lógica Para Ciência da Computação e Áreas Afins. 3. ed. Rio de Janeiro, Campus, 2014. ISBN: 9788535278248.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Montagem e Manutenção de Computadores					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	40	40	-	4	80	
EMENTA						
Montagem e configuração de um computador abordando da instalação da placa-mãe até a verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização, manuseio com HD, CD-ROM, processadores, memórias e dispositivos de entrada e saída.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
A disciplina tem integração com Informática Básica e Redes de Computadores.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Compreender detalhes dos componentes físicos dos microcomputadores, com vista a uma utilização e manutenção mais eficientes.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Realizar manutenções preventiva e corretivas em microcomputadores. 2. Compreender a necessidade de atuação profissional de acordo com as normas.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Conceitos Básicos 1.1. Conceito básico sobre arquitetura do microcomputador. 1.2. Uma visão sobre Hardware (dispositivos de entrada e saída). 1.3. Fundamentos de Software. 1.4. Sistema binário aplicado a computação. 1.5. Representação e unidade da informação. 1.6. Conexões externas (interface / portas) do computador. 2. Principais Componentes 2.1. Conceito básico sobre energia eletrostática. 2.2. Fundamentos sobre os principais componentes. 2.2.1. Placa mãe. 2.2.2. CPU.						

<ul style="list-style-type: none"> 2.2.3. Memórias (permanente e temporária). 2.2.4. Fonte de alimentação do computador. 2.2.5. HD, CD/DVD. 2.2.6. Barramentos. 2.2.7. Chipset. 2.2.8. BIOS. 2.2.9. Sequência de boot. 2.2.10. Outros componentes pertinentes. <p>3. Montagem, instalação e configuração</p> <ul style="list-style-type: none"> 3.1. Montagem e instalação. <ul style="list-style-type: none"> 3.1.1. Placa mãe. 3.1.2. CPU. 3.1.3. Memórias (permanente e temporária). 3.1.4. Fonte de alimentação do computador. 3.1.5. HD, CD/DVD. 3.1.6. Painel frontal. 3.1.7. Conexões de cabos. 3.1.8. Outros componentes relevantes. 3.2. Fundamentos de Firmware, software da BIOS. 3.3. Configuração de Setup.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>PAIXÃO, Renato Rodrigues. Montagem e configuração de computadores: guia prático. 1ª ed. São Paulo: Érica, 2010. ISBN 9788536503196.</p> <p>TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. Organização Estruturada de Computadores. 5ª ed. São Paulo: Pearson, 2014. ISBN: 9788581435398.</p> <p>STALLINGS, Williams. Arquitetura e Organização de Computadores. 8ª ed. São Paulo: Pearson, 2010. ISBN: 9788576055648.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>JUNIOR, Edivaldo Donizetti Rossini. Manutenção em Notebooks. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103395.</p> <p>MONTEIRO, Mario A. Introdução à Organização de Computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. ISBN: 9788521615439.</p> <p>PAIXÃO, Renato Rodrigues. Montagem e configuração de computadores: guia prático. 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. ISBN 9788536503196.</p> <p>PEREZ, Camila Ceccatto da Silva. Manutenção Completa em Computadores. Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103524.</p> <p>STALLINGS, Williams. Arquitetura e Organização de Computadores. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2017. ISBN: 9788543020532.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Informação e Comunicação		
Disciplina:	Fundamentos de Redes de Computadores					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	40	40	-	4	80	
EMENTA						
Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e transporte. O endereçamento na camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Linguagem de Programação Web: Protocolos envolvidos em aplicações Web; Serviços para aplicações Web; Instalação e configuração de servidores para aplicações Web.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Entender os princípios básicos de funcionamento da comunicação de dados através da compreensão dos conceitos sobre redes de computadores, do conhecimento sobre os mecanismos de gerenciamento de redes de computadores e da demonstração prática da utilização e aplicação de sistemas operacionais de redes.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e conceituar os principais componentes de uma rede de computadores; 2. Explicar a arquitetura em camadas das redes de computadores, seus principais protocolos, funcionamento e aplicações; 3. Monitorar e acompanhar o funcionamento de uma rede de computadores; 4. Demonstrar capacidade para utilização e aplicação de um sistema operacional de rede em um ambiente de rede baseado em camadas. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ol style="list-style-type: none"> 1. UNIDADE I <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Histórico de redes de computadores e Internet 1.2. A Borda e o núcleo da rede 1.3. Comutação de pacotes 1.4. Camadas de protocolos e Modelos de serviços 2. UNIDADE II 						

2.1.	Princípios da camada de aplicação
2.2.	A Web e o protocolo HTTP
2.3.	O protocolo de Transferência de Arquivos: FTP
2.4.	O correio eletrônico e o protocolo SMTP
2.5.	O serviço de diretório da Internet: DNS
3.	UNIDADE III
3.1.	Introdução à camada de transporte
3.2.	Multiplexação e demultiplexação
3.3.	O protocolo UDP
3.4.	O protocolo TCP
4.	UNIDADE IV
4.1.	Introdução à camada de rede
4.2.	O protocolo IP: Encaminhamento e Endereçamento
4.3.	O protocolo DHCP: Configuração Dinâmica de Hospedeiros
4.4.	Configuração Básica dentro de uma rede Windows
5.	UNIDADE V
5.1.	Introdução à camada de enlace
5.2.	Redes Locais Comutadas
5.3.	Endereçamento na camada de Enlace MAC e ARP
5.4.	Ethernet
5.5.	Comutadores X Roteadores
6.	UNIDADE VI
6.1.	Cabeamento: cabo coaxial; par trançado; fibra óptica
6.2.	Prática – montagem de cabo par trançado.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
KUROSE, Jim; ROSS, Keith. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-Down . 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013. ISBN: 9788581436777.	
TANEMBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores . 4. ed. São Paulo: Campus, 2003. ISBN: 8535201500.	
WHITE, Curt M. Redes de Computadores e Comunicação de Dados . São Paulo: Cengage Learning, 2012. ISBN: 9788522110742.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ALENCAR, Marcelo Sampaio de. Engenharia de Redes de Computadores . São Paulo: Érica, 2012. ISBN: 9788536504117.	
ANDERSON, Al; BENEDETTI, Ryan. Redes de Computadores: Use a Cabeça . 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084488.	
FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores . 4. ed. Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2007. ISBN: 9788586804885.	
MARIN, Paulo Sérgio. Cabeamento Estruturado: Série Eixos . São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506098.	
PETERSON, Larry L.; DAVIE, Bruce S. Redes de Computadores . 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535248975.	
ELABORADO POR:	
Comissão de Harmonização das Matrizes	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Inglês Aplicado					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	20	20	-	02	40	
EMENTA						
Leitura e compreensão de textos técnico-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Inglesa ou Letras - Língua Estrangeira com influência em Inglês.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
A disciplina pode ser integrada com todas as demais disciplinas do curso, visto que o Inglês é considerado como a principal língua na área da Informática.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar o aluno a ler textos da área de informática.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Orientar sobre a utilização de estratégias de leitura e noções da estrutura da língua inglesa. 2. Propor aquisição de vocabulário técnico.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Atividade de conscientização 1.1. Contexto da área técnica. 1.2. Conceito, identificação e função de gêneros textuais. 1.3. Cognatos e falsos cognatos; estrangeirismos. 1.4. Informação não verbal (marcas tipográficas). 2. <i>Reading Strategies</i> 2.1. <i>Skimming</i> . 2.2. <i>Scanning</i> . 2.3. Leitura para reconhecimento de tema central, ideia central e <i>keywords</i> . 3. Aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa 3.1. Marcadores discursivos. 3.2. Vocabulário. 3.3. Formação de palavras (afixos). 3.4. Grupos nominais, siglas e acrônimos. 3.5. Referência pronominal.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
CRUZ, D. T. Inglês Instrumental para informática . São Paulo, Disal, 2013. DREY, R; SELISTRE, I. C. T.; AIUB, T. (Org.) Inglês: práticas de leitura e escrita . Porto Alegre: Penso, 2015.						

GALLO, L. R. **Inglês Instrumental para Informática**: módulo I. 2a ed. São Paulo: Ícone, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DAVIES, Bem P. **Inglês em 50 aulas: O Guia definitivo para você aprender Inglês**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

GALLO, L. R. **Inglês Instrumental para Informática: módulo I**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2011.

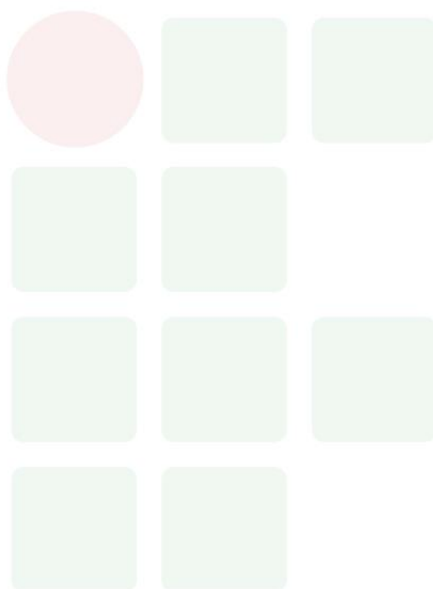
MARTINEZ, Ron. **Como Dizer Tudo em Inglês**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SOUZA, Adriana Grade Fiori, et al. **Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental** – São Paulo. Disal, 2005.

WOODS, Geraldine. **Exercícios de Gramática Inglesa para Leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.


ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Português Aplicado					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	40	-	-	02	40	
EMENTA						
Leitura, análise e produção textual. Conceitos linguísticos: variedade linguística, linguagem falada e linguagem escrita, níveis de linguagem. Habilidades linguísticas básicas de produção textual oral e escrita. A argumentação oral e escrita Habilidades básicas de produção textual. Análise linguística da produção textual. Noções linguístico-gramaticais aplicadas ao texto.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Inglês Aplicado e Informática Básica.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Aperfeiçoar os conhecimentos linguísticos e as habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver linguagem técnica para construção de relatórios e documentos em geral. 2. Conhecer as mudanças mais significativas ocorridas na correspondência comercial/oficial. 3. Utilizar técnicas para obtenção de clareza, coerência e coesão na elaboração dos textos. 4. Rever questões gramaticais que mais provocam dúvidas na redação. 5. Recuperar, pelo estudo de texto literário, as formas instituídas de construção do imaginário coletivo, patrimônio representativo da cultura e as classificações preservadas e divulgadas, no eixo temporal e espacial. 6. Demonstrar o domínio básico da norma culta. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Importância da comunicação 2. Elementos essenciais do processo de comunicação 3. Intertextualidade 4. Ortografia 5. Pontuação 6. Concordância nominal e verbal 7. Qualidade do estilo técnico: harmonia, clareza, concisão e coerência; 8. Frase e estrutura frasal; 						

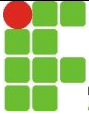
9. Parágrafo (estruturação);
10. Correspondência e redação técnica: artigo, memorando, ofício, requerimento, curriculum vitae, relatório, abaixo-assinado, monografia e projeto.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BELTRÃO, Odacir & BELTRÃO, Maria. Correspondência, linguagem e comunicação . 24 ed São Paulo: Atlas, 2011.
CARVALHO, A. M. P. Ensino de Língua Portuguesa . São Paulo: Cengage Learning, 2014.
GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna . 26 ed Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BENEMAN, J. M. Estudo Dirigido de Português . Ática.
CARVALHO, A. M. P. Ensino de Língua Portuguesa . São Paulo: Cengage Learning, 2014.
HOUAISS, A. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa . Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Lê S. Português Instrumental . Porto Alegre: Sagra, 1993.
TUFANO, Douglas. Estudos de Redação . São Paulo: Moderna, 1980.
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Matemática Aplicada					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	20	20	-	2	40	
EMENTA						
Operações básicas de matemática. Sistemas de numeração. Raciocínio lógico matemático.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado ou Licenciado em Matemática OU Profissional da área de Exatas com complementação curricular em Licenciatura ou Especialização no Ensino da Matemática.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
A disciplina possui integração com Informática Básica (Editor de Planilhas) Algoritmo e Lógica de Programação.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Desenvolver a capacidade de modelar e resolver problemas matemáticos relacionados com a área de informática.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Fazer uso da linguagem simbólica de conjuntos para representar o raciocínio lógico. 2. Resolver situações-problema com conjuntos numéricos. 3. Resolver situações-problemas com expressões numéricas, potências e radiciação. 4. Realizar cálculos de regras de três simples e porcentagem. 5. Resolver situações-problemas envolvendo juros simples e compostos. 6. Utilizar modelos lineares para contextualização e solução de fenômenos naturais. 7. Resolver situações-problemas com vetores e matrizes.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Conjuntos numéricos e operações. 2. Expressões numéricas. 3. Potências e Radiciação. 4. Lógica de Argumentação: Premissa e Conclusão , Mentiras e Verdades, Silogismo. 5. Estudo das Proposições: Proposições compostas, Equivalência entre proposições, Negação de proposições. 6. Juros, regra de três simples e composta, porcentagem. 7. Matrizes.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
HOFFMANN, Laurence D.; BRADLEY, Gerald L. Cálculo: um curso moderno e suas aplicações . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.						

IEZZI, Gelson. Fundamentos de Matemática Elementar . 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 3 v. ISBN: 9788535716849. LIMA, Diana M. de; GONZALEZ, Luis E. F. Matemática Aplicada à Informática . 11 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARVALHO, Paulo Cezar Pinto. Introdução à Geometria Espacial . 4. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2005. ISBN: 8585818735. GERSTING, Judith L. Fundamentos Matemáticos para a Ciência da Computação: Matemática Discreta e suas aplicações . 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. ISBN: 9788521632597. GUIDORIZI, Luiz Hamilton. Um Curso de Cálculo . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. 1 v. ISBN: 9788521612599. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de Matemática Elementar . 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 1 v. ISBN: 9788535716801. LIMA, Elon L. et al. A Matemática do Ensino Médio . 7. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2016. 2 v. ISBN: 9788583370918.
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Estrutura de Dados					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	40	40	-	4	80	
EMENTA						
Introdução à Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das estruturas em uma linguagem de programação.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Matemática						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer e entender os conceitos das estruturas de dados básicas para utilização adequada na implementação de soluções computacionais.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Identificar e descrever as estruturas de dados básicas e suas características; 2. Explicar como e em que situações utilizar tais estruturas; 3. Implementar soluções computacionais utilizando estruturas de dados básicas em uma linguagem de programação.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Tipos abstratos de dados 2. Recursão 3. Estrutura de dados homogêneas 3.1. Vetores 3.2. Matrizes 4. Estrutura de dados heterogêneas (registros) 5. Listas 5.1. Listas lineares 5.2. Listas encadeadas 6. Ordenação e Busca 7. Pilhas 8. Filas 9. Árvores binárias						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
SZWARCFITER, Jayme L.; MARKEZON, L. Estrutura de dados e seus algoritmos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2010. ISBN: 978-8521617501 ZIVIANI, Nívio. Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506 FORBELLONE, André L. V; EBERSPACHER, Henri F.. Lógica de Programação: A construção de Algoritmos e Estrutura de Dados. 3ª Edição. Pearson, 2005. ISBN: 9788576050247
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
TENENBAUM, A. M.; LANGSAM, Y.; AUGENSTEIN, M. Estrutura de Dados Usando C. Pearson, 1995. ISBN: 9788534603485 PUGA, S.; RISSETTI. Lógica de Programação e Estruturas de Dados. 3ª Edição. Pearson, 2016, ISBN: 9788543019147 PEREIRA, Silvio do Lago. Estrutura de dados em C: Uma abordagem Didática. 1ª Edição. São Paulo, SP. Editora Erica, 2016. ISBN: 9788536517148 PEREIRA, Silvio do Lago. Estrutura de dados fundamentais: conceitos e aplicações. 12ª Edição. São Paulo, SP. Editora ÉRICA, 2002. ISBN: 9788571943704 GUIMARÃES, Angelo de M. Algoritmos e Estrutura de Dados. 1ª Edição. Rio de Janeiro: LTC ED., 1994. ISBN: 9788521603788
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	20	20	-	2	40	
EMENTA						
Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de dados.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Projeto Integrador 1						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados e a utilização de ferramentas de modelagem de dados.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados. 2. Capacitar o aluno para modelar dados no intuito de desenvolver um sistema de banco de dados utilizando um sistema gerenciador de banco de dados.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Introdução a Banco de Dados. 2. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. 3. Modelagem de Dados. 4. Modelo Entidade Relacionamento. 5. Modelo Relacional. 6. Modelo Físico. 7. Ferramentas de Modelagem de Dados.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
ALVES, W. P. Banco de Dados: teoria e prática . São Paulo: Érica, 2009. ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados . 6a ed., Pearson-Addison-Wesley, 2010. PUGA, S. Banco de Dados: Implementação em SQL, PL/SQL e Oracle . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.						

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAPTISTA, L. F. **Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem**. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559

DATE, C. J. **Introdução a Sistemas de Banco de Dados**. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. **Sistemas de Banco de Dados**. 6ª ed., Pearson-Addison-Wesley, 2013. ISBN: 9788581435909.

HEUSER, CARLOS ALBERTO. **Projeto de Banco de Dados**. 6ª ed., Editora Bookman, 2010. ISBN: 9788577803828.


MACHADO, FELIPE NERY R. **Banco De Dados - Projeto e Implementação**. 2ª ed. Editora Érica, 2008.

ROCHA, A. S. **SQL passa a passo: Utilizando PostgreSQL**. 1ª ed., Editora Ciência Moderna, 2014. ISBN: 9788539905386.

TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. **Projeto e Modelagem de Banco de Dados**. 2ª ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.

ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes

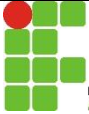
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Fundamentos de Sistemas Operacionais				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Histórico; Classificação; Estrutura dos S.O.; Mono e multiprogramação; Processos; Técnicas de escalonamento de processos; Sincronização de processos; Threads; Gerência de memória em sistemas multiprogramados; Técnicas de gerência de memória real; Técnicas de gerência de memória virtual: paginação e segmentação; Sistemas de arquivos; Sistemas de E/S; Estudo de um sistema operacional real.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Projeto Integrador 1					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proporcionar ao aluno conhecimento sobre os diversos sistemas operacionais existentes, seu funcionamento e suas aplicabilidades nos sistemas computacionais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
1. Capacitar o aluno a ter visão sistêmica de funcionamento do sistema operacional. 2. Capacitar o aluno a entender a relação usuário-sistema operacional-hardware; 3. Capacitar o aluno a visualizar a influência do tipo de sistema operacional na programação de aplicativos; 4. Capacitar o aluno a entender as técnicas utilizadas para que o sistema operacional funcione de maneira sincronizada.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. HISTÓRICO 1.1. A primeira geração (1945-1955) – Válvulas; 1.2. A segunda geração (1955-1965) – transistores e sistemas em lote (batch); 1.3. A terceira geração (1965-1980) – CIs e multiprogramação; 1.4. A quarta geração (1980-presente) – computadores pessoais. 2. CLASSIFICAÇÃO 2.1. Sistemas operacionais de computadores de grande porte;					

- 2.2. Sistemas operacionais de servidores;
- 2.3. Sistemas operacionais multiprocessadores;
- 2.4. Sistemas operacionais de computadores pessoais;
- 2.5. Sistemas operacionais de computadores portáteis;
- 2.6. Sistemas operacionais embarcados;
- 2.7. Sistemas operacionais de nós de sensores (*sensor node*);
- 2.8. Sistemas operacionais de tempo real;
- 2.9. Sistemas operacionais de cartões inteligentes (*smart cards*).
3. MONO E MULTIPROGRAMAÇÃO
 - 3.1. Sistemas Monoprogramáveis/Monotarefa;
 - 3.2. Sistemas Multiprogramáveis/Multitarefa
 - 3.2.1. Sistemas batch;
 - 3.2.2. Sistemas de tempo compartilhado;
 - 3.2.3. Sistemas de tempo real;
 - 3.2.4. Sistemas com múltiplos processadores.
 - 3.3. Sistemas com Múltiplos Processadores (sistemas fortemente acoplados, sistemas fracamente acoplados).
4. PROCESSOS
 - 4.1. Estrutura do Processo;
 - 4.2. Estados do Processo;
 - 4.3. Mudanças de Estado do Processo;
 - 4.4. Processos CPU-BOUND e I/O-BOUND;
 - 4.5. Processos Independentes, Subprocessos.
5. SINCRONIZAÇÃO DE PROCESSOS
 - 5.1. Interrupções e Exceções;
 - 5.2. Operações de Entrada e Saída;
 - 5.3. Buffering;
 - 5.4. Spooling;
 - 5.5. Reentrância.
6. TÉCNICAS DE ESCALONAMENTO DE PROCESSOS
 - 6.1. Critérios de escalonamento;
 - 6.2. Escalonamentos não preemptivos e preemptivos;
 - 6.3. Escalonamento First-In-First-Out (FIFO);
 - 6.4. Escalonamento Circular;
 - 6.5. Escalonamento por prioridades;
 - 6.6. Escalonamento circular com prioridades.
7. THREADS
 - 7.1. Ambiente Monothread;
 - 7.2. Ambiente Multithread.
8. GERÊNCIA DE MEMÓRIA EM SISTEMAS MULTIPROGRAMADOS
 - 8.1. Hierarquia de Memórias;
 - 8.2. Gerenciador de Memória.
9. TÉCNICAS DE GERÊNCIA DE MEMÓRIA REAL
 - 9.1. Alocação (Estática, Dinâmica, Local);
 - 9.2. swapping.
10. TÉCNICAS DE GERÊNCIA DE MEMÓRIA VIRTUAL
 - 10.1. Paginação e segmentação.
 - 10.2. Espaço de endereçamento virtual;
 - 10.3. Mapeamento;
 - 10.4. Memória virtual por paginação.
11. SISTEMAS DE ARQUIVOS
 - 11.1. Introdução;
 - 11.2. Arquivos;
 - 11.3. Diretórios;


11.4.	Proteção de Acesso.
12.	SISTEMAS DE E/S
12.1.	Princípios do Hardware de E/S;
12.2.	Princípios do Software de E/S;
12.3.	Camadas do Software de E/S;
12.4.	Discos; Relógios;
12.5.	Interfaces com o usuário: teclado, mouse, monitor.
13.	ESTUDO DE UM SISTEMA OPERACIONAL REAL
13.1.	Sistema Operacional Privado ou Gratuito <i>Open Source</i> .
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
DEITEL, H. M., DEITEL, P.J., CHOFINES, D.R. Sistemas Operacionais . 3. ed. São Paulo: Pearson, 2005. ISBN: 9788576050117.	
SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. Fundamentos de Sistemas Operacionais . 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. ISBN: 9788521629399.	
TANENBAUM, Andrews. S.; BOSS, Herbert. Sistemas Operacionais Modernos . 4. ed. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN: 9788543005676.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
Wehrs, C. R.; Marques, J. A.; Veiga, I.; Rodrigues, r.. Sistemas Operacionais . Rio de Janeiro: LTC, 2011. ISBN: 978852161807.	
MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de Sistemas Operacionais . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. ISBN: 9788521622109.	
NEMETH, Evi; HEIN, Trent R.; SNYDER, Garth. Manual completo do Linux: guia do administrador . 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007. ISBN: 9788576051121.	
SANTOS, Winderson Eugênio; GORDULHO JUNIOR, José Hamilton C. Sistemas Operacionais . São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506159.	
SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. Sistemas Operacionais com Java . 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016. ISBN: 9788535283679.	
ELABORADO POR:	
Comissão de Harmonização das Matrizes	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Programação Orientada a Objetos				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Introduzir o paradigma de Programação Orientada a Objetos (OO), juntamente com seus conceitos de classes, objetos, herança, encapsulamento e polimorfismo, além dos conceitos de Interfaces e exceções que são inerentes às linguagens de programação orientadas a objetos. Padrões de Projetos. Implementação utilizando linguagem de programação orientada a objetos.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Introdução a Análise de Sistemas					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver competências e habilidades no aluno, de tal forma que compreenda e aplique os principais conceitos envolvidos com a modelagem e programação orientada a objetos (linguagem de modelagem, objetos, classes, atributos, métodos, encapsulamento, herança, polimorfismo) tornando-o apto à interpretar e criar modelos, manter e desenvolver programas orientado a objetos para resolver problemas computacionais, desde de científicos a empresarias, seguindo esse paradigma e independentemente da linguagem de programação.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer conceitos centrais da programação orientada a objetos. 2. Desenvolver sistemas baseados nos conceitos formais da Orientação a Objetos. 3. Compreender os paradigmas da programação orientada a objetos. 4. Implementar estudos de caso em Linguagem de Programação Orientada a Objetos. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. UNIDADE I <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Classes 1.2. Objetos 1.3. Construtores 1.4. Atributos 					

<ul style="list-style-type: none"> 1.5. Métodos 1.6. Modificadores de Acesso 2. UNIDADE II <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Classes Abstratas; 2.2. Herança; 2.3. Polimorfismo; 2.4. Interface; 2.5. Tipos de relacionamento entre classe; 3. UNIDADE III <ul style="list-style-type: none"> 3.1. Tratamento de Exceções 3.2. Fundamento de linguagem Orientada a Objetos; 3.3. Interface Gráfica com Orientada a Objetos; 3.4. Gerenciamento de Interface homem máquina; 3.5. Componentes Visuais; 3.6. Desenvolvimento de aplicações;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BARNES, D.; KÖLLING, M. Programação Orientada a Objetos com Java. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2009. ISBN: 9788576051879.</p> <p>DEITEL, P. Java: como programar. 10ª. ed. São Paulo: Pearson, 2016. ISBN: 9788543004792.</p> <p>SIERRA, K.; BATES, B. Use a cabeça! Java. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. ISBN: 9788576081739.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>GOÉS, Wilson M. Aprenda UML Por Meio de Estudos de Caso. 5ª Edição. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575223468.</p> <p>LUCKOW, D. H.; MELO, A. A. de. Programação Java Para a Web. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2015. ISBN: 9788575224458.</p> <p>MENEZES, Nilo Ney Coutinho. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e Lógica de Programação para Iniciantes. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.</p> <p>PREISS, B. R. Estruturas de dados e algoritmos: padrões de projetos orientados a objetos com Java. Rio de Janeiro: Campus, 2001. ISBN: 9788535206937.</p> <p>ZIVIANI, Nivio. Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506.</p> <p>AUGUSTO N. G. MANZANO, José; JÚNIOR, R. A. da C.. Java 8 - Programação de Computadores - Guia Prático de Introdução, Orientação e Desenvolvimento. Editora Érica, 2014. ISBN: 9788536509266</p> <p>GOSLING, JAMES; ARNOLD, KEN; HOLMES, DAVID. A Linguagem De Programação Java. 4ª Edição. Bookman, 2007.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Introdução a Análise de Sistemas				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de levantamento de dados, modelos e modelagem, desenvolvimento e estudo de caso.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Capacitar o discente à modelar sistemas do mundo real em sistemas computacionais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de Análise e Processo de Software. 2. Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais do Paradigma Orientado a Objetos. 3. Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de software.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. UNIDADE I 1.1. Introdução a Análise de Sistemas – Entendendimento dos Sistemas Existentes; 1.2. Fases de um Software; 1.3. Ciclo de Vida do Desenvolvimento de Software; 1.4. Identificação dos Usuários; 1.5. Técnicas de Entrevistas e Coleta de Dados; 1.6. Levantamento, análise e negociação de requisitos; 1.7. Modelagem, especificação, validação e verificação de requisitos; 1.8. Modelagem de sistemas de software. 1.9. O paradigma orientado a objetos. 1.10. Classes e Objetos. 1.11. A abstração na orientação a objetos.					

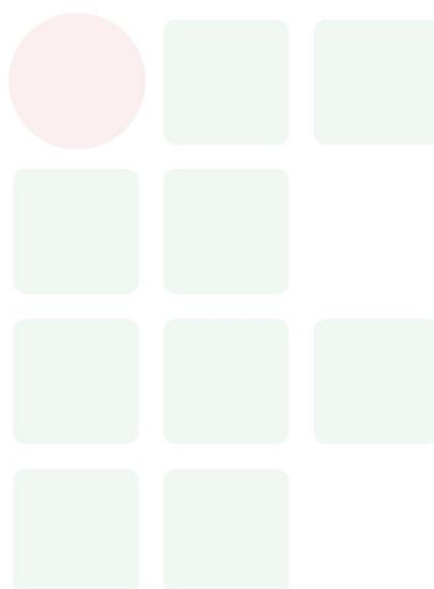
<p>2. UNIDADE II</p> <p>2.1. Conceitos e Evolução da Linguagem de Modelagem Unificada (UML).</p> <p>2.2. Levantamento e modelagem de requisitos.</p> <p>2.3. Modelos e Diagrama de Casos de Usos.</p> <p>2.4. Diagrama de Classes.</p> <p>2.5. Diagrama de Sequência.</p> <p>2.6. Ferramenta CASE.</p> <p>3. UNIDADE III</p> <p>3.1. Projeto do sistema.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>GUEDES, Gilleanes T. A. UML2 Uma abordagem prática. 3ª. Edição. São Paulo: Novatec Editora, 2018. ISBN: 9788575226469</p> <p>MELO, Ana Cristina. Desenvolvendo Aplicações com UML 2.2 – do Ceneitual à Implementação. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010. ISBN: 9788574524443</p> <p>BOOCH, Grady; RUMBAUCH, James; JACOBSON, Ivar. UML: Guia do Usuário. 2ª Edição. Elsevier Campus, 2005. ISBN: 9788535217841</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>SOMMERVILLE, I. Engenharia de software. 9ª. Ed. São Paulo: Addison Wesley, 2011. ISBN: 9788579361081</p> <p>YOURDON, E. Análise Estruturada Moderna. 3a. Ed, Rio de Janeiro, Campus 1990. ISBN: 9788570016157</p> <p>BEZERRA, Eduardo. Princípios De Análise E Projeto De Sistemas com UML. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. ISBN: 9788535226263</p> <p>LARMAN, Craig. Utilizando Uml E Padrões - Uma Introdução A Análise E Ao Projeto Orientados. Porto Alegre: Bookman: 2007. ISBN: 9788560031528</p> <p>FOWLER, Martin. UML Essencial: Um Breve Guia Para A Linguagem – Padrão De Modelagem. 3ª Ed. Editora Bookman, 2004.</p> <p>MELO, Ana Cristina. Exercitando Modelagem em UML. 1ª Ed. Editora: BRASPORT, 2016. ISBN: 9788574522548</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

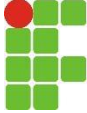
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Meio Ambiente, Saúde e Segurança				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
2º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Definições. Evolução Histórica. A consciência ambiental. Sustentabilidade; A sociedade; Impactos ambientais; Poluição do solo; Poluição das águas; Defesa do meio ambiente; Estocolmo 72; Modelo consumista de desenvolvimento; Legislação Ambiental; Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária, Noções de Normas Regulamentadoras, Acidentes, Riscos Ambientais.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Engenheiro em Segurança do Trabalho ou profissional com especialização em Segurança do Trabalho.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Interpretar, acompanhar e gerenciar as questões pertinentes à Segurança, Meio Ambiente e Saúde.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Entender porque surge o Pensamento Ambiental no momento de grandes mudanças no mundo. 2. Compreender as transformações históricas ocorridas no mundo a partir do surgimento do pensamento Ambiental a partir da Revolução Industrial. 3. Diferenciar atividades conservacionista de preservacionistas. 4. Conhecer as leis ambientais que regem o Brasil. 5. Compreender a importância da ciência ergonomia em sua atividade de trabalho. 6. Entender a necessidade de utilizar os equipamentos de segurança na prática de suas atividades cotidianas. 7. Aprender a identificar situações de riscos e como evitá-las. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Histórico da Formação Ambiental a partir do marco histórico da Revolução Industrial <ol style="list-style-type: none"> 1.1. A modernidade da revolução industrial à acumulação flexível 1.2. O despertar da consciência ambiental planetária 1.3. O desenvolvimento sustentável 1.4. A justiça social 2. Impactos ambientais em ecossistemas naturais e em ecossistemas agrícolas <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Impactos ambientais em sistemas urbanos; 2.2. Poluição do solo: o problema do lixo sólido; 2.3. Poluição das águas; 					

<ul style="list-style-type: none"> 2.4. Lutas em defesa do meio ambiente; 2.5. Estocolmo72: a tomada de consciência; 3. A falência do modelo consumista de desenvolvimento <ul style="list-style-type: none"> 3.1. Noções de legislação ambiental 4. Noções sobre legislação Trabalhista e Previdenciária <ul style="list-style-type: none"> 4.1. CLT- Consolidação das Leis do Trabalho <ul style="list-style-type: none"> Capítulo V – Da Segurança e da Medicina do Trabalho 4.2. Lei 8.213/91- Acidente do Trabalho <ul style="list-style-type: none"> Comunicação de Acidente do Trabalho 4.3. Portaria N.º 3.214/78- Normas Regulamentadoras 5. Acidentes <ul style="list-style-type: none"> 5.1. Como evitá-los 5.2. Causa dos Acidentes 5.3. Atos inseguros, Condições Inseguras; 5.4. Doenças provocadas por acidente de trabalho. 5.5. Equipamentos de Proteção Individual 5.6. Equipamentos de Proteção Coletiva 6. Riscos Ambientais <ul style="list-style-type: none"> 6.1. Riscos Físicos 6.2. Riscos Químicos 6.3. Riscos Biológicos 6.4. Riscos Ergonômicos 6.5. Riscos Acidentes
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BRÜSEKE, F. J.. O problema do desenvolvimento sustentável, p. 29 – 40. In: CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.</p> <p>CARDELLA, B. . Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. 8ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.</p> <p>DIAS, G. F.. Educação Ambiental: princípios e prática. 3 ed. São Paulo: Gaia, 1994.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ACSELRAD, H. (org.). A Duração das Cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>ATLAS; Manuais de Legislação. Segurança e Medicina do Trabalho. 74 ed. Atlas.</p> <p>CAPRA, F.. A alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21, p. 18 – 33. In: TRIGUEIRO, André (org). Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.</p> <p>CONY, L. F. "A questão ambiental urbana: perspectivas de análise" In: Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR.</p> <p>LEROY, J. P. et al. Tudo ao Mesmo Tempo Agora: desenvolvimento, sustentabilidade e democracia: o que isso tem a ver com você? Ilustrações Claudius. Petrópolis: Vozes, 2002.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Projeto Integrador I					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
2º	20	20	-	2	40	
EMENTA						
Métodos e técnicas de pesquisa. Elaboração e apresentação do trabalho técnico-científico. Principais normas dos trabalhos acadêmicos, conforme as normas vigentes da ABNT. Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Esta disciplina possui integração com todas as disciplinas do 2º Módulo do Curso.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Desenvolver projetos de pesquisa na área de informática.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Conhecer modelos de elaboração de projetos. 2. Elaborar um projeto interdisciplinar. 3. Acompanhar as etapas de execução do projeto.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Introdução à Metodologia Científica 1.1. O que é método científico 1.2. Principais técnicas de pesquisa 1.3. A pesquisa na Computação 2. Elaboração de Projeto 2.1. Definição do Projeto 2.2. Elaboração do tema e dos objetivos do Projeto 2.3. Definição do cronograma de atividades 2.4. Revisão da literatura 2.5. A importância de gerenciar as etapas de desenvolvimento do projeto 3. Normas Acadêmicas 3.1. Principais normas da ABNT para elaboração de projetos e relatórios 3.2. Artigos científico 4. Desenvolvimento e Apresentação do Projeto						

4.1. Acompanhamento das etapas do projeto
4.2. Relação aluno-orientador
4.3. Como apresentar um projeto
4.4. Seminário de apresentação do projeto
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Programação para Dispositivos Móveis					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
3º	40	40	-	4	80	
EMENTA						
Características dos dispositivos móveis; Arquiteturas de aplicação móvel; Infraestrutura móvel; Projeto de interfaces para dispositivos móveis; Programação de aplicações para clientes móveis; Transferência de dados cliente-servidor.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Proporcionar aos alunos a oportunidade de aprender a teoria e a prática para o domínio da programação para dispositivos móveis.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer os principais conceitos e componentes de aplicações para dispositivos móveis; 2. Conhecer o processo de construção de uma aplicação móvel; 3. Desenvolver aplicações móveis utilizando uma linguagem de programação. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da computação móvel <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Evolução dos dispositivos móveis 1.2. Características dos dispositivos móveis 1.3. Arquiteturas de aplicação móvel 1.4. Infraestrutura móvel 2. Projeto de interfaces para dispositivos móveis 3. Programação de aplicações para clientes móveis 4. Eventos e exceções em dispositivos móveis 5. Componentes para formulários 6. Transferência de dados cliente-servidor 7. Persistência em dispositivos móveis 8. Prática em desenvolvimento de aplicações móveis 						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						

LECHETA, Ricardo R. Google Android: aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com android SDK. 3. ed. São Paulo: Novatec, 2010. 608 p. ISBN 9788575222447 (broch.). Número de chamada: 005.26 L459g 3. ed.

OGLIARI, R. S. Android: do básico ao avançado. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2014.

STARK, J.; JEPSON, B. Construindo aplicativos Android com HTML, CSS e JavaScript. São Paulo: Novatec, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DARWIN, Ian F. Android Cookbook. Sao Paulo Sp: O Reilly & Associates, Inc, 2012.

DEITEL, Paul. Android para Programadores. Porto Alegre: Bookman, 2013.

LEE, V.; SCHINEIDER, H.; SCHEL, R. Aplicações móveis. São Paulo: Pearson, 2005.

MEDNIEKS, Zigurd. Programando o Android. 2ª Ed. São Paulo: Novatec, 2012.

HASEMAN, Chris. Android Essentials. Berkeley, CA: Apress, 2008. ISBN 9781430210634. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4302-1063-4>.


SIX, Jeff. Segurança de aplicativos android. São Paulo: Novatec, 2012. 140 p. ISBN 9788575223130 (broch.).

ELABORADO POR:


Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Programação em Banco de Dados				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	40	40	-	4	80
EMENTA					
Projeto de implementação de Banco de Dados. Utilização e aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados. Utilizar ferramentas de modelagem de dados. Proporcionar sólidos conhecimentos sobre SQL e sistemas gerenciadores de bancos de dados. Executar scripts SQL.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados. 2. Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais de modelagem de dados. 3. Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de dados e scripts SQL. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. UNIDADE I <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Introdução a Banco de Dados. 1.2. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. 1.3. Modelagem de Dados. 2. UNIDADE II <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Modelo Entidade Relacionamento. 2.2. Modelo Relacional. 2.3. Modelo Físico. 2.4. Ferramentas de Modelagem de Dados. 3. UNIDADE III <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. 3.2. Tipos de Dados. 3.3. SQL. 					

3.4. DDL. 3.5. DML.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ALVES, W. P. Banco de Dados: teoria e prática. São Paulo: Érica, 2009. SILBERSCHATZ, Abraham. Sistema de Banco de Dados. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. PUGA, S. Banco de Dados: Implementação em SQL, PL/SQL e Oracle. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BAPTISTA, L. F. Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559 DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736. MACHADO, FELIPE NERY R. Banco De Dados - Projeto e Implementação. 2ª ed. Editora Érica, 2008. ISBN: 8536500190. NIELD, Thomas. Introdução a Linguagem SQL. Editora Novatec, 2016. ISBN: 978-85-7522-501-1. DATE, C. J. Projeto de Banco de Dados e Teoria Relacional. Editora Novatec, 2015. ISBN: 978-85-7522-455-7.
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Interação Homem Computador				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Fatores humanos em software interativo. Padrões e estilos de interação. Atributos de qualidade em IHC. Métodos e técnicas de análise, projeto, implementação e avaliação em IHC.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Pode ser integrada com as demais disciplinas do curso, permitindo a interdisciplinaridade para melhoria na perspectiva visual.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Permitir aos alunos o desenvolvimento de interfaces computacionais de fácil utilização, atraentes, intuitivas e que respeitam regras essenciais de interação com o usuário.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
1. Adquirir fundamentos teórico-práticos para refletir, avaliar e conceber interfaces de qualidade para diferentes tipos de aplicações. 2. Criar interfaces amigáveis para os usuários de sistemas computacionais.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Fundamentos da Interação Homem-Computador 1.1. O Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação no cotidiano. 1.2. Histórico da IHC. 1.3. IHC como área Multidisciplinar. 1.4. Diferentes Visões sobre a Construção de Sistemas Interativos. 1.5. Fatores Humanos na Construção de Software. 2. Interface com o usuário 2.1. Importância de um bom projeto de interface. 2.2. Possíveis causas de interfaces ruins. 2.3. Características dos usuários. 2.4. Implicações para o projeto de interface. 3. Princípios de Design 3.1. Características de uma boa interface.					

<ul style="list-style-type: none"> 3.2. Visibilidade, affordance, feedback, modelos conceituais, consistência, tolerância a erros, consistência. 3.3. Diagramação. 3.4. Teoria das cores. 4. Representação gráfica da Interface <ul style="list-style-type: none"> 4.1. Modelagem e codificação gráfica. 4.2. Mapeamento arbitrário e direto, código de cores e ícones. 4.3. Implicações de Multitarefa. 5. Noções de Usabilidade, Ergonomia e Semiótica <ul style="list-style-type: none"> 5.1. A importância da Usabilidade em projetos de Interação. 5.2. Ergonomia na IHC. 5.3. A Engenharia Semiótica em IHC. 6. Avaliação e Projetos de IHC <ul style="list-style-type: none"> 6.1. Avaliação por Inspeção. 6.2. Avaliação por Observação. 6.3. Testes de Usabilidade. 6.4. Construção e avaliação de protótipos funcionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>BARBOSA, S.D.J.; SILVA, B.S. Interação Humano-Computador. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. ISBN: 9788535234183.</p> <p>BENYON, D. Interação Humano-Computador. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN: 9788579361098.</p> <p>ROGERS, I.; SHARP, H.; PREECE, J. Design de Interação: Além da Interação Humano-Computador. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. ISBN: 9788582600061.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>SEGURADO, Valquiria Santos. Projeto de Interface com o Usuário. Pearson, 2016. ISBN: 9788543017303.</p> <p>CYBIS, Walter. BETIOL, Adriana. FAUST, Richard. Ergonomia e Usabilidade. Novatec, 2015. ISBN: 9788575224595.</p> <p>LOWDERMILK, Travis. Design Centrado no Usuário. Novatec, 2013. ISBN: 9788575223666.</p> <p>NIELSEN, J.; BUDIUI, R. Usabilidade na Web. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ISBN: 9788535264272.</p> <p>PRESSMAN, Roger. Engenharia de Software. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2016. ISBN: 9788580555349.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Programação Web					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
3º	40	40	-	4	80	
EMENTA						
Introdução à Web. O modelo cliente e servidor. O protocolo HTTP e sua relação com a Web. Arquiteturas de desenvolvimento de aplicações para Web. Tecnologias de programação de aplicações para Web. Desenvolvimento de uma aplicação Web utilizando linguagens de programação e ambiente de desenvolvimento de software/sistema para Web.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Todas as disciplinas por meio da construção de um website cujo conteúdo seja de algumas disciplinas do curso.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Demonstrar capacidade para desenvolver aplicações Web pelo conhecimento prático sobre tecnologias Web e o entendimento sobre como é construída e funciona uma aplicação Web.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Explicar a arquitetura de uma aplicação Web e seu funcionamento baseado no protocolo HTTP; 2. Identificar e utilizar tecnologias de software para desenvolvimento de aplicações Web; 3. Implementar uma aplicação Web. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ol style="list-style-type: none"> 1. História da Internet e da World Wide Web 2. Requisições HTTP 3. Introdução ao paradigma cliente/servidor 4. Programação Front-End <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Linguagem de Marcação: blocos de montagem de páginas HTML, trabalhando com arquivos de páginas Web, Estrutura básica do HTML, Texto, Imagens, Links. 4.2. Linguagem de Estilo: blocos de montagem do CSS, trabalhando com folhas de estilo, definindo seletores, formatação de textos com estilos, 						

SUBSEQUENTE

<ul style="list-style-type: none"> 4.3. layout com estilos, folhas de estilo de portáteis e desktop, fontes web. 4.3. Linguagem de Script: introdução, operações aritméticas, desvios condicionais, estruturas de repetição, arrays, funções, validação de dados de entrada de formulários, manipulação de janelas, objetos. 4.4. Especificações Web Standard e Padrões de Acessibilidade 4.5. Frameworks Front-End 4.6. Princípios de aplicações Web e hospedagem 5. Programação Back-End <ul style="list-style-type: none"> 5.1. Desenvolvimento de Aplicações Web com padrão MVC 5.2. Gerenciamento de Sessões e cookies 5.3. Frameworks Back-End 6. Desenvolvimento de Projeto Web Fullstack
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>CASTRO, Elizabeth; HYLOP, Bruce. HTML5 e CSS3 - Guia Prático e Visual. Alta Books, 2013.</p> <p>SILVA, Maurício Samy. CSS3: desenvolva aplicações web profissionais com uso dos poderosos recursos de estilização das CSS3. São Paulo: Novatec, 2012.</p> <p>STARK, Jonathan. Construindo Aplicativos Android com HTML, CSS e JAVASCRIPT. Mato Grosso: O Reilly&Associates, 2012.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>LISBOA, Flavio Gomes da Silva. Criando Aplicações PHP com Zend e Dojo. São Paulo: Novatec, 2013.</p> <p>MANZANO, José Augusto. Guia de Orientação e Desenvolvimento de Sites HTML, XHTML, CSS, e JavaScript. São Paulo: Erica, 2008.</p> <p>ALVES, William Pereira. Java para Web. São Paulo: Erica, 2015. ISBN: 9788536516035.</p> <p>NIEDRAUER, Juliano. Desenvolvendo Websites com PHP. Novatec, 2016. ISBN: 9788575225349.</p> <p>LUCKOW, Decio Heinzemann. Programação JAVA para Web. Novatec, 2015. ISBN: 9788575224458.</p>
ELABORADO POR:
Comissão de Harmonização das Matrizes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Relações Interpessoais e Ética				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional graduado nos cursos da área das Humanidades, Administração e/ou Computação, com conhecimento em legislação e ética.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno proporcionando o estudo de regras morais e jurídicas que regem as pessoas e profissões relacionadas à Informática e que determinam o profissionalismo relacionado aos direitos e deveres de criadores e usuários das Tecnologias de Informação.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
1. Apresentar os princípios morais e éticos que regem o convívio em sociedade; 2. Tratar da importância da ética profissional para a prestação de serviços econômicos na área de informática; 3. Relacionar o comportamento profissional de acordo com a legislação vigente; 4. Apresentar os princípios constitucionais e administrativos da legislação.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. Ética e Moral <ul style="list-style-type: none"> 1.1. O significado de Ética 1.2. Os fins da ação ética 1.3. Ética e Direito 1.4. Direito e Moral 1.5. Ética, Pluralismo e Diversidade 1.6. Tendências contemporâneas em ética 2. Ética Profissional <ul style="list-style-type: none"> 2.1. Ética e profissão 2.2. Profissão e Código de Ética 2.3. Ética na Informática 2.4. Garantia de direitos e sigilo das informações 3. Noções de Direito Constitucional					

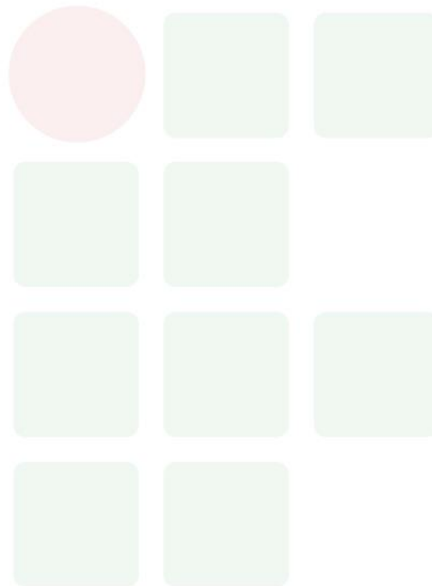
3.1.	Conceito, Estruturação e Função
3.2.	Classificação
3.3.	Princípios Constitucionais
3.4.	Normas constitucionais
3.5.	Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais
4.	Noções de Direito Administrativo
4.1.	Objetivos e conceitos
4.2.	Atos administrativos
4.3.	Administração Pública e Privada
4.4.	Atuação do Estado
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. ISBN: 9788508134694.	
BENNETT, Carole. Ética Profissional. São Paulo: Cengage Learning, 2008. ISBN: 9788522107179.	
MACEDO, Edison Flavio. Código de Ética Profissional Comentado. Brasília: O Confea, 2011.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
VALLS, Alvaro L. M. O que é Ética. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. ISBN: 85-11-01177-3.	
SROUR, Robert. Poder, cultura e ética nas organizações. Elsevier Brasil, 2012.	
MORAIS, Manoel dos Reis. Ética e Direito em Lima Vaz. Lumen juris, 2017.	
CORTELLA, Mario Sergio. Educação, Convivência e Ética: audácia e esperança!. Cortez Editora, 2015.	
FERNANDES, Bruno Henrique Rocha. Gestão estratégica de pessoas com foco em competências. 1.ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.	
ELABORADO POR:	
Comissão de Harmonização das Matrizes	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Empreendedorismo					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
3º	20	20	-	2	40	
EMENTA						
Visão geral sobre empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócio. Empreendimentos de base tecnológica. Plano de negócios. Ferramentas de Planos de Negócios.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional graduado na área de Administração, Economia ou Computação, com conhecimento em empreendedorismo de base tecnológica.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
São área de integração o Projeto Integrador 2, Interação Homem-Computador, Programação Web e Relações Interpessoais e Ética.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Fornecer uma visão geral sobre empreendedorismo de base tecnológica. Despertar o espírito empreendedor dos discentes.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fornecer aos discentes conceitos sobre empreendedorismo. 2. Capacitar os alunos sobre o processo de elaboração do plano de negócio de uma empresa de base tecnológica. 3. Identificar oportunidades de negócios na sua região. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Por que estudar administração <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Conceitos de gestão 1.2. As funções do Administrador 1.3. Finalidades e importância da administração para os empreendimentos humanos 1.4. Importância do Relacionamento Interpessoal para as empresas 1.5. O processo de Comunicação 1.6. Liderança e Motivação 2. Introdução ao Empreendedorismo <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Conceitos sobre empreendedorismo. 2.2. Cenário brasileiro para o empreendedorismo 2.3. Instituições e entidades promotoras do empreendedorismo 2.4. As incubadoras de empresa 2.5. O empreendedorismo e a mentalidade empreendedora. 2.6. Empreendedor X empresário 2.7. Características do empreendedor de sucesso 						

<ul style="list-style-type: none"> 2.8. Perfil do empreendedor. 3. Identificando Ideais e Oportunidades <ul style="list-style-type: none"> 3.1. O que são ideias 3.2. O que são oportunidades 3.3. Como diferenciar IDEIAS de OPORTUNIDADES? 3.4. Principais erros cometidos por quem quer empreender 4. Empreendedorismo e Tecnologia <ul style="list-style-type: none"> 4.1. Empreendedorismo de base tecnológica. 4.2. Inovação e Tecnologia. 4.3. Startups. 5. Oportunidades – Modelo Timmons <ul style="list-style-type: none"> 5.1. Identificando e análise de oportunidades 5.2. Tipos de empreendedorismo: corporativo, start-up, social. Tipos de empresas 5.3. A sociedade em rede, formação de alianças. 5.4. Internet: o mundo web para negócios 5.5. Empreendedorismo internacional: fontes e formas da internacionalização do empreendimento 6. O Processo empreendedor <ul style="list-style-type: none"> 6.1. Conceituação e importância 6.2. Elementos para o processo em empreendedor 6.3. Fases do processo empreendedor 7. Plano de Negócios <ul style="list-style-type: none"> 7.1. O que é um Plano de Negócios. 7.2. Características do plano de negócios 7.3. Importância do plano de negócios 7.4. Ferramentas de elaboração de Plano de Negócios. 7.5. Execução do plano de negócios 8. Inovação <ul style="list-style-type: none"> 8.1. Conceitos 8.2. Tipos de inovação 8.3. Inovação e estratégia 8.4. Gerenciando a inovação 8.5. Medidas e estratégia de inovação 8.6. Inovação e desenvolvimento econômico 8.7. Sistemas de inovação
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>DORNELAS, Jose Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: LTC, 2015.</p> <p>CHIAVENATO, IDALBERTO. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia compreensivo para iniciar e tocar sem próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>CASTRO, Mariana. Empreendedorismo Criativo. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2014.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>AQUINO. Soraya, Farias de. Empreendedorismo e Educação. Manaus, BK editora, 2008.</p> <p>DRUCKER, P.F., Inovação e espírito empreendedor, 2ª edição, Pioneira, São Paulo, 1987.</p> <p>LOPES. Rose Mary A. Educação Empreendedora. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.</p> <p>TOLOTTI, Marcia. Empreendedorismo: Decolando para o futuro. Rio de Janeiro. Elsevier, 2011.</p> <p>NASCIMENTO E SILVA, Daniel. Lições de Gestão e Empreendedorismo. São Paulo: Scortecci, 2014.</p>

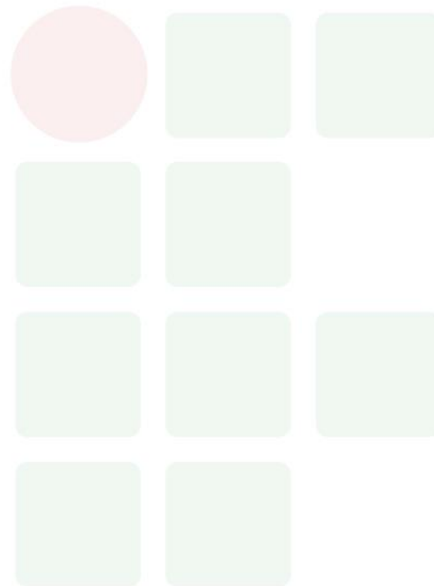
ELABORADO POR:

Comissão de Harmonização das Matrizes



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Projeto Integrador II				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:
3º	20	20	-	2	40
EMENTA					
Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
A disciplina possui integração com todas as disciplinas estudadas no 3º módulo.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Despertar no discente a importância de se elaborar um projeto em informática.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar um projeto que integre as disciplinas do 3º módulo do Curso. 2. Elaborar um projeto seguindo as normas técnicas. 3. Acompanhar a execução de um projeto. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
Conteúdo programático a critério do professor, desde que apresente o roteiro e critérios para a elaboração de um projeto envolvendo os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.					
ELABORADO POR:					
Comissão de Harmonização das Matrizes					

ANEXOS



ANEXO A – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

1. Natureza das Atividades Complementares

As atividades complementares estão implantadas na estrutura do currículo pedagógico de cada curso, como componente do histórico escolar e compreendem qualquer atividade relacionada ao **ENSINO, EXTENSÃO e PESQUISA**. Para fortalecimento das relações Comunidade/Instituição, as atividades complementares visam promover uma efetiva integração do currículo, sob a perspectiva de conciliar a teoria e a prática, contribuindo com o processo ensino-aprendizagem.

2. OBJETIVOS

- Contribuir para a formação humana e profissional do aluno, constituindo-se de experiências diversificadas que não façam parte das disciplinas curriculares, mas que apresentam relação com a área de conhecimento do curso e, para o curso proposto nesse Projeto Pedagógico, torna-se obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 100 horas.
- Estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, de permanente e contextualizada atualização profissional específica, sobretudo com relação ao mundo do trabalho.

3. REGRAS BÁSICAS

- O aluno deverá cumprir e comprovar o número de horas em atividades complementares especificado na matriz curricular do curso.
- É dever do aluno, reunir os comprovantes das atividades realizadas, tais como: declarações, certificados, atestados e relatórios redigidos de próprio punho em formulários próprios, disponibilizados no Protocolo. O relatório deve apresentar um descritivo claro e consistente da atividade problematizando, interpretando e relatando o conteúdo adquirido e a contribuição para sua formação. Com exceção do relatório que deverá ser apresentado em uma única via, os demais documentos comprobatórios,

deverão ser apresentados ao Protocolo, impreterivelmente no mesmo semestre de sua realização, acompanhados de uma fotocópia que, após conferida com o documento original, será encaminhada ao Supervisor das atividades do Curso para validação e arquivamento.

- Para comprovação e garantia de autenticidade das atividades complementares realizadas fora do campus, deverão ser anexados o máximo de comprovantes, como: material informativo do evento ou atividade; programação e carga horária; ramo de atuação, endereço e telefone da entidade; cópia da ficha de inscrição (se for o caso); comprovante de pagamento (se for o caso) e declaração de participação.
- No caso de voluntariado em atividades filantrópicas, o aluno deve apresentar um Projeto que comprove a aderência com as diretrizes curriculares do curso, que sintetize os aspectos gerais da atividade, com cronograma de trabalho, os horários das atividades e os dados da entidade filantrópica. Ao final das atividades o aluno deverá apresentar um Relatório digitado contendo descrição detalhada da entidade, relação das atividades realizadas e um relato sobre sua experiência e a contribuição da atividade para sua formação profissional e pessoal. O aluno deverá apresentar também uma Declaração ou certificado (em papel timbrado e assinado pelo declarante com autonomia e carimbo) emitido pela entidade filantrópica endossando as atividades desenvolvidas.
- As atividades de pesquisa deverão ser atestadas pelo professor coordenador da pesquisa.
- As tarefas desempenhadas em Estágio Curricular Supervisionado (obrigatório) não serão computadas como atividades complementares.
- A participação em eventos científicos deve ser comprovada por meio do certificado de participação que deve conter, obrigatoriamente, o nome do evento, o nome do participante, o local, a data em que foi realizado, a carga horária e a assinatura do responsável pelo evento;
- A monitoria de ensino deve ser comprovada por meio de declaração emitida pela unidade responsável pela disciplina, que deve conter, obrigatoriamente, o nome do monitor, o nome da disciplina em que atuou, o local, a data (de

início e fim) em que foi realizada a monitoria, a carga horária, e a assinatura do diretor da unidade de oferta da disciplina;

- A realização de atividades desenvolvidas como membro de equipe de projetos de ensino deve ser comprovada por meio de certificado ou declaração que deve conter, obrigatoriamente, o nome do projeto, o nome do participante, uma descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária e a assinatura do coordenador do projeto;
- A realização de atividades desenvolvidas como membro de equipe de projetos de extensão deve ser comprovada por meio de certificado ou declaração que deve conter, obrigatoriamente, o nome do projeto, o nome do participante, uma descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária e a assinatura do coordenador do projeto;
- A realização de atividades desenvolvidas como membro de equipe de projetos de pesquisa deve ser comprovada por meio de certificado ou declaração que deve conter, obrigatoriamente, o nome do projeto, o nome do participante, uma descrição das atividades desenvolvidas, a carga horária e a assinatura do coordenador do projeto;
- As atividades de Iniciação Científica devem ser comprovadas por meio de declaração emitida pelo órgão competente, que deve conter, obrigatoriamente, o nome do aluno, o título do projeto, a data de início e fim da Iniciação e a assinatura do responsável;
- A publicação de trabalhos científicos deve ser comprovada por meio de cópia do trabalho publicado ou de documento que comprove o seu aceite para a publicação;
- A participação em órgãos colegiados deve ser comprovada por meio de declaração ou termo de posse emitida pelo órgão competente, que deve conter, obrigatoriamente, o nome do aluno, o nome do órgão colegiado, a data de nomeação e a assinatura do responsável;
- A participação em cursos pertinentes à área deve ser comprovada por meio do certificado de participação que deve conter, obrigatoriamente, o nome do evento, o nome do participante ou ministrante, o local, a data em que foi realizado, a carga horária e a assinatura do responsável pelo evento;

- As disciplinas cursadas como enriquecimento curricular devem ser comprovadas por meio de histórico escolar ou declaração do professor que ministrou a disciplina, declaração essa que deve conter, obrigatoriamente, o nome do aluno, a disciplina que cursou, a nota obtida e a carga horária da disciplina;
- As atividades referentes à prestação de serviços, na forma de treinamento e atividades específicas, como membro de mesa receptora de votos em eleições, devem ser comprovadas por meio de certificado ou declaração emitidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que deve conter a carga horária da prestação de serviços;
- Outras atividades deverão ser comprovadas por meio de documentos a serem definidos pelo Colegiado de Curso quando da avaliação do pedido feito pelo aluno.
- A carga horária obtida nas Atividades Complementares deve ser apreciada e homologada pela Coordenação de Curso para poder ser computada.
- Ao acadêmico concluinte das Atividades Complementares será atribuído o resultado final aprovado ou reprovado, a ser consignado em seu Histórico Escolar.
- Outras atividades não previstas neste Regulamento poderão ser computadas desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

4. Procedimentos efetuados junto ao Protocolo

- Recebimento de comprovantes originais, acompanhados de uma fotocópia das atividades complementares realizadas dentro e fora da Instituição.
- Encaminhamento de relatórios e comprovantes de atividades complementares para validação e deferimento de horas pelo Coordenador de Curso.
- Só será permitido protocolar documentação das Atividades Complementares, no mesmo semestre de sua realização tendo como data limite aquela de divulgação do resultado final, conforme Calendário Acadêmico.

- As horas complementares do aluno transferido serão deferidas pela Coordenação do Curso na Categoria Ensino, no momento da efetivação do processo de transferência, caso não haja especificação da categoria da Atividade Complementar. No caso de as horas complementares vierem especificadas por categoria Ensino, Pesquisa e Extensão, a coordenação do curso as deferirá respeitando as categorias.
- No caso de no histórico escolar do aluno transferido não constar suas horas de atividades complementares, o aluno transferido poderá protocolar a documentação de comprovação dessas atividades complementares no Protocolo Geral do CMC.

5. Relação de Atividades Complementares por Categoria de Ensino, Extensão e Pesquisa.

ENSINO = EN, EXTENSÃO = EX, PESQUISA = PE
(obrigatoriamente com aderência ao curso)

CARGA HORÁRIA REQUERIDA PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES			
Grupo	Atividade	Quantificação	Horas de Equivalência
		Nº horas pré-determinado por Curso	Nº horas pré-determinado por Curso
EN1	Monitoria	1 semestre	40 horas
EN2	Disciplinas extra curriculares não aproveitadas na grade do curso	1 semestre	30 horas
EN3	Curso presencial	1 semestre	60 horas
EN4	Estágio extra curricular	1 semestre	40 horas
EN5	Participação em defesa de monografia, TCC, dissertação de mestrado, tese de doutorado com apresentação de relatório	Todo o curso	20 horas
EN6	Participação em grupo de estudo formalizado na Instituição.	1 hora	1 hora
EN7	Participação em eventos acadêmicos e profissionais (palestra, semana, seminário, congresso, simpósio, <i>workshop</i> , feira, treinamento, campanha e jornada)	1 hora	1 hora
EN8	Participação em cursos de extensão à distância	1 semestre	20 horas

EN9	Participação em visitas técnicas e viagens de intercâmbio, com apresentação de relatório	1 hora	1 hora
EX1	Participação como responsável em eventos acadêmicos e profissionais (palestra, semana, seminário de curso, congresso, simpósio, <i>workshop</i> , feira, treinamento, campanha e jornada)	1 hora	1 hora
EX2	Participação em projetos de extensão institucionalizados (oferecidos por IES)	1 hora	1 hora
EX3	Participação como voluntário em ações sociais, filantrópicas, profissionais e comunitárias, legalmente instituídas	1 semestre	20 horas
EX4	Atuação em representações estudantis	1 semestre	10 horas
EX5	Participação na organização, planejamento e execução de serviços em eventos	1 hora	1 hora
EX6	Participação como jurado em sessão do tribunal de júri	1 dia	10 horas
EX7	Participação em atividades do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)	1 semestre	25 horas
EX8	Participação como co-responsável por viagem de intercâmbio e visita técnica	1 hora	1 hora
EX9	Representação de acadêmicos no Conselho Discente	1 semestre	20 horas
PE1	Participação em projetos de pesquisa institucionalizados	1 Projeto por semestre	40 horas
PE2	Participação em projetos de iniciação científica	1 Projeto por semestre	30 horas
PE3	Autoria e co-autoria em livros, capítulos de livros e revistas	1 Artigo /por semestre	15 horas
PE4	Participação em grupo de pesquisa	Grupo por semestre	10 horas
PE5	Elaboração e apresentação de resumos ou artigos em anais de eventos científicos	1 Artigo ou 1 resumo por semestre	30 horas
PE6	Elaboração e apresentação de trabalhos em exposições, feiras e mostras de trabalhos acadêmicos	1 Trabalho / semestre	30 horas
Legenda: EN – Ensino – EX – Extensão – PE – Pesquisa			

Legenda:

Ensino



Pesquisa



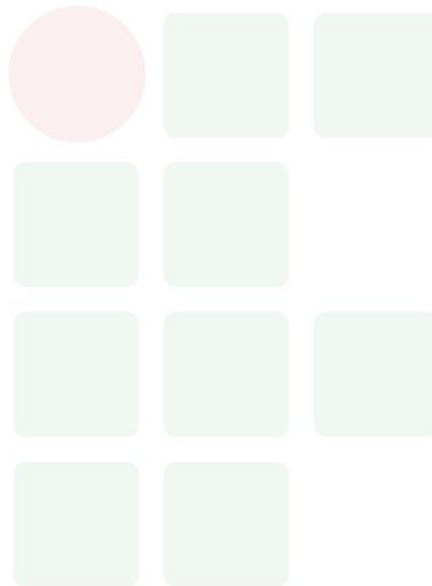
Extensão

ANEXO B – RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO

Apresentação do relatório final de estágio deverá cumprir normas estabelecidas, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade profissional do estagiário durante o período de estágio.

Item	Descrição
Capa	Deve constar o nome da Instituição, Departamento Acadêmico ao qual está vinculado, nome, data, habilitação técnica e número de matrícula fornecido pelo CIE-E;
Índice	É o sumário constando todas as partes do relatório. As páginas deverão estar numeradas;
Identificação	Informações sobre o estagiário, endereço, curso e ano de conclusão. Identificação da Empresa: endereço, telefone, e-mail, setor onde estagiou, período do estágio (início, término e duração).
Introdução	Relatar o processo de seleção pelo qual passou para ser admitido como estagiário; caracterizar a empresa onde estagiou, quanto o processo produtivo, sistema de gestão, processo de capacitação adotado, dentre outras informações.
Desenvolvimento	Abrange todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário o que fez, como fez, local, instrumentos ou equipamentos utilizados, participação em projetos ou cursos, e demais características técnicas do trabalho; facilidade ou dificuldade de adaptação, experiência adquirida, entre outros.
Conclusão	Avaliação do estágio analisando criticamente as atividades desenvolvidas e apresentando sugestões, quando necessário.
Referências	O aluno deverá listar, conforme normas da ABNT, as

	referências que utilizou para escrever o seu relatório. Caso não tenha utilizado nenhuma referência, não precisa incluir este item.
Anexos	Caso seja necessário, o aluno pode incluir no relatório algum tipo de documento, como, por exemplo, as telas principais do sistema que desenvolveu, deve apresentá-los como anexos ao seu relatório. Esta parte não é obrigatória.



ANEXO C– ORIENTAÇÕES SOBRE OS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO E MIGRAÇÃO CURRICULAR

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O novo projeto de curso modifica a Matriz Curricular do Curso Técnico Subsequente em Informática, com o acréscimo de novos componentes curriculares; supressão de outros componentes curriculares; modificação de ementas e cargas horárias; inclusão de componentes curriculares ministrados na modalidade EaD; entre outras.

Considera-se, desta forma, Transição Curricular o período temporal entre a implantação de uma nova matriz curricular e a extinção da matriz curricular do PPC vigente. A Migração Curricular, por sua vez, consiste na mudança do estudante da matriz curricular em extinção para a matriz curricular nova durante o período de transição curricular, não podendo ser revertida.

Durante a transição curricular, podem ocorrer as seguintes situações:

- i. A migração do estudante para a nova matriz curricular;
- ii. Ingresso automático do estudante na matriz curricular nova;
- iii. Permanência do estudante na matriz curricular em extinção.

A migração curricular poderá ser feita de três maneiras:

1. **Opcional:** por meio de preenchimento de um requerimento para migração curricular (Modelo no anexo D), wue expressa a intenção da migração para um novo projeto de curso;
2. **Obrigatório:** Quando o componente curricular em extinção não for mais ofertado e não houver equivalente no novo PPC; ou após o trancamento de matrícula, por retorno do estudante ao curso sem ter cursado os componentes curriculares extintos, como nos casos de readmissão;
3. **Ingresso automático:** O ingresso automático ocorrerá por meio de processos seletivos como vestibulares, SISU, transferências e retornos, reingresso, dentre outros casos similares.

Processo e Procedimentos referentes à transição e migração curricular:

A Coordenações de Cursos Técnico de Informática, apoiado pela chefias de Departamento e Diretoria de Ensino, deverão realizar eventos ou reuniões com os estudantes, turma a turma, preferencialmente, para apresentar o novo Projeto Pedagógico de Curso e os procedimentos para migração curricular.

O novo projeto deve ser encaminhado para todos os estudantes do Curso para que conheçam a proposta em profundidade e façam a sua escolha.

As dúvidas dos estudantes interessados pelo processo de migração opcional devem ser dirimidas, para que tenham clareza das vantagens e consequências de sua escolha, pela necessidade de realizar, casualmente, complementação de carga horária para dispensa de componentes.

A Tabela 1 apresenta a tabela de equivalência dos componentes curriculares indicando quais componentes da nova matriz curricular correspondem aos da matriz curricular em extinção, conforme análise realizada pelo Colegiado de Curso.

Tabela 1 – Equivalência entre componentes curriculares da nova matriz e da matriz curricular em extinção

Nova Matriz Curricular			Matriz Curricular em Extinção		
PERÍODO /MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	CH	PERÍODO /MÓDULO	COMPONENTE CURRICULAR	CH
1	Informática Básica	40	1	Operações de Aplicativos	60
1	Algoritmo e Lógica de Programação	80	1	Lógica e Técnica de Programação	100
1	Inglês Aplicado	40	1	Inglês Instrumental	40
1	Português Aplicado	40	1	Português Instrumental	40
1	Montagem e Manutenção de Computadores	80	1	Organização de Computadores e Instalação de Hardware e Software	80
1	Matemática Aplicada	40			
1	Fundamentos de Redes de Computadores	80	4	Introdução à Rede de Computadores	80
2	Estrutura de Dados	80	2	Estrutura de Dados	80
2	Meio Ambiente, Saúde e Segurança	40	1	Gestão e Segurança no Trabalho	40
2	Fundamentos e Modelagem de Banco de Dados	40	2	Banco de Dados I	100
2	Fundamentos de Sistemas Operacionais	40	2	Sistemas Operacionais	40
2	Programação Orientada a Objetos	80	3	Linguagem de Programação II	120
2	Introdução a Análise de Sistemas	80	2	Introdução à Análise de Sistemas	80
2	Projeto Integrador 1	40			
3	Relações Interpessoais e Ética	40	3	Ética, Cidadania e Meio Ambiente	40
3	Programação para dispositivos	80	4	Linguagem de	100

	móveis			Programação III	
3	Programação em Banco de Dados	80	3	Banco de Dados II	80
3	Interação Homem-Computador	40	3	Projeto de Interação Homem-Máquina	40
3	Programação Web	80	4	Desenvolvimento de Aplicações Web	100
3	Empreendedorismo	40	4	Empreendedorismo e Cooperativismo	40
3	Projeto Integrador 2	40			
			2	Linguagem de Programação I	80
			3	Teste de Software	40

Ao realizar a transição curricular, o estudante ou responsável legal no caso de menores de idade, deve assinar um Termo de migração de Currículo, declarando conhecer as regras de migração curricular.

Em caráter excepcional, componentes curriculares em extinção podem ser oferecidos em uma turma especial ou na modalidade de Educação a Distância, desde que tenha demanda para sua realização e capacidade de oferta pela instituição.

A extinção da matriz curricular vigente está previsto para o final do período letivo de 2018/2. A nova Matriz Curricular será implantada para o 1º Semestre de 2019, correndo todos os trâmites institucionais.

O prazo para extinção da matriz curricular antiga que continuar com estudantes vinculados e que não optaram pela migração curricular, deve obedecer ao critério de oferta regular dos semestres posteriores ao que os estudantes se encontram, sendo a matriz curricular replicada mais uma única vez, exceto as disciplinas que tenham equivalência na nova matriz curricular, de acordo com o período regular de oferta dos semestres do curso.

Os estudantes que desejarem migrar para a nova estrutura curricular deverá fazer sua opção até o final do período letivo de 2018.

ANEXO D – REQUERIMENTO PARA MIGRAÇÃO CURRICULAR

Eu, _____, matrícula N° _____, RG N° _____ expedido por _____, CPF N° _____, ingressante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Manaus-Centro no ano de _____, no Curso Técnico Subsequente em Informática, solicito migrar para o novo Projeto Pedagógico do Curso – 2019, a partir de _____.

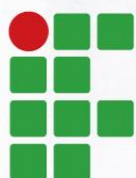
_____, _____ de _____ de _____.

Nome Completo

N° de matrícula e assinatura do/a docente do IFAM

De acordo,

 Coordenador do Curso



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
INFORMÁTICA NA
FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus Parintins

2018

Michel Miguel Elias Temer Lulia
Presidente da República

Rossieli Soares da Silva
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Gutemberg Ferraro Rocha
Diretor Geral do *Campus Parintins*

Romison de Souza Teixeira
Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e
Extensão
Campus Parintins

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria Nº 227 – DG/IFAM/CPA de 21 de maio de 2018 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

PRESIDENTE	HUDSON DA SILVA CASTRO
MEMBROS	ADELSON MENEZES PORTELA DAVID BRITO RAMOS ILMARA MONTEVERDE MARTINS RAMOS KILDERY ALEX FREITAS SERRÃO LEANDRO PEREIRA DE OLIVEIRA JULIEUZA DE SOUZA NATIVIDADE LIA ALESSANDRA DA SILVA MARTINS RODRIGO SOARES MAUÉS ROSÂNGELA TELMA BATISTA DE SOUZA DE JESUS TACILENE CAMPOS PEREIRA

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2	JUSTIFICATIVA e HISTÓRICO	5
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	6
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari	7
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	9
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira	9
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	11
3	OBJETIVOS	12
3.1	OBJETIVO GERAL	12
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	15
4.1	PROCESSO SELETIVO	15
4.2	TRANSFERÊNCIA	16
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	17
5.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	17
5.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	17
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	18
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	18
6.1.1	Cidadania	19
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)	20
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática	22
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso	23
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	25

6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais	29
6.3	MATRIZ CURRICULAR	30
6.4	Carga horária do curso.....	34
6.5	Representação gráfica do Perfil de Formação	36
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO.....	37
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	40
6.7.1	Atividades complementares.....	42
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado.....	45
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	48
7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	50
7.1	Procedimentos para solicitação	52
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	53
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	56
8.2	NOTAS.....	57
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	58
8.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE	59
8.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	62
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	63
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	64
10.1	BIBLIOTECA.....	64
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	65
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	68
11.1	CORPO DOCENTE	68
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	69
	REFERÊNCIAS.....	71

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Informática
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
EIXO TECNOLÓGICO:	Informação e Comunicação
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1.200h
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO OU PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	300h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1.600h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	1 ano e 6 meses
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Semestral
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	<i>Campus</i> Parintins situado na Estrada Odovaldo Novo, S/N – Bairro Aninga Parananema CEP: 69.152-470
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

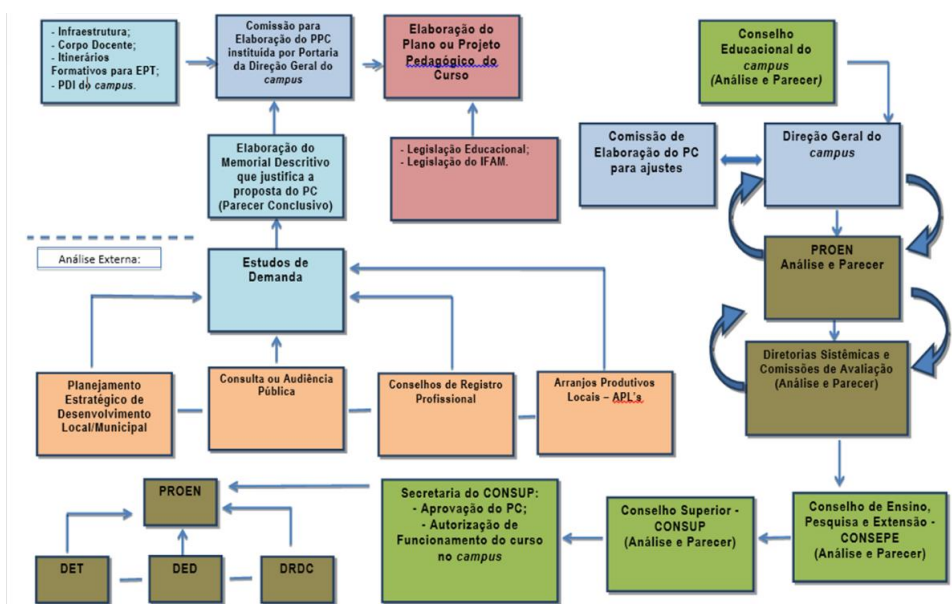
Atualmente, a informática está presente nas mais distintas áreas de conhecimento, interagindo com as mais diversas atividades da sociedade. De certa forma, a todos os profissionais são exigidos conhecimentos em informática, seja para a otimização de tempo, redução de custos, tomada de decisão ou melhorias de atendimento ao público. Conforme a atividade envolvida, a informática pode contribuir nas tarefas mais simples até as mais complexas.

O crescimento da mídia via Web contribui para o elevado número de profissionais requisitados para a área de desenvolvimento de sistemas/sites online para os campos de vendas, compras, marketing, prestação de serviços e outros que migram ou pelo menos empregam um novo canal de comunicação e informação que é a Internet.

Toda essa mudança requer profissionais qualificados e competentes no exercício de suas atividades dentro da área de informática. É dentro deste cenário global que está inserido o curso de informática do IFAM *Campus Parintins*.

O objetivo do curso de informática é capacitar e qualificar profissionais para o desenvolvimento de soluções informatizadas, profissionais estes que estão em falta no mercado.

Figura 1- Fluxograma de Tramitação para Aprovação de Novos Cursos EPTNM.



Fonte: PROEN, 2017¹.

2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o

¹ Portaria N° 18 – PROEN/IFAM de 1° de fevereiro de 2017.

Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da

Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação,

iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM *Campus* Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

2.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O *Campus* São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a

presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

HISTÓRICO DO *CAMPUS* PARINTINS

O *campus* Parintins/IFAM iniciou suas atividades no ano de 2010, oriundo da expansão da Rede Federal no Estado do Amazonas. Na oportunidade, Parintins foi contemplado por essa expansão por ser o município Polo do Baixo Amazonas.

Para que se iniciassem tais atividades, a Prefeitura Municipal de Parintins doou um terreno situado à Estrada Odovaldo Novo, S/Nº - Aninga/Parananema. Parintins/AM - o que daria o início às atividades de construção do *Campus* Parintins/IFAM.

Inicialmente, o *campus* Parintins ofertou os seguintes cursos na forma integrada: Técnico em Administração, Técnico em Informática e Técnico em Agropecuária; e na forma subsequente: Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Recursos Pesqueiros e Técnico em Meio Ambiente.

Atualmente, o *campus* Parintins/IFAM oferece oito cursos presenciais de nível médio ofertados na forma integrada e subsequente, sendo ofertados os cursos de nível médio em Agropecuária, Administração e Informática; os

cursos pós-médios ofertados são: Administração, Agropecuária, Informática, Meio Ambiente e Recursos Pesqueiros.

O *campus* Parintins/IFAM também é Polo da Universidade Aberta do Brasil, ofertando sazonalmente cursos de educação à distância como: Técnico em Agente Comunitário em Saúde, Técnico em Secretaria Escolar, Técnico em Redes de Computadores, incluindo a oferta do curso de pós-graduação lato sensu em Educação no Campo.

Ao longo destes anos de atividades o *campus* Parintins/IFAM tem buscado estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas localizadas no município, visando contribuir significativamente com o crescimento econômico local, através da oferta de seus cursos técnicos, além de atividades de pesquisa e extensão que fortalecem os arranjos social, cultural e produtivo local, promovendo impactos positivos na sociedade e na economia da microrregião do Baixo Amazonas.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

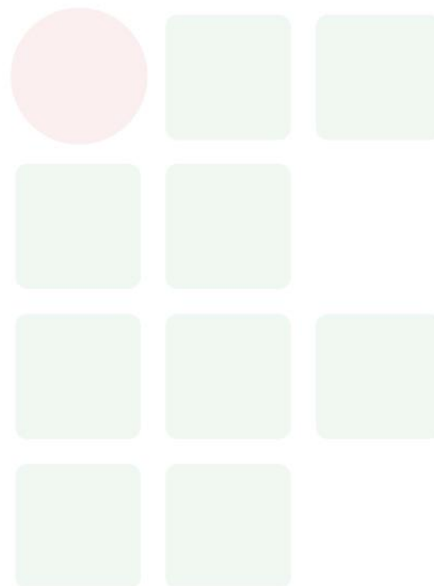
O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na forma subsequente tem como objetivo proporcionar ao educando habilitação profissional de nível técnico em informática, com domínio dos conhecimentos e habilidades necessárias ao exercício profissional para desenvolver e operar sistemas de computadores, que estejam sempre atentos às novas linguagens e tecnologias emergentes, com capacidade de articular e mobilizar conhecimentos, que possuam valores e emoções para atender com eficiência e eficácia aos novos requerimentos da prática social e da vida profissional, dando respostas originais e criativas aos novos desafios do mundo do trabalho.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar profissionais aptos ao mercado de trabalho.

- Desenvolver atividades de utilização de sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, Internet, criação e desenvolvimento de software e manutenção de hardware.
- Utilizar recursos na operação de aplicativos para automação de escritório e Internet.
- Prestar suporte e realizar treinamento a usuários de recursos de informática.
- Instalar e configurar os componentes e periféricos de computador, sistemas operacionais e aplicativos, de forma adequada, garantido seu funcionamento.
- Conhecer técnicas de análise de sistemas a fim de auxiliar as organizações de controle e gerenciamento na tomada de decisões.
- Desenvolver softwares que possibilitam o tratamento automático da informação, articulando com banco de dados na modelagem dos sistemas em evidência no mercado.
- Conhecer e aplicar técnicas de construção de interface homem-máquina, de tal modo que os softwares tornem-se mais amigáveis aos usuários e proporcionem uma integração com banco de dados, utilizando linguagem adequada para a confiabilidade da aplicação;
- Possuir noções sobre o segmento financeiro, comércio eletrônico, manufatura e telecomunicações;
- Apresentar visão empresarial e noções básicas sobre gestão de negócios;
- Manter-se atualizado e compartilhar conhecimentos em tecnologia;
- Saber integrar os conhecimentos individuais para atingir as metas estabelecidas em equipe;
- Desenvolver a capacidade de base em lógica de programação, estruturas de dados, orientação a objetos, bancos de dados e gestão empresarial;
- Saber interpretar especificações de sistemas;
- Possuir conhecimentos de bancos de dados cliente/servidor e linguagens de consulta;

- Seja capaz de desenvolver aplicações nas mais diversas plataformas e linguagens;
- Apresentar conhecimentos de estruturação, instalação, configuração, monitoração e manutenção de computadores e redes.



4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na forma subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho. Os critérios para admissão no curso se dará por processo seletivo público, classificatório, realizado pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas, aos candidatos que já possuam o Ensino Médio, constando de seleção que será realizada em 02 (duas) fases:

- a) Primeira fase: o(a) candidato deverá realizar a sua inscrição via internet no site de Seleção do IFAM destinado para essa função, ao final do preenchimento dos dados para inscrição online, o(a) candidato(a) deverá realiar a confirmação de sua inscrição, através do link disponibilizado.
- b) Segunda fase (classificatória): a classificação dos(as) candidatos(as) será realizada com base na Média Final (MF) do(a) candidato(a), conforme o item 6 deste Edital, sendo resultante de cálculo a ser realizado com base nas Médias Finais das disciplinas de Língua Portuguesa (MFP), Matemática (MFM), Física (MFF), Química (MFQ) e Biologia (MFB) do 1º (primeiro) e 2º (segundo) anos do Ensino Médio, as quais deverão ser informadas pelo(a) candidato(a) no ato da inscrição e comprovadas no ato da matrícula através da apresentação do Histórico Escolar.

Cada processo de admissão no curso deverá apresentar edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao pólo territorial, número de vagas, forma curricular, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames ou entrevistas, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *Campus* Parintins ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, por meio da Comissão Geral de Gestão de Cursos e Exames – CGGCE, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida

por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Instala sistemas operacionais, aplicativos e periféricos para desktop e servidores. Desenvolve e documenta aplicações para desktop com acesso a web e a banco de dados. Realiza manutenção de computadores de uso geral. Instala e configura redes de computadores locais de pequeno porte.

5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

Prestação autônoma de serviço e manutenção de informática. Empresas de assistência técnica. Centros públicos de acesso à internet.

5.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

Administrador de Banco de Dados. Agente de Inclusão Digital em Centros Públicos de Acesso à Internet. Programador de Sistemas. Instalador e Reparador de Redes de Computadores. Operador de Computador. Montador e Reparador de Computadores.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nas orientações do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos/ 3º edição 2016.

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime modular semestral, e com uma carga-horária total de 1.600 horas, sendo 1.200 horas destinadas às disciplinas e 300 horas para Estágio Profissional/PCCT (Projeto de Conclusão de Curso Técnico) e 100h de Atividades Complementares (Participação em eventos internos e externos à Instituição de Educação, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais, atuação profissional e atividades de iniciação científica, assim como de monitoria, desde que comprovadas por meio de certificação).

A organização curricular do curso busca atender à autonomia da Instituição, sem, contudo, perder a visão de uma formação geral que dê conta da percepção dos processos sociais e profissionais do local e do global. Dentre os princípios e as diretrizes que fundamentam o curso, destacam-se: estética da sensibilidade; política da igualdade; ética da identidade; inter e transdisciplinaridade; contextualização; flexibilidade e intersubjetividade.

6.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

6.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a

modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

6.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnicidade, que consideram o sujeito na sua integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a

realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

6.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também [...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e vigor, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

6.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e

normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

6.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais

diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

É fundamental na elaboração do PPC dos cursos subsequentes observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, perpassando por todo currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que

os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o campus se situa.

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução Nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

6.2.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de educação a distância, sempre que o Campus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

As disciplinas que poderão ser ministradas a distância estão descritas abaixo:

- **Informática Básica**

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo E sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus Parintins*.

6.3 MATRIZ CURRICULAR

As matrizes curriculares dos cursos devem ser orientadas pela concepção do Eixo Tecnológico e de Eixos Articuladores/Integradores do currículo (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura).

O Quadro 1 apresenta a estrutura e as disciplinas que compõe o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, bem como suas respectivas cargas horárias:

- a) Presencial com carga horária separadas em **Teórica e Prática**;
- b) A distância com a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (**AVA**);
- c) **Semanal** com o total de hora-aula na semana;
- d) **Semestral** o total da carga horária de toda a disciplina naquele semestre/módulo;
- e) **Total** de carga horária de toda a disciplina ao longo do curso.

O Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);
- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10//2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);

- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de

conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.


Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

6.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente, conforme Parecer CNE/CEB n.º 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB n.º 06/2012, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária da Formação Profissional	1200h
Carga Horária de Atividades Complementares	100h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT	300h
Carga Horária Total	1600h

Quadro 1- Matriz Curricular

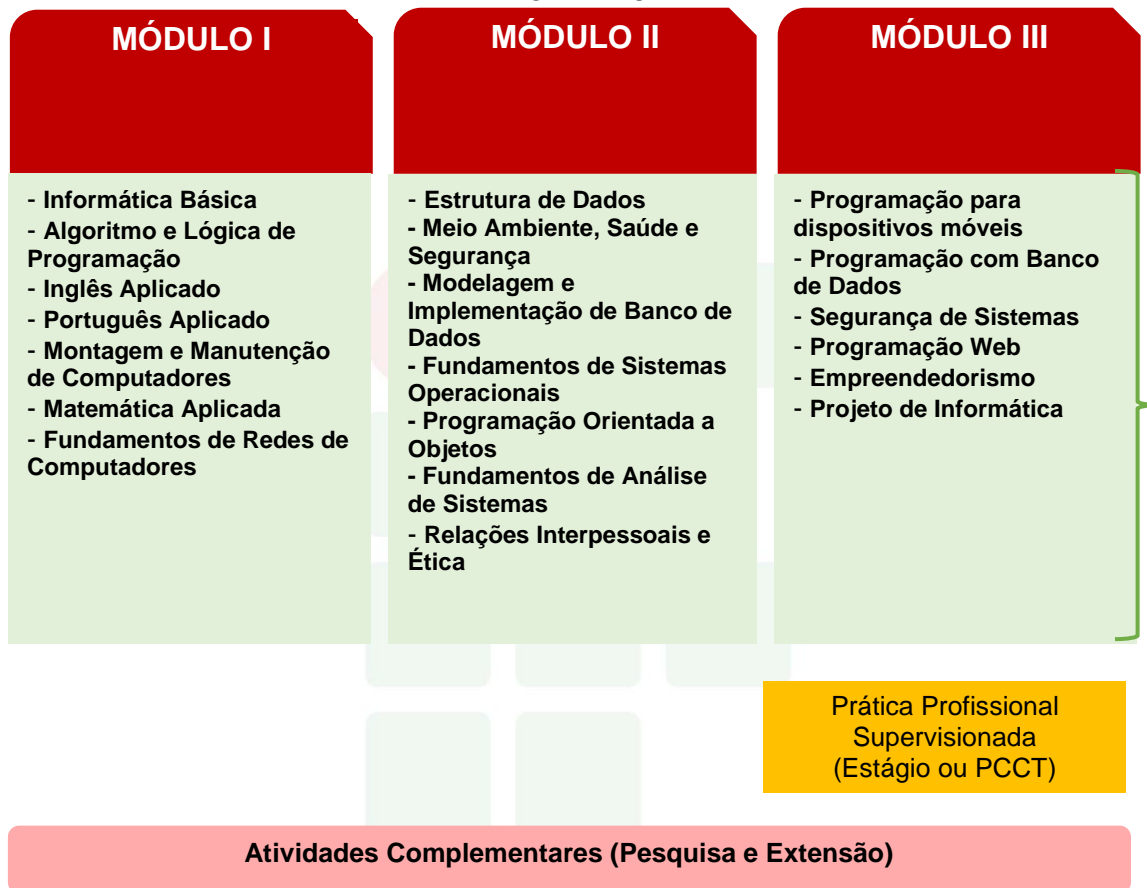
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM Campus Parintins							
EIXO TECNOLÓGICO: INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM INFORMÁTICA							
ANO DE IMPLANTAÇÃO:		FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE			REGIME: SEMESTRAL		
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)				
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral
			Teórica	Prática	AVA		
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	MÓDULO I	Informática Básica	20	-	20	2	40
		Algoritmo e Lógica de Programação	40	40	-	4	80
		Inglês Aplicado	20	20	-	2	40
		Português Aplicado	20	20	-	2	40
		Montagem e Manutenção de Computadores	40	40	-	4	80
		Matemática Aplicada	20	20	-	2	40
		Fundamentos de Redes de Computadores	40	40	-	4	80
	SUBTOTAL		180	180	40	20	400
	MÓDULO II	Estrutura de Dados	40	40	-	4	80
		Meio Ambiente, Saúde e Segurança	20	20	-	2	40
		Modelagem e Implementação de Banco de Dados	40	40	-	4	80
		Fundamentos de Sistemas Operacionais	20	20	-	2	40
		Programação Orientada a Objetos	40	40	-	4	80
		Fundamentos de Análise de Sistemas	20	20	-	2	40
		Relações Interpessoais e Ética	20	20	-	2	40
	SUBTOTAL		200	200	-	20	400
	MÓDULO III	Programação para dispositivos móveis	40	40	-	4	80
		Programação com Banco de Dados	40	40	-	4	80
		Segurança de Sistemas	20	20	-	2	40
		Programação Web	40	40	-	4	80
		Empreendedorismo	20	20	-	2	40
Projeto de Informática		40	40	-	4	80	
SUBTOTAL		200	200	-	20	400	
TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL		1200h					
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		100h					
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT		300h					
TOTAL		1600h					

SUBSEQUENTE

6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

A representação gráfica do perfil de formação do curso esboça a estrutura formativa do curso, informando a distribuição de disciplinas de cada semestre/módulo.

Figura 2 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em INFORMÁTICA



Legenda:

- Núcleo Tecnológico
- Prática Profissional
- Atividades Complementares

6.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 2, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal;
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual;
- c) Tec: Núcleo Tecnológico.

Quadro 2- Ementário
EMENTAS
Curso Técnico de Nível Médio em Informática

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Informática Básica	1º	2	40	Tec
EMENTA: Conceitos básicos de software e hardware. Tipos de Softwares. Internet. Correio eletrônico. Editor de textos. editor de planilha eletrônica. Editor de apresentação de slides.				
Algoritmo e Lógica de Programação	1º	4	80	Tec
EMENTA: Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e Saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeiras de caracteres. Modularização de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.				
Inglês Aplicado	1º	2	40	Tec
EMENTA: Leitura e compreensão de textos técnico-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.				
Português Aplicado	1º	2	40	Bas
EMENTA:				

Textualidade e discurso, com ênfase em aspectos organizacionais de textos de natureza técnica, científica e/ou acadêmica, reconhecer os elementos da cena enunciativa, a intencionalidade discursiva, identificar as diversas sequências textuais, os elementos coesivos e os aspectos da coerência. Identificar os diversos gêneros de acordo com as situações discursivas. Produzir textos escritos considerando as articulações coerentes dos elementos linguísticos e adequação das situações comunicativas, bem como o registro da língua padrão.				
Montagem e Manutenção de Computadores	1º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Montagem e configuração de um computador. Instalação da placa-mãe. Verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização. Manuseio com HD. CD-ROM. Processadores. Memórias. Dispositivos de entrada e saída.</p>				
Matemática Aplicada	1º	2	40	Bas
<p>EMENTA:</p> <p>Operações aritméticas fundamentais. Expressões numéricas. Regra de três. Porcentagem. Médias. Geometria plana e espacial. Juros. Matrizes. Vetores. Raciocínio lógico matemático.</p>				
Fundamentos de Redes de Computadores	1º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e transporte. O endereçamento na camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.</p>				
Estrutura de Dados	2º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das estruturas em uma linguagem de programação.</p>				
Meio Ambiente, Saúde e Segurança	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Histórico. Conceitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. Classificação de Acidentes e Incidentes. Conceito, levantamento, análise e interpretação de Perigos e Riscos. Elaboração de Mapa de Riscos. Prevenção de acidentes de trabalho. Legislação aplicada à SMS-NR's. Ergonomia. Psicologia do Trabalho. Toxicologia</p>				

– doenças ocupacionais. Programa de prevenção a saúde ocupacional. Prevenção e combate a incêndios. Noções de primeiros socorros.				
Modelagem e Implementação de Banco de Dados	2º	4	80	Tec
EMENTA: Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de dados. Linguagem SQL. DDL e DML				
Fundamentos de Sistemas Operacionais	2º	2	40	Tec
EMENTA: Histórico. Classificação. Estrutura dos S.O.. Mono e multiprogramação. Processos. Técnicas de escalonamento de processos. Gerência de memória em sistemas multiprogramados. Técnicas de gerência de memória real. Estudo de um sistema operacional real.				
Programação Orientada a Objetos	2º	4	80	Tec
EMENTA: Paradigma de Programação Orientada a Objetos (POO). Conceitos de classes, objetos, herança, encapsulamento, polimorfismo, Interfaces e exceções. Padrões de Projetos. Implementação utilizando linguagem de programação orientada a objetos.				
Fundamentos de Análise de Sistemas	2º	2	40	Tec
EMENTA: Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de levantamento de dados, modelos e modelagem, desenvolvimento e estudo de caso.				
Relações Interpessoais e Ética	2º	2	40	Tec
EMENTA: Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.				
Programação para dispositivos móveis	3º	4	80	Tec
EMENTA: Características dos dispositivos móveis. Arquiteturas de aplicação móvel. Infraestrutura móvel. Projeto de interfaces para dispositivos móveis. Programação de aplicações para clientes móveis. Transferência de dados cliente-servidor.				
Programação com Banco de Dados	3º	4	80	Tec
EMENTA:				

Projeto de implementação de Banco de Dados. Utilização e aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.				
Segurança de Sistemas	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Aspectos de segurança e auditoria. Visão geral sobre auditoria de sistemas. Problemas que impactam a segurança. Análise de riscos em sistemas de informação. Mecanismos de garantia de segurança. Firewall. Mecanismos de criptografia.</p>				
Programação Web	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à Web. O modelo cliente e servidor. O protocolo HTTP e sua relação com a Web. Arquiteturas de desenvolvimento de aplicações para Web. Tecnologias de programação de aplicações para Web. Desenvolvimento de uma aplicação Web utilizando linguagens de programação e ambiente de desenvolvimento de software/sistema para Web.</p>				
Empreendedorismo	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Visão geral sobre empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócio. Empreendimentos de base tecnológica. Plano de negócios. Ferramentas de Planos de Negócios.</p>				
Projeto de Informática	3º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Métodos e técnicas de pesquisa. Principais normas dos trabalhos acadêmicos, conforme as normas vigentes da ABNT. Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.</p>				

6.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma

formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução Nº. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 300 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

6.7.1 Atividades complementares

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Coordenação do curso e equipe pedagógica.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial

Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no quadro 3. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações realizadas foram relativas as diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente.

Quadro 3. Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro. 10 (dez) horas por trabalho apresentado. 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se

		realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). 3 (três) horas por participação em peça de teatro. 3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica. 60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.

	60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor. 30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.	
Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.

Na carga horária destinada às atividades complementares, estará sendo implementado o conteúdo referente a **Interação Homem-Computador**, propiciando uma equiparação as matrizes dos demais *campi* do IFAM, que o contemplam. Dessa forma, contribui-se para maior correspondência do curso em situações de transferência *intercampi*.

6.7.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Setor de Estágio e Egresso ligado a Coordenação de Extensão do *Campus Parintins* fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 300 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e ocorrerá no 3º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com à área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final e apresentá-lo em banca examinadora de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), onde 40% dessa nota será atribuída pelo supervisor de estágio na empresa e 60% pela banca examinadora. Portanto, mesmo após a defesa, faz-se necessário a entrega da versão final do Relatório com as adequações sugeridas pela banca, conforme o aceite do professor orientador.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não nesse plano de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las.

6.7.2.1 *Aproveitamento Profissional*

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, terá carga horária de 300 horas e será avaliado por meio do Relatório Final e apresentação em banca examinadora conforme as normas estabelecidas pela instituição. O discente/estagiário será aprovado ao

atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), atribuída na totalidade pela banca examinadora.

6.7.3 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM campus Parintins. Poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 2º semestre do curso e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária de 300 horas, podendo ser aplicadas da seguinte forma: 200 (duzentas) horas presenciais e 100 (cem) horas dedicadas à livre pesquisa.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo

presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *Campus*.

O IFAM *Campus Parintins* não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou co-orientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda, para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM *campus Parintins* disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á de conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo

Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

7.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;

II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;

III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;

II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Informática segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente é feita por componente

curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

8.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

8.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

8.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

- I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou

endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;

IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;

V – serviço à Justiça Eleitoral;

VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;

VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Civis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;

VIII – licença paternidade devidamente comprovada;

IX – doação de sangue;

X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;

XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;

XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;

XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e

XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

8.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do

componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

8.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

9 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundos itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Informática pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

10.1 BIBLIOTECA

- ✓ A biblioteca do Campus Parintins possui área 155,27 m²;
- ✓ O empréstimo se dá de forma domiciliar e local;
- ✓ O acervo está informatizado, e é gerenciado por meio do Sistema

Biblioteca fácil;

- ✓ A biblioteca conta com 15 cabines individualizadas com acesso à internet;
- ✓ Conta com 05 mesas para estudo em grupo, com capacidade para 40 discentes;
- ✓ Possui acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- ✓ É regida pelos seguintes instrumentos:
 - Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas (Resolução n. 31 CONSUP/IFAM de 23/06/2017);
 - Regulamento interno das bibliotecas do IFAM (Resolução n. 46 CONSUP/IFAM DE 13 de julho de 2015;
- ✓ Listar, descrever os serviços, produtos, eventos e projetos realizados pela biblioteca;
 - ✓ Não possui acervo eletrônico, contudo dispõe de multimeios (e-books, DVD's, atlas digitais e etc) e materiais (atlas, mapas e cartas);
 - ✓ Não dispõe de orçamento específico e as demandas de aquisição são baseadas nos planos de curso, na sugestão dos discentes e docentes.

As bibliografias do curso estão apresentadas como Básica e complementar e descritas logo após os programas individuais.

10.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

10.2.1 Infraestrutura Física da Unidade

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA (m ²)
1	TERRENO	62.000m ²
2	CONSTRUÍDA	5.685m ²
3	NÃO CONSTRUÍDA	56.450m ²

10.2.2 Distribuição dos Ambientes Físicos

Nº	AMBIENTE	QTD.	ÁREA (m ²)
1	SALAS DE AULA	10	546,92
2	SALAS DE ESTUDO	1	58,80
3	LABORATÓRIOS	4	621,53
4	LANCHONETE	1	67,85
5	WC. MASCULINO / FEMININO / PNE	8	211,61
6	AUDITÓRIO	1	246,97
7	REPROGRAFIA	1	23,40
8	GAB. MÉDICO / ODONTOLÓGICO	1	42,41
9	CPD	1	18,42
10	VIDEO CONFERÊNCIA	1	58,50
11	BIBLIOTECA	1	155,27
12	SALA DE PROFESSORES	1	58,79
13	RELAÇÕES COMUNITÁRIAS	1	20,47
14	SECRETARIA ESCOLAR	1	49,43
15	PROTOCOLO	1	13,16
16	SALA DE REUNIÃO	1	27,20
17	AUDITÓRIO	1	246,97
TOTAL(m²)			2332,70

10.2.3 Recursos Audiovisuais (Videos/Documentários)

10.3	DESCRIÇÃO	QTDE
01	RETROPROJETOR	01
02	PROJETOR MULTIMÍDIA	05
03	VÍDEO CASSETE	05
04	TELEVISÃO DE 29" COM DVD	01

10.2.4 Laboratório de Informática I

ITEM	DESCRIÇÃO	
01	Micro computador Pentium II com: Processador 233MHz, HD 20Gb, Memória Ram 128Mb, Drive de Disquete 1.44, Drive CD	20
02	Bancada em madeira e fórmica disposta: duas lateralmente para 5 computadores e uma no centro para 10 computadores	02
03	Quadro de acrílico para pincel 1.10m x 3,00m	02
04	Switch 3Com SuperStack com 24 portas	01
05	Rede de energia Estabilizada com comando interno de disjuntores	02

10.2.5 Laboratório de Informática II

ITEM	DESCRIÇÃO	
01	Micro computador Pentium IV com: Processador 2.8GHz, HD 40Gb, Memória Ram 256Mb, Drive de Disquete 1.44, Drive CD ROM 52X, Placa de Vídeo, Placa de Som, Placa de rede, Teclado, Mouse e	21
02	TV 43", tela Plana conectada ao computador	01

03	Bancada em madeira e fórmica disposta: duas lateralmente para 5 computadores e uma no centro para 10 computadores	03
04	Quadro de acrílico para pincel 1.10m x 3,00m	01
05	Rack 20 cm x 40cm x 50cm, para abrigar dois equipamentos	01
06	Switch 3Com SuperStack com 24 portas	01
07	Rede de energia estabilizada 1KVA por máquina, distribuído em circuitos por bancada.	21
08	Rede lógica em par trançado ident. e conectada ao fire all	01

10.2.6 Laboratório de Informática III

ITEM	DESCRIÇÃO	
01	Micro computador Pentium IV com: Processador 2.8GHz, HD 40Gb, Memória Ram 256Mb, Drive de Disquete 1.44, Drive CD ROM 52X, Placa de Vídeo, Placa de Som, Placa de rede, Teclado, Mouse e	21
02	TV 43", tela Plana conectada ao computador	01
03	Bancada em madeira e fórmica disposta: duas lateralmente para 5 computadores e uma no centro para 10 computadores	03
04	Quadro de acrílico para pincel 1.10m x 3,00m	01
05	Rack 20 cm x 40cm x 50cm, para abrigar dois equipamentos	01
06	Switch 3Com SuperStack com 24 portas	01
07	Rede de energia estabilizada 1KVA por máquina, distribuído em circuitos por bancada.	21
08	Rede lógica em par trançado ident. e conectada ao fire all	01

14 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

14.1 CORPO DOCENTE

O *campus* Parintins conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Informática na Forma Subsequente.

O quadro 3 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 4. Corpo Docente

Professor de	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Informática	Adelson Portela Menezes	Bacharel em Sistemas de Informação	D.E.
Informática - Programação	David Brito Ramos	Mestre em Informática	D.E.
Informática – Hardware II	Hudson da Silva Castro	Especialista em Tecnologias e Educação a Distância	D.E.
Informática - Software	Ilmara Monteverde Martins Ramos	Mestre em Informática	D.E.
Informática	Lia Alessandra da Silva Martins	Especialização em Informática na Educação	D.E.
Informática	Rodrigo Soares Maués	Especialista em Administração e Projeto de Banco de Dados	D.E.

14.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 5. Corpo Técnico Administrativo

Cargo/Função	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Assistentes de Aluno	Anderlan da Silva Magalhães	Pedagogia	40h
	Elenilton Mendonça Batista	Especialista em Biotecnologia	40h
	José Adenilto Oliveira de Souza	Graduado em Normal Superior	40h
	Rayner Monteiro dos Santos	Mestre em Clima e Ambiente	40h
Pedagogos	Denis de Oliveira Silva	Mestre em Educação em Ciências na Amazônia	40h
	Leandro Pereira de Oliveira	Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico	40h
Técnico em Assuntos Educacionais	Mário Bentes Cavalcante	Especialista em Leitura e Produção Textual	40h
Bibliotecário	Felipe Magno Silva Pires	Graduado em Biblioteconomia	40h
Auxiliar de Biblioteca	Alfredo Brito Farias Júnior	Graduação em Zootecnia	40h
Administrador	Tatiana Ferreira Nakauth Rodrigues	Bacharel em Administração	40h
Assistente em Administração	Yuna Barreto Cerdeira	Bacharel em Direito	40h
Contador	David Wilkerson Ferreira	Especialista em	40h

	de Souza	Gestão Pública	
Técnico em Contabilidade			
Secretária			
Técnico em Informática	Ergison de Azevedo Farias	Graduado em Física	40h
Enfermeiro	Reidevandro Machado da Silva Pimentel	Especialista em Enfermagem do Trabalho	40h
Técnico em Enfermagem	Jair Canto Brelaz		40h
Nutricionista	Georgina Raquel Freitas Dácio Alfaia	Especialista em Saúde Coletiva	40h

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3ª edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

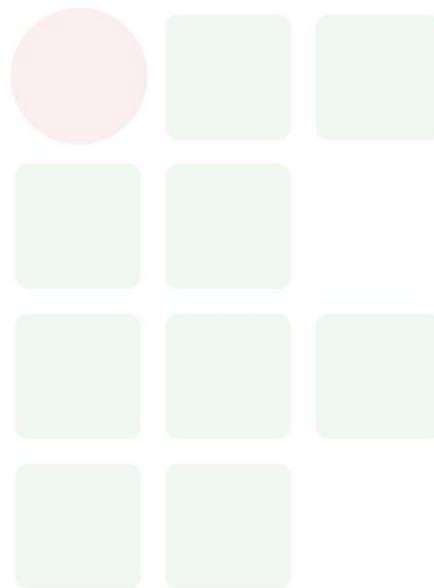
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

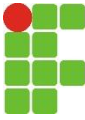
VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES



APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Informática Básica					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral:	
1º	20h	-	20h	2h	40h	
EMENTA						
Conceitos básicos de software e hardware. Tipos de Softwares. Internet. Correio eletrônico. Editor de textos. Editor de Planilha eletrônica. Editor de apresentação de slides.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
1. Todas as disciplinas: Nos assuntos de Internet, Editor de Texto e Editor de Slides é possível ensinar o uso dessas ferramentas utilizando como tema conteúdos de qualquer disciplina. 2. Matemática: Planilha Eletrônica.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Desenvolver a capacidade de interação dos alunos ao universo computacional por meio da utilização de sistemas operacionais e de softwares utilitários.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Capacitar o aluno com conhecimentos básicos de hardware e software. 2. Capacitar o aluno na utilização e edição de documentos em um editor de texto, planilha e apresentação de slides. 3. Conhecer os conceitos básicos da Internet, bem como, dispor de						

conhecimento suficiente para acessá-la, transferir arquivos e programas, enviar e receber e-mail e pesquisar em sites de busca.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE

- 1.1. Tipos de Computadores
- 1.2. Conceitos Básicos de Componentes de Computadores
- 1.3. Sistema Operacional e seus Conceitos Básicos
- 1.4. Principais tipos de Hardware e Softwares

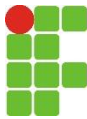
2. EDITOR DE TEXTO

- 2.1. Visão geral de editores de texto
- 2.2. Abas e/ou Menus
- 2.3. Modos de Visualizações um Documento
- 2.4. Criar um Documento Novo
- 2.5. Salvar e Abrir um documento
- 2.6. Impressão
- 2.7. Modos de Seleção de Texto
- 2.8. Formatações de Fonte
- 2.9. Formatações de Parágrafo
- 2.10. Revisão da Ortografia e Gramática
- 2.11. Imagem
- 2.12. Tabelas
- 2.13. Formatações de Estilo
- 2.14. Quebras de Páginas e de Seção
- 2.15. Cabeçalho e/ou Rodapé
- 2.16. Número de Páginas
- 2.17. Sumário

3. EDITOR DE PLANILHA ELETRÔNICA

- 3.1. Visão Geral dos programas de edição de planilha
- 3.2. Guias de planilha e seu Gerenciamento (Criar, Editar, Excluir e Mover)
- 3.3. Salvar e Abrir Documento
- 3.4. Inserção de linhas e colunas
- 3.5. Formatação de células: Fonte, Alinhamento e Números
- 3.6. Formatação condicional
- 3.7. Operadores e funções
- 3.8. Classificação de Dados
- 3.9. Filtro e Auto Filtro

<p>3.10. Gráficos</p> <p>3.11. Impressão, cabeçalho e rodapé</p> <p>4. EDITOR DE APRESENTAÇÃO DE SLIDES</p> <p>4.1. Visão geral do programa de edição de slides</p> <p>5. INTERNET E CORREIO ELETRÔNICO</p> <p>5.1. História e conceito de Internet</p> <p>5.2. Navegadores</p> <p>5.3. Ferramentas de Busca e Modos de Realização de Busca</p> <p>5.4. E-mail</p> <p>5.5. Computação em Nuvem</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>CARVALHO, A. C.; LORENA, A. C. Introdução à Computação. 1. ed. São Paulo: LTC, 2017.</p> <p>FERREIRA, Maria Cecília. Informática Aplicada. 3. ed. São Paulo: Érica, 2017.</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. 10. ed. São Paulo: Campus/Elsevier, 2017.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>CORNACHIONE, J. Edgard Bruno. Informática Aplicada às áreas de Contabilidade, Desenvolvimento de Sistemas e Economia. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>FRANCO, Jeferson, FRANCO, Ana. Como Elaborar Trabalhos Acadêmicos nos Padrões da ABNT Aplicando Recursos de Informática. 2. ed. Ciência Moderna, 2011.</p> <p>FUSTINONI, Diógenes Ferreira Reis. Informática básica para o ensino técnico profissionalizante. Brasília/DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.</p> <p>MARÇULA, Macedo; BENINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Érica. 2010.</p> <p>SILVA, Felix de Sena. Word 2013 Básico: para pessoas com deficiência visual: educação profissional. Osasco: Fundação Bradesco, 2016.</p>
ELABORADO POR:
Hudson da Silva Castro

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p>  <p>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</p>	
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática

Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Algoritmo e Lógica de Programação				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral
1º	40h	40h	-	4h	80h
EMENTA					
Definições. Linguagem algorítmica. Variáveis e expressões aritméticas. Entrada e Saída. Estruturas de controle sequencial, condicional e repetitiva. Processamento de cadeiras de caracteres. Modularização de passagem de parâmetros. Linguagem de programação estruturada.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
As mais diversas disciplinas do currículo podem ser integradas a soluções de software, possibilitando a interdisciplinaridade.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proporcionar o contato com os principais conceitos de Lógica de Programação, identificando e desenvolvendo modelos matemáticos para resolução de problemas através da implementação e consolidação da lógica algorítmica.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolver raciocínio lógico. 2. Resolver problemas utilizando linguagem de descrição narrativa, fluxogramas e pseudo linguagem. 3. Implementar algoritmos utilizando a linguagem de programação estruturada. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Noções de Raciocínio Lógico 2. Noção de algoritmo 3. Estrutura de um programa 4. Representação da Informação: 					

- 4.1. Tipos primitivos: Constantes e variáveis; formação de identificadores; declaração de variáveis.
- 4.2. Comentários.
- 4.3. Comando de atribuição;
- 4.4. Expressões aritméticas; operadores aritméticos; funções matemáticas; precedência de operadores.
- 4.5. Expressões lógicas; operadores relacionais; operadores lógicos tabela-verdade; precedência de operadores.
- 4.6. Blocos
5. Entrada e saída de dados.
6. Estruturas e comandos de seleção simples e composta.
7. Estrutura e comandos de repetição.
8. Estruturas de controle:
 - 8.1. Sequencial;
 - 8.2. Seleção;
 - 8.3. Repetição.
9. Modularização: conceitos; refinamento; funções e procedimentos; variáveis públicas e locais; parâmetros.
10. Introdução a vetores.
11. Implementação de algoritmos em uma linguagem de programação estruturada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BENEDUZZI, Humberto Martins. Lógica e linguagem de programação: introdução ao desenvolvimento de software. – Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2010.

MANZANO, José Augusto N.G. Algoritmos: Lógica para Desenvolvimento de Programação de Computadores. 26a ed. - São Paulo: Editora Érica, 2012.

FORBELLONE, A. L. V.; EBERSPÄCHER, H. F. Lógica de Programação: A construção de algoritmos e estruturas de dados. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. ISBN: 9788576050247.

MANZANO, José Augusto N. G.; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: Lógica Para Desenvolvimento de Programação de Computadores. 28. ed. São Paulo: Erica, 2016. ISBN: 9788536517476.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FORBELLONE, André Luiz Villar. Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3a ed. – São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2005.

SEBESTA, Robert W. Conceitos de linguagem de programação. 8a ed. – Porto

Alegre: Editora Bookman, 2011.

BARRY, P.; GRIFFITHS, D. Use a cabeça: Programação. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084730.

MENEZES, Nilo Ney C. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e lógica de programação para iniciantes. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.

DEITEL, P. DEITEL, H. C: como programar. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. ISBN: 9788576059349.

VAREJÃO, Flavio Miguel. Introdução à programação: Uma Nova Abordagem Usando C. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PIVA JUNIOR, Dilermando et al. Algoritmos e Programação de Computadores. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ISBN: 9788535250312.

SOUZA, João. Lógica Para Ciência da Computação e Áreas Afins. 3. ed. Rio de Janeiro, Campus, 2014. ISBN: 9788535278248.

ZIVIANI, Nivio. Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506.

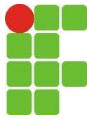
VILARIM, GILVAN, Algoritmos – Programação para Iniciantes. Ciência Moderna, Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, Anita; GARCIA, Guto. Introdução À Programação: 500 Algoritmos Resolvidos. Elsevier, 2002.

ELABORADO POR:

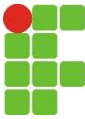
David Brito Ramos

Lia Alessandra da Silva Martins

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Inglês Aplicado					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
1º	20h	20h	-	2h	40h	
EMENTA						
Leitura e compreensão de textos técnico-científicos. Gramática aplicada. Redação básica e técnica. Expressão oral.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Inglesa ou Letras - Língua Estrangeira com influência em Inglês						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
A disciplina pode ser integrada com todas as demais disciplinas do curso, visto que o Inglês é considerado como a principal língua na área da Informática.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar o aluno a ler textos da área de informática.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Orientar sobre a utilização de estratégias de leitura e noções da estrutura da língua inglesa. 2. Propor aquisição de vocabulário técnico.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Leitura e compreensão escrita : Reading Strategies 1.1. Objetivos da leitura : o texto técnico 1.2. Skimming/Scanning. 1.3. Cognatos e falsos cognatos; estrangeirismos. 1.4. Leitura para reconhecimento de tema central, ideia central e keywords. 1.5. Grupos nominais, siglas e acrônimos						

SUBSEQUENTE

2.	Compreensão oral :
2.1.	Conceito, identificação e função de gêneros textuais.
2.2.	Inferências
2.2	Rotinas conversacionais
3.	4. Aspectos léxico-gramaticais da língua inglesa:
3.1.	Formação de palavras (afixos).
3.2.	Vocabulário técnico
4.	Produção escrita :
4.1.	Marcadores discursivos
4.2.	Diferentes tipos de textos
4.3.	Conjunções.
4.4.	Referencia Pronominal
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
SANTOS, Denise. Ensino de língua inglês: foco em estratégias . Barueri, SP: Disal, 2012.	
Leitura em língua Inglesa: uma abordagem instrumental. Adriana Grade Fiori Souza et al. São Paulo: Disal, 2005.	
MUNHOZ, Rosângela. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. São Paulo: Textonovo, 2000.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
WILSON, Ken; Thomas HEALY. Smart Choice Starter: Student's Book, Teacher's Book, Teacher's Resource Book and Workbook. Oxford University Press, 2011. 2nd edition.	
Collins Dicionário:Inglês-Português/Português-Inglês.HarperCollins Publishers, 2009, 6th edition.	
UR, Penny; WRIGHT, Andrew. Five minute Activities: A resource book of short activities. Cambridge University Press, 2002.	
ELABORADO POR:	
Rosângela Telma Batista de Souza de Jesus	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Informação e Comunicação		
Disciplina:	Português Aplicado					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
1º	40h	-	-	2h	40h	
EMENTA						
Textualidade e discurso, com ênfase em aspectos organizacionais de textos de natureza técnica, científica e/ou acadêmica, reconhecer os elementos da cena enunciativa, a intencionalidade discursiva, identificar as diversas sequências textuais, os elementos coesivos e os aspectos da coerência. Identificar os diversos gêneros de acordo com as situações discursivas. Produzir textos escritos considerando as articulações coerentes dos elementos linguísticos e adequação das situações comunicativas, bem como o registro da língua padrão.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado ou Licenciado em Letras - Língua Portuguesa.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Inglês Aplicado e Informática Básica						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Aperfeiçoar os conhecimentos linguísticos e as habilidades de leitura e produção de textos orais e escritos.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<p style="text-align: center;">Quanto à gramática:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer as concepções da língua padrão do português brasileiro; 2. Aperfeiçoar o conhecimento (teórico e prático) sobre as convenções relacionadas ao registro (ou norma) padrão escrito (a). 3. Analisar e interpretar textos; <p style="text-align: center;">Quanto à leitura de textos escritos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Recuperar o tema e a intenção comunicativa dominante; 5. Reconhecer, a partir de traços caracterizadores manifestos, a(s) sequência(s) textual(is) presente(s) e o gênero textual configurado; 6. Descrever a progressão discursiva; 7. Apropriar-se dos elementos coesivos e de suas diversas configurações; 8. Avaliar o texto, considerando a articulação coerente dos elementos linguísticos, dos parágrafos e demais partes do texto; a pertinência das 						

informações e dos juízos de valor; e a eficácia comunicativa.

Quanto à produção de textos escritos:

1. Produzir textos (representativos das sequências argumentativas e injuntiva e respectivamente, dos gêneros: relato de atividade acadêmica, artigo científico, artigo de divulgação científica, relatório, resumo, resenha, parecer técnico etc.), considerando a articulação coerente dos elementos linguísticos, dos parágrafos e das demais partes do texto; a pertinência das informações e dos juízos de valor e a eficácia comunicativa. Citar o discurso alheio de forma pertinente e de acordo com as convenções da ABNT.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Estudo da gramática da língua padrão:

1. Aspectos descritivos e normativos da língua padrão:
Conhecimentos linguísticos;
Variação linguística;
Descrição e norma da língua padrão (NGB);

Leitura e produção de textos:

1. Habilidades necessárias à leitura e à produção de textos: conhecimentos linguísticos, enciclopédicos e interacionais.
2. Cena enunciativa e intencionalidade discursiva.
3. Progressão discursiva.
4. Vozes marcadas e demarcadas no texto e formas de citação do discurso alheio (modalização em discurso segundo, ilha textual, discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre).
5. Sequências textuais (narrativa, descritiva, argumentativa e injuntiva): marcadores linguísticos e elementos macroestruturais básicos.
6. Gêneros textuais (técnicos científicos e/ou acadêmicos: resumo, resenha, relatório e artigo): elementos composicionais, temáticos, estilísticos e pragmáticos.
7. Coesão: mecanismos principais de articulação do texto.
8. Coerência: tipos de coerência (interna e externa) e requisitos de coerência interna (continuidade, progressão, não contradição e articulação).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:


1. AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, Instituto Houaiss, 2008.
2. BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da Língua Portuguesa**. 2.ed. ampl. e atualizada pelo Novo Acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
3. CITELLI, Adilson (Coord.). **Aprender e ensinar com textos não escolares**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.
[Col. Aprender e ensinar com textos, Coord. Geral Lígia Chiappini, v. 3].
4. COSTA, Sérgio Roberto da. **Dicionário de gêneros textuais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
5. DIONÍSIO, A.P.; BEZERRA, M. de S. (Orgs.). **Tecendo textos, construindo experiências**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
6. DIONÍSIO, Angela P.; MACHADO, Anna R.; BEZERRA, Maria A (Orgs.). **Gêneros**

- textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
7. DIONÍSIO, A.; HOFFNAGEL, J.C. (Orgs.). **Gêneros textuais, tipificação e interação.** São Paulo: Codes, 2005.
 8. MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005. (Língua [gem]; 14).
 9. DISCINI, Norma. **Comunicação nos textos.** São Paulo: Contexto, 2005.
 10. FIORIN, JOSÉ Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto: leitura e redação.** São Paulo: Ática, 1996.
 11. FIORIN, JOSÉ Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Para entender o texto: leitura e redação.** 11.ed. São Paulo: 1995.
 12. KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e escrever: estratégias de produção textual.** São Paulo: Contexto, 2009.
 13. KOCH, Ingedore V.; ELIAS, Vanda M. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo: Contexto, 2009.
 14. KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto.** São Paulo: Cortez, 2002.
 15. LEIBRUDER, A. P. O discurso de divulgação científica. In: BRANDÃO, H. N. (Coord.). **Gêneros do discurso na escola.** São Paulo: Cortez, 2000, p. 229-253. (Coleção Aprender e ensinar com textos), v. 5.
 16. MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação.** Trad. Cecília P. de Souza e Silva. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
 17. MACHADO, Anna Rachel et al. (Org.). **Planejar gêneros acadêmicos.** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
 18. _____. **Resumo.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
 19. MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. A. ; BEZERRA, M. A. B. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino.** Rio de Janeiro: Lucena, 2002, p. 19-38.
 20. SAUTCHUK, I. **A produção dialógica do texto escrito: um diálogo entre escritor e leitor moderno.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário escolar da Língua Portuguesa.** 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.
2. ALEXANDRE, M. J. de O. **A construção do trabalho científico: um guia para projetos pesquisas e relatórios científicos.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
3. ARRUDA, Mauro; REIS, Alex. **Leitura e redação de trabalhos acadêmicos.** Vitória [ES]: Oficina de Letras Ed., 2008.
4. BAGNO, Marcos. **Pesquisa na escola: o que é, como se faz.** 2.ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
5. CAMARGO, T. N. de. **Uso de Vírgula.** Barueri, SP: Monole, 2005. (Entender o português; 1).
6. FARACO, C. A. TEZZA, C. **Oficina de texto.** Petrópolis: Vozes, 2003.
7. FIGUEIREDO, L. C. **A redação pelo parágrafo.** Brasília: Editora Universidade Brasília, 1999.
8. FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica.** 3.ed. São Caetano do Sul (SP): Yendis, 2008.
9. GARCEZ, L. H. do C. **Técnica de redação: o que preciso saber para escrever.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
10. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
11. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de**

metodologia em ciências humanas. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999. 12. SANTAELLA, Lúcia. Comunicação e pesquisa . São Paulo: Hacker Editores, 2001.
ELABORADO POR:
Julieuzza de Souza Natividade Base: Proposta do Projeto Pedagógico do Curso de Informática, Subsequente, do IFRN.


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Montagem e Manutenção de Computadores				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral
1º	40h	40h	-	4h	80h
EMENTA					
Montagem e configuração de um computador. Instalação da placa-mãe. Verificação de funcionamento do sistema completo. Configuração do Sistema Básico de Inicialização. Manuseio com HD. CD-ROM. Processadores. Memórias. Dispositivos de entrada e saída.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
A disciplina tem integração com Informática Básica e Redes de Computadores					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Compreender detalhes dos componentes físicos dos microcomputadores, com vista a uma utilização e manutenção mais eficientes.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					

1. Realizar manutenções preventiva e corretivas em microcomputadores.
2. Compreender a necessidade de atuação profissional de acordo com as normas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

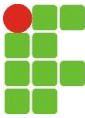
1. Conceitos Básicos
 - 1.1. Conceito básico sobre arquitetura do microcomputador.
 - 1.2. Uma visão sobre Hardware (dispositivos de entrada e saída).
 - 1.4. Sistema binário aplicado a computação.
 - 1.5. Representação e unidade da informação.
 - 1.6. Conexões externas (interface / portas) do computador.
2. Principais Componentes
 - 2.1. Conceito básico sobre energia eletrostática.
 - 2.2. Fundamentos sobre os principais componentes.
 - 2.2.1. Placa mãe.
 - 2.2.2. CPU.
 - 2.2.3. Memórias (permanente e temporária).
 - 2.2.4. Fonte de alimentação do computador.
 - 2.2.5. HD, SSD e CD/DVD.
 - 2.2.6. Barramentos.
 - 2.2.7. Chipset.
 - 2.2.8. BIOS.
 - 2.2.10. Outros componentes pertinentes.
3. Montagem, instalação e configuração
 - 3.1. Montagem e instalação.
 - 3.1.1. Placa mãe.
 - 3.1.2. CPU.
 - 3.1.3. Memórias (principal e secundária).
 - 3.1.4. Fonte de alimentação do computador.
 - 3.1.5. HD, SSD e CD/DVD.
 - 3.1.6. Painel frontal.
 - 3.1.7. Conexões de cabos.
 - 3.1.8. Outros componentes relevantes.
 - 3.2. Fundamentos de Firmware, software da BIOS.
 - 3.3. Configuração de Setup.
 - 3.3.1. Sequência de boot
 - 3.4 Formatação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
PAIXÃO, Renato Rodrigues. <i>Arquitetura de Computadores: PCs</i> . São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506715.
TANENBAUM, Andrew S.; AUSTIN, Todd. <i>Organização Estruturada de Computadores</i> . 6. ed. São Paulo: Pearson, 2014. ISBN: 9788581435398.
VASCONCELOS, Laércio. <i>Hardware na prática</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2017. ISBN: 9788539908929.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
JUNIOR, Edivaldo Donizetti Rossini. <i>Manutenção em Notebooks</i> . Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103395.
MONTEIRO, Mario A. <i>Introdução à Organização de Computadores</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. ISBN: 9788521615439.
PAIXÃO, Renato Rodrigues. <i>Montagem e configuração de computadores: guia prático</i> . 1. ed. São Paulo: Érica, 2010. ISBN 9788536503196.
PEREZ, Camila Ceccatto da Silva. <i>Manutenção Completa em Computadores</i> . Santa Cruz do Rio Pardo: Viena, 2014. ISBN: 9788537103524.
STALLINGS, Williams. <i>Arquitetura e Organização de Computadores</i> . 10. ed. São Paulo: Pearson, 2017. ISBN: 9788543020532.
ELABORADO POR:
Hudson da Silva Castro Rodrigo Soares Maués

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Matemática Aplicada					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
1º	20h	20h	-	2h	40h	
EMENTA						
Operações aritméticas fundamentais. Expressões numéricas. Regra de três. Porcentagem. Médias. Geometria plana e espacial. Juros. Matrizes. Vetores.						

Raciocínio lógico matemático.
PERFIL PROFISSIONAL
Bacharelado ou Licenciado em Matemática.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
A disciplina possui integração com Informática Básica (Editor de planilhas), Algoritmo e Lógica de Programação.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Fornecer subsídios relacionados a área de Matemática que possam ser utilizados em disciplinas da área técnica.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Resolver expressões numéricas. 2. Resolver situações-problema envolvendo regra de três simples e composta e porcentagem. 3. Realizar cálculo de médias. 4. Identificar e resolver razões trigonométricas no triângulo retângulo. 5. Resolver situações-problema envolvendo cálculo de área e volume. 6. Resolver situações-problemas envolvendo juros simples e compostos. 7. Reconhecer matrizes, seus tipos e realizar operações. 8. Reconhecer vetores. 9. Instigar o raciocínio lógico.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conjuntos numéricos. 2. Operações aritméticas fundamentais. 3. Expressões numéricas. 4. Regra de três: simples e composta. 5. Porcentagem. 6. Média aritmética simples e ponderada. 7. Razões trigonométricas no triângulo retângulo. 8. Área de figuras planas. 9. Volume do paralelepípedo e do cilindro. 10. Juros: simples e composto. 11. Matrizes: definição, tipos, adição e subtração. 12. Vetores: definição. 13. Raciocínio lógico matemático.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:


GARCIA, Jacqueline da Silva Ribeiro; SOUZA, Joamir Roberto. #Contato Matemática. vol. 1. 1. ed. São Paulo: FTD, 2016.
GARCIA, Jacqueline da Silva Ribeiro; SOUZA, Joamir Roberto. #Contato Matemática. vol. 2. 1. ed. São Paulo: FTD, 2016.
GARCIA, Jacqueline da Silva Ribeiro; SOUZA, Joamir Roberto. #Contato Matemática. vol. 3. 1. ed. São Paulo: FTD, 2016.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. vol. 3. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.
DANTE, Luiz Roberto. Matemática: contexto e aplicações. vol. 2. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.
PAIVA, Manoel. Matemática. vol. 1. 2. ed. São Paulo: Moderno, 2013.
PAIVA, Manoel. Matemática. vol. 2. 2. ed. São Paulo: Moderno, 2013.
PAIVA, Manoel. Matemática. vol. 3. 2. ed. São Paulo: Moderno, 2013.
ELABORADO POR:
Tacilene Campos Pereira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Fundamentos de Redes de Computadores					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
1º	40h	40h	-	4h	80h	
EMENTA						
Conceitos sobre redes de computadores. A estruturação da rede em camadas de protocolos. Principais aplicações e protocolos das camadas de aplicação e transporte. O endereçamento na camada de rede. Protocolos de enlace e redes locais. Arquitetura e topologia de redes de computadores.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação;						

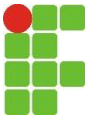
Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Redes de Computadores.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Linguagem de Programação Web: Protocolos envolvidos em aplicações Web; Serviços para aplicações Web; Instalação e configuração de servidores para aplicações Web.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Entender os princípios básicos de funcionamento da comunicação de dados através da compreensão dos conceitos sobre redes de computadores, do conhecimento sobre os mecanismos de gerenciamento de redes de computadores e da demonstração prática da utilização e aplicação de sistemas operacionais de redes.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e conceituar os principais componentes de uma rede de computadores; 2. Explicar a arquitetura em camadas das redes de computadores, seus principais protocolos, funcionamento e aplicações; 3. Monitorar e acompanhar o funcionamento de uma rede de computadores; 4. Demonstrar capacidade para utilização e aplicação de um sistema operacional de rede em um ambiente de rede baseado em camadas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. UNIDADE I <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Histórico de redes de computadores e Internet 1.2. A Borda e o núcleo da rede 1.3. Comutação de pacotes 1.4. Camadas de protocolos e Modelos de serviços 2. UNIDADE II <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Princípios da camada de aplicação 2.2. A Web e o protocolo HTTP 2.3. O protocolo de Transferência de Arquivos: FTP 2.4. O correio eletrônico e o protocolo SMTP 2.5. O serviço de diretório da Internet: DNS 3. UNIDADE III <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Introdução à camada de transporte

3.2.	Multiplexação e demultiplexação
3.3.	O protocolo UDP
3.4.	O protocolo TCP
4.	UNIDADE IV
4.1.	Introdução à camada de rede
4.2.	O protocolo IP: Encaminhamento e Endereçamento
4.3.	O protocolo DHCP: Configuração Dinâmica de Hospedeiros
4.4.	Configuração Básica dentro de uma rede Windows
5.	UNIDADE V
5.1.	Introdução à camada de enlace
5.2.	Redes Locais Comutadas
5.3.	Endereçamento na camada de Enlace MAC e ARP
5.4.	Ethernet
5.5.	Comutadores X Roteadores
6.	UNIDADE VI
6.1.	Cabeamento: cabo coaxial; par trançado; fibra óptica
6.2.	Prática – montagem de cabo par trançado.
6.3.	Redes sem-fio
6.3.1.	Configuração
6.3.2.	Segurança de rede sem-fio
6.3.3.	Prática – Configuração de rede sem-fio
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
KUROSE, Jim; ROSS, Keith. Redes de Computadores e a Internet: Uma Abordagem Top-Down. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2014. ISBN: 9788581436777.	
TANEMBAUM, Andrew S.; WETHERALL, David J. Redes de Computadores. 5. ed. São Paulo: Pearson, 2011. ISBN: 9788543008585.	
TORRES, Gabriel. Redes de Computadores. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2014. ISBN: 9788561893682.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
ALENCAR, Marcelo Sampaio de. Engenharia de Redes de Computadores. São Paulo: Érica, 2012. ISBN: 9788536504117.	
ANDERSON, AI; BENEDETTI, Ryan. Redes de Computadores: Use a Cabeça. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010. ISBN: 9788576084488.	
FOROUZAN, Behrouz A. Comunicação de Dados e Redes de Computadores. 4. ed.	

Porto Alegre: Mc Graw Hill, 2007. ISBN: 9788586804885. MARIN, Paulo Sérgio. Cabeamento Estruturado: Série Eixos. São Paulo: Érica, 2014. ISBN: 9788536506098. PETERSON, Larry L.; DAVIE, Bruce S. Redes de Computadores. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535248975.
ELABORADO POR:
Rodrigo Soares Maués

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Estrutura de Dados					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
2º	40h	40h	-	4h	80h	
EMENTA						
Introdução à Estrutura de Dados. Estruturas de Dados Homogêneas e Heterogêneas. Ordenação e busca. Listas Lineares. Listas Encadeadas. Pilhas. Filas. Árvores Binárias. Implementação das estruturas em uma linguagem de programação.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Matemática						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer e entender os conceitos das estruturas de dados básicas para utilização adequada na implementação de soluções computacionais.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						

<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar e descrever as estruturas de dados básicas e suas características; 2. Explicar como e em que situações utilizar tais estruturas; 3. Implementar soluções computacionais utilizando estruturas de dados básicas em uma linguagem de programação.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Tipos abstratos de dados 2. Recursão 3. Estrutura de dados homogêneas <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Vetores 3.2. Matrizes 4. Estrutura de dados heterogêneas (registros) 5. Listas <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Listas lineares 5.2. Listas encadeadas 6. Ordenação e Busca 7. Pilhas 8. Filas 9. Árvores binárias
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>DROZDEK, Adam. Estrutura de dados e algoritmos em C++. - São Paulo: Editora Cengage Learning, 2010.</p> <p>FORBELLONE, André Luiz Villar. Lógica de programação: a construção de algoritmos e estruturas de dados. 3a ed. – São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 2005.</p> <p>LAFORÉ, Robert. Estruturas de dados & algoritmos em Java. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2004.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>SILVIA, Osmar Quirino da. Estrutura de Dados e Algoritmos Usando C – Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2007.</p>
ELABORADO POR:
Lia Alessandra da Silva Martins

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Informação e Comunicação		
Disciplina:	Meio Ambiente, Saúde e Segurança					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
2º	20h	20h	-	2h	40h	
EMENTA						
Histórico. Conceitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde. Classificação de Acidentes e Incidentes. Conceito, levantamento, análise e interpretação de Perigos e Riscos. Elaboração de Mapa de Riscos. Prevenção de acidentes de trabalho. Legislação aplicada à SMS-NR's. Ergonomia. Psicologia do Trabalho. Toxicologia – doenças ocupacionais. Programa de prevenção a saúde ocupacional. Prevenção e combate a incêndios. Noções de primeiros socorros.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Engenheiro em Segurança do Trabalho ou profissional com especialização em Segurança do Trabalho.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Interpretar, acompanhar e gerenciar as questões pertinentes à Segurança, Meio Ambiente e Saúde.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1. Entender porque surge o Pensamento Ambiental no momento de grandes mudanças no mundo. 2. Compreender as transformações históricas ocorridas no mundo a partir do surgimento do pensamento Ambiental a partir da Revolução Industrial. 3. Diferenciar atividades conservacionista de preservacionistas. 4. Conhecer as leis ambientais que regem o Brasil. 5. Compreender a importância da ciência ergonomia em sua atividade de trabalho. 6. Entender a necessidade de utilizar os equipamentos de segurança na prática de suas atividades cotidianas. 7. Aprender a identificar situações de riscos e como evitá-las.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						

1. Histórico e conceitos de Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
2. Classificação de Acidentes e Incidentes;
3. Conceito, levantamento, análise e interpretação de Perigos e Riscos;
4. Elaboração de Mapa de Riscos, prevenção de acidentes de trabalho;
5. Legislação aplicada a SMS-NR's;
6. Ergonomia;
7. Psicologia do Trabalho;
8. Toxicologia – Doenças ocupacionais;
9. Programa de prevenção à saúde ocupacional;
10. Prevenção e combate a incêndios;
11. Noções de primeiros socorros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ACSELRAD, Henri (org.). A Duração das Cidades: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ATLAS; Manuais de Legislação. Segurança e Medicina do Trabalho. 74 ed. Atlas.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável, p. 29 – 40. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 3 ed. São Paulo: Cortez. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAPRA, Fritjof. A alfabetização ecológica: o desafio para a educação do século 21, p. 18 – 33. In: TRIGUEIRO, André (org.). Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro, Sextante, 2003.

CARDELLA, Benedito. Segurança no trabalho e prevenção de acidentes: uma abordagem holística. 8ª ed. São Paulo. Atlas, 2010.


CONY; Lúcia F. "A questão ambiental urbana: perspectivas de análise" In: Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e prática. 3 ed. São Paulo: Gaia, 1994.

LEROY, Jean Pierre et al. Tudo ao Mesmo Tempo Agora: desenvolvimento, sustentabilidade e democracia: o que isso tem a ver com você? Ilustrações Claudius. Petrópolis: Vozes, 2002.

ELABORADO POR:

Kildery Alex Freitas Serrão

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Modelagem e Implementação de Banco de Dados					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
2º	40h	40h	-	4h	80h	
EMENTA						
Introdução a Banco de Dados. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. Modelagem de Dados. Modelo Entidade Relacionamento. Modelo Relacional. Modelo Físico. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Tipos de dados. Linguagem SQL. DDL e DML						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados e a utilização de ferramentas de modelagem de dados.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados. 2. Capacitar o aluno para modelar dados no intuito de desenvolver um sistema de banco de dados utilizando um sistema gerenciador de banco de dados. 3. Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de dados e scripts SQL. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução a Banco de Dados. 2. Projeto e Ciclo de Vida de um Banco de Dados. 						

3. Modelagem de Dados.
4. Modelo Entidade Relacionamento.
5. Modelo Relacional.
6. Modelo Físico.
7. Ferramentas de Modelagem de Dados.
8. Implementação do Modelo Lógico na Linguagem SQL
9. Tipos de Dados em SQL
10. Linguagem SQL – Comandos DDL
11. Linguagem SQL – Comandos DML

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. 6a ed., Pearson-Addison-Wesley, 2013. ISBN: 9788581435909.

HEUSER, CARLOS ALBERTO. Projeto de Banco de Dados. 6a ed., Editora Bookman, 2010. ISBN: 9788577803828.

TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. Projeto e Modelagem de Banco de Dados. 2a ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAPTISTA, L. F. Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559

DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736.

MACHADO, FELIPE NERY R. Banco De Dados - Projeto e Implementação. 1ª ed. Editora Érica, 2004. ISBN: 8536500190.

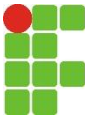
MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Projeto de Banco de Dados - Uma Visão Prática.

ROCHA, A. S. SQL passa a passo: Utilizando PostgreSQL. 1a ed., Editora Ciência Moderna, 2014. ISBN: 9788539905386.

ELABORADO POR:

Adelson Menezes Portela

Ilmara Monteverde Martins

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Fundamentos de Sistemas Operacionais				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral
2º	20h	20h	-	2h	40h
EMENTA					
Histórico; Classificação; Estrutura dos S.O.; Mono e multiprogramação; Processos; Técnicas de escalonamento de processos; Gerência de memória em sistemas multiprogramados; Técnicas de gerência de memória real; Estudo de um sistema operacional real.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Proporcionar ao aluno conhecimento sobre os diversos sistemas operacionais existentes, seu funcionamento e suas aplicabilidades nos sistemas computacionais.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
1. Capacitar o aluno a ter visão sistêmica de funcionamento do sistema operacional. 2. Capacitar o aluno a entender a relação usuário-sistema operacional-hardware; 3. Capacitar o aluno a visualizar a influência do tipo de sistema operacional na programação de aplicativos; 4. Capacitar o aluno a entender as técnicas utilizadas para que o sistema operacional funcione de maneira sincronizada.					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
1. HISTÓRICO 1.1. A primeira geração (1945-1955) – Válvulas;					

SUBSEQUENTE

- 1.2. A segunda geração (1955-1965) – transistores e sistemas em lote (batch);
- 1.3. A terceira geração (1965-1980) – CIs e multiprogramação;
- 1.4. A quarta geração (1980-presente) – computadores pessoais.

2. CLASSIFICAÇÃO

- 2.1. Sistemas operacionais de computadores de grande porte;
- 2.2. Sistemas operacionais de servidores;
- 2.3. Sistemas operacionais multiprocessadores;
- 2.4. Sistemas operacionais de computadores pessoais;
- 2.5. Sistemas operacionais de computadores portáteis;
- 2.6. Sistemas operacionais embarcados;
- 2.7. Sistemas operacionais de nós de sensores (*sensor node*);
- 2.8. Sistemas operacionais de tempo real;
- 2.9. Sistemas operacionais de cartões inteligentes (*smart cards*).

3. MONO E MULTIPROGRAMAÇÃO

- 3.1. Sistemas Monoprogramáveis/Monotarefa;
- 3.2. Sistemas Multiprogramáveis/Multitarefa
 - 3.2.1. Sistemas batch;
 - 3.2.2. Sistemas de tempo compartilhado;
 - 3.2.3. Sistemas de tempo real;
 - 3.2.4. Sistemas com múltiplos processadores.
- 3.3. Sistemas com Múltiplos Processadores (sistemas fortemente acoplados, sistemas fracamente acoplados).

4. PROCESSOS

- 4.1. Estrutura do Processo;
- 4.2. Estados do Processo;
- 4.3. Mudanças de Estado do Processo;
- 4.4. Processos CPU-BOUND e I/O-BOUND;
- 4.5. Processos Independentes, Subprocessos.

5. TÉCNICAS DE ESCALONAMENTO DE PROCESSOS

- 5.1. Critérios de escalonamento;
- 5.2. Escalonamentos não preemptivos e preemptivos;

- 5.3. Escalonamento First-In-First-Out (FIFO);
- 5.4. Escalonamento Circular;
- 5.5. Escalonamento por prioridades;
- 5.6. Escalonamento circular com prioridades.

6. GERÊNCIA DE MEMÓRIA EM SISTEMAS MULTIPROGRAMADOS
 - 6.1. Hierarquia de Memórias;
 - 6.2. Gerenciador de Memória.

7. TÉCNICAS DE GERÊNCIA DE MEMÓRIA REAL
 - 7.1. Alocação (Estática, Dinâmica, Local);
 - 7.2. Swapping.

8. ESTUDO DE UM SISTEMA OPERACIONAL REAL
 - 8.1. Sistema Operacional Privado ou Gratuito *Open Source*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- SILBERSCHARZ, Abraham. Sistemas operacionais com java, São Paulo: Elsevier, 2008
- SILBERSCHATZ, Abraham. Fundamentos de sistemas operacionais. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2013.
- MACHADO, Francis B. Arquitetura de sistemas operacionais. 5a ed. – Rio de Janeiro: Editora LCT, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Fundamentos de Sistemas Operacionais. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- STUART, Brian L. Princípios de sistemas operacionais: projetos e aplicações. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2011.
- TANENBAUM, Andrews S. Sistemas Operacionais, Projetos e Implementação. 3a ed. - Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.
- FLYNN, Ida M., 1942. Introdução aos sistemas operacionais. – São Paulo: Editora Cengage Learning, 2008.

ELABORADO POR:

Ilmara Monteverde Martins

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS



Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Programação Orientada a Objetos				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral
2º	40h	40h	-	4h	80h
EMENTA					
Paradigma de Programação Orientada a Objetos (POO). Conceitos de classes, objetos, herança, encapsulamento, polimorfismo, Interfaces e exceções. Padrões de Projetos. Implementação utilizando linguagem de programação orientada a objetos.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Fundamentos de Análise de Sistemas					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver competências e habilidades no aluno, de tal forma que compreenda e aplique os principais conceitos envolvidos com a modelagem e programação orientada a objetos (linguagem de modelagem, objetos, classes, atributos, métodos, encapsulamento, herança, polimorfismo) tornando-o apto à interpretar e criar modelos, manter e desenvolver programas orientado a objetos para resolver problemas computacionais, desde de científicos a empresarias, seguindo esse paradigma e independentemente da linguagem de programação.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer conceitos centrais da programação orientada a objetos. 2. Compreender os pagadigmas da programação orientada a objetos. 3. Conhecer os conceitos básicos de linguagem de programação orientada a objetos. 4. Desenvolver sistemas baseados nos conceitos formais da Orientação a Objetos. 5. Implementar estudos de caso em Linguagem de Programação Orientada a Objetos. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					

1. UNIDADE I:

- 1.1. Classes;
- 1.2. Objetos;
- 1.3. Construtores;
- 1.4. Atributos;
- 1.5. Métodos;
- 1.6. Modificadores de Acesso.

2. UNIDADE II:

- 2.1. Classes Abstratas;
- 2.2. Herança;
- 2.3. Polimorfismo;
- 2.4. Interface;
- 2.5. Tipos de relacionamento entre classe.

3. UNIDADE III:

- 3.1. Tratamento de Exceções;
- 3.2. Fundamento de linguagem Orientada a Objetos;
- 3.3. Interface Gráfica com Orientação a Objetos;
- 3.4. Componentes visuais;
- 3.5. Desenvolvimento de aplicações com conexão à Banco de Dados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARNES, D.; KÖLLING, M. Programação Orientada a Objetos com Java. 4. ed. São Paulo: Pearson, 2009. ISBN: 9788576051879.

DEITEL, P. Java: como programar. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2010. ISBN: 9788576055631.

LAFORE, Robert. **Estruturas de dados & algoritmos em Java**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2004.

MCLAUGHLIN, Bret. **Análise e Projeto Orientado ao objeto**. – Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2007.

SIERRA, K.; BATES, B. Use a cabeça! Java. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012. ISBN: 9788576081739.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GOÊS, Wilson M. Aprenda UML Por Meio de Estudos de Caso. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575223468.

LUCKOW, D. H.; MELO, A. A. de. Programação Java Para a Web. 2. ed. São Paulo:

Novatec, 2015. ISBN: 9788575224458.

MENEZES, Nilo Ney Coutinho. Introdução à Programação com Python: Algoritmos e Lógica de Programação para Iniciantes. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2014. ISBN: 9788575224083.

PREISS, B. R. Estruturas de dados e algoritmos: padrões de projetos orientados a objetos com Java. Rio de Janeiro: Campus, 2001. ISBN: 9788535206937.

ZIVIANI, Nivio. Projeto de Algoritmos com Implementação em Pascal e C. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. ISBN: 9788522110506.

AUGUSTO N. G. MANZANO, José; JÚNIOR, Roberto Affonso da Costa. Java 8 - Programação de Computadores - Guia Prático de Introdução, Orientação e Desenvolvimento.

GOSLING, JAMES; ARNOLD, KEN; HOLMES, DAVID. A Linguagem De Programação Java. 4ª Edição. Bookman, 2007.


ELABORADO POR:

Hudson da Silva Castro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Fundamentos de Análise de Sistemas					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
2º	20h	20h	-	2h	40h	
EMENTA						
Introdução a sistemas. Ciclos de Vida de Software. Técnicas de levantamento de dados, modelos e modelagem, desenvolvimento e estudo de caso.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						

PROGRAMA	
OBJETIVO GERAL:	
Capacitar o discente à modelar sistemas do mundo real em sistemas computacionais.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fornecer aos alunos conceitos iniciais de Análise e Processo de Software. 2. Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais do Paradigma Orientado a Objetos. 3. Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de software. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1.	<p>UNIDADE I</p> <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Introdução a Análise de Sistemas – Entendendimento dos Sistemas Existentes; 1.2. Fases de um Software; 1.3. Ciclo de Vida do Desenvolvimento de Software; 1.4. Técnicas de Entrevistas e Coleta de Dados;
2.	<p>UNIDADE II</p> <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Conceitos e Evolução da Linguagem de Modelagem Unificada (UML). 2.2. Levantamento e modelagem de requisitos. 2.3. Modelos e Diagrama de Casos de Usos. 2.4. Diagrama de Classes. 2.5. Diagrama de Sequência. 2.6. Ferramenta CASE.
3.	<p>UNIDADE III</p> <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Projeto do sistema.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>LARMAN, Craig. Utilizando UML e padrões: uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos e ao desenvolvimento iterativo. 3a ed. Porto Velho: Editora Bookman, 2007</p> <p>TONSIG, Sérgio Luiz. Engenharia de software – Análise e projeto de Sistema. 2a ed. revista e ampliada – Rio de janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2008.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	

MCLAUGHLIN, Bret. Análise e Projeto Orientado ao objeto. – Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2007.
ELABORADO POR:
Lia Alessandra da Silva Martins

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Relações Interpessoais e Ética				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral
2º	20h	20h	-	2h	40h
EMENTA					
Ética e Moral. Ética no Mundo Contemporâneo. Liberdade, Consciência e Responsabilidade. Ética e Direito. Ética Profissional no âmbito das Tecnologias da Informação. Tendências Contemporâneas em Ética. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional graduado nos cursos da área das Humanidades, Administração e/ou Computação, com conhecimento em legislação e ética.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Contribuir para o processo de formação acadêmica do aluno proporcionando o estudo de regras morais e jurídicas que regem as pessoas e profissões relacionadas à Informática e que determinam o profissionalismo relacionado aos direitos e deveres de criadores e usuários das Tecnologias de Informação.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
1. Apresentar os princípios morais e éticos que regem o convívio em sociedade; 2. Tratar da importância da ética profissional para a prestação de serviços econômicos na área de informática; 3. Relacionar o comportamento profissional de acordo com a legislação vigente; 4. Apresentar os princípios constitucionais e administrativos da					

legislação.	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1.	<p>Ética e Moral</p> <p>1.1. O significado de Ética</p> <p>1.2. Os fins da ação ética</p> <p>1.3. Ética e Direito</p> <p>1.4. Direito e Moral</p> <p>1.5. Ética, Pluralismo e Diversidade</p> <p>1.6. Tendências contemporâneas em ética</p>
2.	<p>Ética Profissional</p> <p>2.1. Ética e profissão</p> <p>2.2. Profissão e Código de Ética</p> <p>2.3. Ética na Informática</p> <p>2.4. Garantia de direitos e sigilo das informações</p>
3.	<p>Noções de Direito Constitucional</p> <p>3.1. Conceito, Estruturação e Função</p> <p>3.2. Classificação</p> <p>3.3. Princípios Constitucionais</p> <p>3.4. Normas constitucionais</p> <p>3.5. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais</p>
4.	<p>Noções de Direito Administrativo</p> <p>4.1. Objetivos e conceitos</p> <p>4.2. Atos administrativos</p> <p>4.3. Administração Pública e Privada</p> <p>4.4. Atuação do Estado</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>BARGER, Roberto N. <i>Ética Na Computação: Uma Abordagem Baseada em Casos</i>. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ISBN: 9788521617761.</p> <p>CASTILHO, José Roberto F. <i>Legislação Básica de Direito da Informática</i>. São Paulo: Pilares, 2016. ISBN: 9788581830810.</p> <p>MELLO, Celso A. Bandeira de. <i>Curso de Direito Administrativo</i>. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2016. ISBN: 9788539203475.</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>ARRUDA, Maria C. Coutinho de.; WHITAKER, Maria do Carmo; RAMOS, José Maria R. <i>Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. ISBN: 9788522456581.</p>	

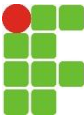
CHAUÍ, Marilena. Convite à Filosofia. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010. ISBN: 9788508134694.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014. ISBN: 9788583160076.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. ISBN: 9788547212063.


MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN: 9788597009590.

ELABORADO POR:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Programação para dispositivos móveis					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
3º	40h	40h	-	4h	80h	
EMENTA						
Características dos dispositivos móveis; Arquiteturas de aplicação móvel; Infraestrutura móvel; Projeto de interfaces para dispositivos móveis; Programação de aplicações para clientes móveis; Transferência de dados cliente-servidor.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Proporcionar aos alunos a oportunidade de aprender a teoria e a prática para o						


domínio da programação para dispositivos móveis.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os principais conceitos e componentes de aplicações para dispositivos móveis; • Conhecer o processo de construção de uma aplicação móvel; • Desenvolver aplicações móveis utilizando uma linguagem de programação.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fundamentos da computação móvel <ol style="list-style-type: none"> a. Evolução dos dispositivos móveis b. Características dos dispositivos móveis c. Arquiteturas de aplicação móvel d. Infraestrutura móvel 2. Projeto de interfaces para dispositivos móveis 3. Programação de aplicações para clientes móveis 4. Eventos e exceções em dispositivos móveis 5. Componentes para formulários 6. Transferência de dados cliente-servidor 7. Persistência em dispositivos móveis 8. Prática em desenvolvimento de aplicações móveis
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ABLESON, F.; SEN, R. Android in action. 2 ed. Manning Publications, 2011.</p> <p>LECHETA, Ricardo R. Google Android: aprenda a criar aplicações para dispositivos móveis com android SDK. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2010. 608 p. ISBN 9788575222447 (broch.).</p> <p>Número de chamada: 005.26 L459g 2. ed. STARK, J.; JEPSON, B. Construindo aplicativos Android com HTML, CSS e JavaScript. São Paulo: Novatec, 2012.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>JOHNSON; T. M. Java para dispositivos móveis. São Paulo: Novatec, 2007.</p> <p>LEE, V.; SCHNEIDER, H.; SCHEL, R. Aplicações móveis. São Paulo: Pearson, 2005.</p> <p>NUDELMAN, Greg. Padrões de projeto para o Android: soluções de projetos de interação para desenvolvedores. São Paulo: Novatec, 2013. 456 p. ISBN 9788575223581 (broch.).</p> <p>HASEMAN, Chris. Android Essentials. Berkeley, CA: Apress, 2008. ISBN 9781430210634.</p> <p>Disponível em: http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4302-1063-4.</p>

SIX, Jeff. Segurança de aplicativos android. São Paulo: Novatec, 2012. 140 p. ISBN 9788575223130 (broch.).
ELABORADO POR:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Programação com Banco de Dados				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral
3º	40h	40h	-	4h	80h
EMENTA					
Projeto de implementação de Banco de Dados. Utilização e aplicação do SQL, PL-SQL, DDL, DML e DQL.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Fornecer uma visão geral sobre modelagem de banco de dados. Utilizar ferramentas de modelagem de dados. Proporcionar sólidos conhecimentos sobre SQL e sistemas gerenciadores de bancos de dados. Executar scripts SQL.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> ● Fornecer aos alunos conceitos iniciais de banco de dados. ● Familiarizar os alunos com os conceitos fundamentais de modelagem de dados. ● Proporcionar os alunos atividades práticas de modelagem de dados e scripts SQL. 					

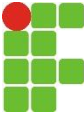
SUBSEQUENTE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
1.	UNIDADE I
1.1.	Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados.
1.2.	Tipos de Dados.
1.3.	SQL. Instruções Avançadas:
1.3.1.	DDL.
1.3.2.	DML.
2.	Implementação de sistemas integrados com banco de dados.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. 6a ed., Pearson-Addison-Wesley, 2013. ISBN: 9788581435909.	
HEUSER, CARLOS ALBERTO. Projeto de Banco de Dados. 6a ed., Editora Bookman, 2010. ISBN: 9788577803828.	
TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. Projeto e Modelagem de Banco de Dados. 2a ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
BAPTISTA, L. F. Linguagem SQL: guia prático de aprendizagem. 1ª edição. Editora Érica, 2011. ISBN: 9788536511559	
DATE, C. J. Introdução a Sistemas de Banco de Dados. 8ª ed. Editora Campus. 2005. ISBN: 8535212736.	
MACHADO, FELIPE NERY R. Banco De Dados - Projeto e Implementação. 1ª ed. Editora Érica, 2004. ISBN: 8536500190.	
ROCHA, A. S. SQL passa a passo: Utilizando PostgreSQL. 1a ed., Editora Ciência Moderna, 2014. ISBN: 9788539905386.	
TEOREY, T.; LIGHSTONE, S.; NADEAU, T.; JAGADISH, H.V. Projeto e Modelagem de Banco de Dados. 2a ed. Editora Campus, 2013. ISBN: 9788535264456.	
ELABORADO POR:	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS		 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS	
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática		
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação
Disciplina:	Segurança de Sistemas		
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD: CH Semanal: CH

					Semestral
3º	20h	20h	-	2h	40h
EMENTA					
Aspectos de segurança e auditoria. Problemas que impactam a segurança. Mecanismos de garantia de segurança.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Pode ser integrada com as demais disciplinas do curso, permitindo a interdisciplinaridade para melhoria na perspectiva visual.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Conhecer e aplicar técnicas e procedimentos de segurança de sistemas.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer principais aspectos de segurança de sistemas. 2. Conhecer principais problemas que impactam na segurança. 3. Implementar mecanismos de garantia de segurança. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer aspectos de segurança e auditoria <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Visão geral sobre auditoria de sistemas. 1.2 Segurança de sistemas. 1.3 Políticas de segurança. 1.4 Privacidade na era digital 2. Problemas que impactam a segurança. <ol style="list-style-type: none"> 2.1 Análise de riscos em sistemas de informação. 2.2 Aspectos especiais: vírus, criptografia, acesso não autorizado, ataques. 3. Mecanismos de garantia de segurança. <ol style="list-style-type: none"> 3.1 Firewall, mecanismos de criptografia: simétrica e assimétrica, assinatura digital e certificados digitais. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
NAKAMURA, Emílio; GEUS, Paulo Lício de. Segurança de redes em ambientes cooperativos. São Paulo: Novaes, 2007.					

TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. 5. ed. São Paulo, SP: Pearson, 2011. xvi, 582 p.
THOMPSON, Marco Aurélio. Proteção e segurança na internet. São Paulo: Érica, 2002. 244 p.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
IMONIANA, Joshua Onome. Auditoria de sistemas de informação. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008. 207 p.
LYRA, Maurício Rocha. Segurança e auditoria em sistemas de informação. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2008. 253 p.
MANOTTI, Alessandro. Curso prático auditoria de sistemas: compreenda como funciona o processo de auditoria interna e externa em sistemas de informação de uma forma prática. Rio de Janeiro, RJ: Ciência Moderna, 2010. 195 p.
PAINE, Stephen. Criptografia e segurança: o guia oficial RSA. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. 367 p.
STALLINGS, William. Criptografia e segurança de redes: princípios e práticas. 4. ed. São Paulo, SP: Pearson Prentice Hall, 2008. xvii, 492 p.
ELABORADO POR:
Rodrigo Soares Maués

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação			
Disciplina:	Programação Web					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
3º	40h	40h	-	4h	80h	
EMENTA						
Introdução à Web. O modelo cliente e servidor. O protocolo HTTP e sua relação com a Web. Arquiteturas de desenvolvimento de aplicações para Web. Tecnologias de programação de aplicações para Web. Desenvolvimento de uma aplicação Web utilizando linguagens de programação e ambiente de desenvolvimento de software/sistema para Web.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou						

Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados.
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Todas as disciplinas por meio da construção de um website cujo conteúdo seja de algumas disciplinas do curso ou um sistema proposto em comum acordo entre docente e discentes.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Demonstrar capacidade para desenvolver aplicações Web pelo conhecimento prático sobre tecnologias Web e o entendimento sobre como é construída e funciona uma aplicação Web.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Explicar a arquitetura de uma aplicação Web e seu funcionamento baseado no protocolo HTTP; 2. Identificar e utilizar tecnologias de software para desenvolvimento de aplicações Web; 3. Implementar uma aplicação Web.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao paradigma cliente/servidor 2. Programação Front-End <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Linguagem de Marcação: blocos de montagem de páginas HTML, trabalhando com arquivos de páginas Web, Estrutura básica do HTML, Texto, Imagens, Links. 2.2. Linguagem de Estilo: blocos de montagem do CSS, trabalhando com folhas de estilo, definindo seletores, formatação de textos com estilos, layout com estilos, folhas de estilo de portáteis e desktop, fontes web. 2.3. Linguagem de Script: introdução, operações aritméticas, desvios condicionais, estruturas de repetição, arrays, funções, validação de dados de entrada de formulários. 2.4. Especificações Web Standard e Padrões de Acessibilidade 3. Programação Back-End <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Desenvolvimento de Aplicações Web 3.2. Manipulação de dados de formulários 3.3. Integração com banco de dados 3.4. Gerenciamento de Sessões 4. Desenvolvimento de Projeto Web Fullstack
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GILMORE, W. Jason. **Dominando PHP e MySQL – Do Iniciante ao Profissional**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.

NIEDERST, Jennifer. **Aprenda Web Design**. – Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2002.

SILVA, Maurício Samy. **Fundamentos de HTML5 e CSS3**. Novatec, 2015.

SOARES, Bruno Augusto lobo. **Aprendendo a Linguagem PHP**. – Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2007.

TANSLEY, David. **Como criar Web Pages rápidas e eficientes usando PHP e MySQL**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

TONSIG, S. Luiz. **Recursos Visuais na Web com PHP**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

ROBBINS, J. Niederst. **Aprendendo Web Design: Guia para iniciantes**. 3ª Ed. Bookman: Porto Alegre, 2010.

SILVA, M. Samy. **HTML 5**. 1ª Ed. Novatec: São Paulo, 2011.

ELABORADO POR:

David Brito Ramos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Informação e Comunicação		
Disciplina:	Empreendedorismo					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral	
3º	20h	20h	-	2h	40h	
EMENTA						
Visão geral sobre empreendedorismo. Perfil do empreendedor. Identificando oportunidades de negócio. Empreendimentos de base tecnológica. Plano de negócios. Ferramentas de Planos de Negócios.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional graduado na área de Administração, Economia ou Computação, com conhecimento em empreendedorismo de base tecnológica.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
São área de integração o Projeto de Informática, Relações Interpessoais e Ética.						

PROGRAMA	
OBJETIVO GERAL:	
Fornecer uma visão geral sobre empreendedorismo de base tecnológica. Despertar o espírito empreendedor dos discentes.	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	
<ol style="list-style-type: none"> 4. Fornecer aos discentes conceitos sobre empreendedorismo. 5. Capacitar os alunos sobre o processo de elaboração do plano de negócio de uma empresa de base tecnológica. 6. Identificar oportunidades de negócios na sua região. 	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Por que estudar administração <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Conceitos de gestão 1.2. As funções do Administrador 1.3. Finalidades e importância da administração para os empreendimentos humanos 1.4. Importância do Relacionamento Interpessoal para as empresas 1.5. O processo de Comunicação 1.6. Liderança e Motivação 2. Introdução ao Empreendedorismo <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Conceitos sobre empreendedorismo. 2.2. Cenário brasileiro para o empreendedorismo 2.3. Instituições e entidades promotoras do empreendedorismo 2.4. As incubadoras de empresa 2.5. O empreendedorismo e a mentalidade empreendedora. 2.6. Empreendedor X empresário 2.7. Características do empreendedor de sucesso 2.8. Perfil do empreendedor. 3. Identificando Ideias e Oportunidades <ol style="list-style-type: none"> 3.1. O que são ideias 3.2. O que são oportunidades 3.3. Como diferenciar IDEIAS de OPORTUNIDADES? 3.4. Principais erros cometidos por quem quer empreender 4. Empreendedorismo e Tecnologia <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Empreendedorismo de base tecnológica. 	

- 4.2. Inovação e Tecnologia.
- 4.3. Startups.
5. Oportunidades – Modelo Timmons
 - 5.1. Identificando e análise de oportunidades
 - 5.2. Tipos de empreendedorismo: corporativo, start-up, social. Tipos de empresas
 - 5.3. A sociedade em rede, formação de alianças.
 - 5.4. Internet: o mundo web para negócios
 - 5.5. Empreendedorismo internacional: fontes e formas da internacionalização do empreendimento
6. O Processo empreendedor
 - 6.1. Conceituação e importância
 - 6.2. Elementos para o processo em empreendedor
 - 6.3. Fases do processo empreendedor
7. Plano de Negócios
 - 7.1. O que é um Plano de Negócios.
 - 7.2. Características do plano de negócios
 - 7.3. Importância do plano de negócios
 - 7.4. Ferramentas de elaboração de Plano de Negócios.
 - 7.5. Execução do plano de negócios
8. Inovação
 - 8.1. Conceitos
 - 8.2. Tipos de inovação
 - 8.3. Inovação e estratégia
 - 8.4. Gerenciando a inovação
 - 8.5. Medidas e estratégia de inovação
 - 8.6. Inovação e desenvolvimento econômico
 - 8.7. Sistemas de inovação

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DORNELAS, José. Plano de Negócios: exemplos práticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535269598.

DORNELAS, Jose Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em

negócios. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

PERIN, Bruno. A Revolução das Startups: O Novo Mundo do Empreendedorismo de Alto Impacto. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. ISBN: 9788576089537.

SALIM, Cesar Simões; SILVA, Nelson Caldas. Introdução ao Empreendedorismo: Despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. ISBN: 9788535234664.

BARON, Robert A; SHANE, Scott A; TAKNS, All. Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo, SP: Thomson Learning Pioneira, 2007.

CHIAVENATO, IDALBERTO. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor: empreendedorismo e viabilização de novas empresas: um guia compreensivo para iniciar e tocar sem próprio negócio. São Paulo: Saraiva, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GRANDO, Nei. Empreendedorismo Inovador: Como Criar Startups de Tecnologia no Brasil. São Paulo: Évora, 2012. ISBN: 9788563993434.

GUGLIOTTI, André. Construindo uma loja virtual: A jornada de uma empreendedora em seu primeiro negócio online. São Paulo: Novatec, 2016. ISBN: 9788575224946.

PATRÍCIO, Patrícia S.; CANDIDO, Cláudio R. Empreendedorismo: Uma Perspectiva Multidisciplinar. São Paulo: LTC, 2016. ISBN: 9788521630432.

PORTO, Geciane Silveira. Gestão da Inovação e Empreendedorismo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ISBN: 9788535272741.

TALES, Andreassi. Práticas de Empreendedorismo: Casos e Planos de Negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. ISBN: 9788535256994.

FERRARI, Roberto. Empreendedorismo para Computação: Criando Negócios de Tecnologia.

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. Empreendedores brasileiros: a experiência e as lições de quem faz acontecer Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 169p. v.2


DOLABELA, FERNANDO. O segredo de Luísa: uma ideia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DORNELAS, José C. A. Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DRUCKER, P.F., Inovação e espírito empreendedor, 2ª edição, Pioneira, São Paulo, 1987.

FILION, Louis J.; DOLABELA, Fernando. Boa ideia! E agora?: Plano de negócio, o

caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa: plano de negócio, o caminho seguro para criar e gerenciar sua empresa. São Paulo: Cultura, c2000.
ELABORADO POR:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Informática				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Informação e Comunicação		
Disciplina:	Projeto de Informática				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semestral
3º	40h	40h	-	4h	80h
EMENTA					
Métodos e técnicas de pesquisa. Principais normas dos trabalhos acadêmicos, conforme as normas vigentes da ABNT. Desenvolvimento de projeto contemplando a integração entre as disciplinas cursadas, através da resolução de um projeto-problema proposto.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Bacharelado em: Ciência da Computação ou Engenharia da Computação ou Engenharia de Software ou Sistemas de Informação; Ou Licenciatura em: Informática ou Computação; Ou Cursos Superiores de Tecnologia em: Sistemas para Internet, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Banco de Dados, Sistemas Embarcados ou Redes de Computadores.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Esta disciplina possui integração com todas as disciplinas do 2º e 3º Módulo do Curso.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver projetos na área de informática. Despertar no discente a importância de se elaborar um projeto em informática.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
1. Elaborar um projeto interdisciplinar. 2. Acompanhar as etapas de execução do projeto.					

3. Elaborar um projeto que integre as disciplinas do 2^o e 3^o módulo do Curso.
4. Elaborar um projeto seguindo as normas técnicas.
5. Acompanhar a execução de um projeto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo programático a critério do professor, desde que apresente o roteiro e critérios para a elaboração de um projeto envolvendo os conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

1. Elaboração de Projeto
 - 1.1. Definição do Projeto
 - 1.2. Elaboração do tema e dos objetivos do Projeto
 - 1.3. Definição do cronograma de atividades.
 - 1.4. Revisão da literatura.
2. Desenvolvimento e Apresentação do Projeto
 - 2.1. Acompanhamento das etapas do projeto
 - 2.2. Relação aluno-orientador
 - 2.3. Artefatos gerados por essa disciplina: análise (documentação do projeto), prototipação, modelo de dados, scripts sql e implementação.
3. Seminário de apresentação do projeto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOLLER, S. H.; COUTO, M. C.; VON HOHENDORFF, J. Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014. ISBN: 9788565848916.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ISBN: 9788522457588.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. ISBN: 9788535277821.

A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOOTH, Wayne C. A arte da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. ISBN: 8533621574.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JUNIOR, Jose Antonio Valle. Design Science Research: Método de Pesquisa Para Avanço da Ciência e Tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2014. ISBN: 9788582602980.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de Pesquisa. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN: 9788597012811.

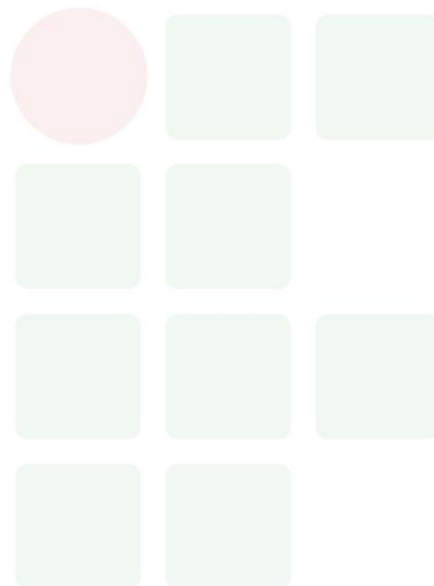
MATTAR, João. Metodologia Científica na Era Digital. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN: 9788547220310.

ZOBEL, Justin. Writing for Computer Science. 3. ed. Springer, 2014. ISBN: 9781447166382.

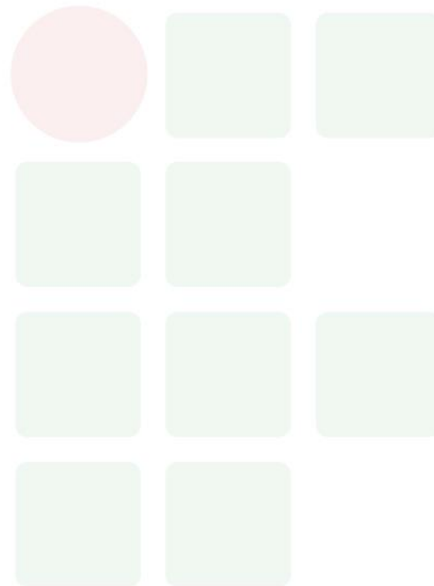
A critério do professor, tais como artigos científicos, apostilas, manuais técnicos, livros digitais e/ou livros impressos.

ELABORADO POR:

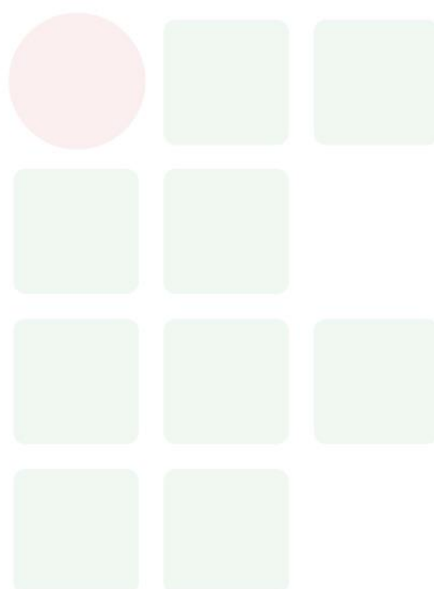
Ilmara Monteverde Martins

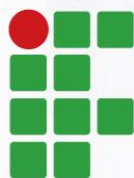


ANEXOS



ANEXO A





INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE NÍVEL
MÉDIO EM
ADMINISTRAÇÃO
NA FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus Maués

2018

Michel Miguel Elias Temer Lulia
Presidente da República

Rossieli Soares da Silva
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Elias da Silva Souza
Diretor Geral do *Campus* Maués

Adilson de Lima Lopes Júnior
Chefe do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão do *Campus* Maués

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria Nº 188/2018 – GDG/CMA/IFAM, de 29 de junho de 2018 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Forma Subsequente.

PRESIDENTE	Valdeli Maria medeiros da Silva Gomes
MEMBROS	Amélia Jandrea de Souza
MEMBROS	Cristiano Gomes do Nascimento
MEMBROS	Dulciane Alves Luczkiewicz
MEMBROS	Jheffersom Donner da Silva
MEMBROS	Messias Barbosa Ramos

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2	JUSTIFICATIVA e HISTÓRICO	5
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	6
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari	7
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	8
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira.....	9
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	10
3	OBJETIVOS	11
3.1	OBJETIVO GERAL	11
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO.....	12
4.1	PROCESSO SELETIVO	12
4.2	TRANSFERÊNCIA	13
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	14
5.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	14
5.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	14
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	15
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS.....	15
6.1.1	Cidadania	15
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura).....	17
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática	19
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso.....	20
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....	22

6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais	26
6.3	MATRIZ CURRICULAR	28
6.4	carga horária do curso	31
6.5	Representação gráfica do Perfil de formação	33
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO.....	34
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	34
6.7.1	Atividades complementares.....	36
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado.....	39
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	42
7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	45
7.1	Procedimentos para solicitação	47
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	49
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	52
8.2	NOTAS.....	53
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA	54
8.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE	56
8.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	58
9	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	60
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	61
10.1	BIBLIOTECA.....	61
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	62
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	63
11.1	CORPO DOCENTE	63
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	64
	REFERÊNCIAS.....	65

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Administração
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
EIXO TECNOLÓGICO:	Gestão e Negócios (Conforme Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNTC) 3º Edição 2016)
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Vespertino e Noturno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1.000h conforme CNTC 3º Edição 2016)
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	250h, sendo este 25% de horas da carga horária total da formação profissional (núcleo técnico)
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1.350 h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	1 ano e meio
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Semestral
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	Campus Maués situado na Estrada dos Moraes, Maués-Amazonas.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

Em que pese a ancestralidade das preocupações de natureza administrativa, a história da administração como profissão regulamentada e como área sistemática do saber é relativamente recente. Os esforços de modernização institucional do setor público e a crescente industrialização, sobretudo a partir da década de 40, estão na origem da organização do ensino de administração no País.

A complexidade crescente das organizações públicas e privadas determinou a necessidade por profissionais tecnicamente preparados em gestão. Assim, em 1952 teve início o ensino formal de Administração no Brasil com a fundação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ambas no Rio de Janeiro. A FGV, particularmente, tem as suas origens ligadas ao Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), fundado em 1938. O DASP subordinava-se diretamente ao Presidente da República e tinha como objetivos o estudo e a promoção dos princípios da organização racional do trabalho.

O *Campus Maués* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM integra o programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica na região norte do país. Os objetivos do plano de expansão preveem a ampliação dos espaços de formação profissional e a elevação do nível de escolaridade de um número, cada vez maior, de jovens e adultos.

A oferta do **Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Modalidade Subsequente** pretende suprir a carência da região, onde há necessidade da implantação de uma unidade de ensino profissional de qualidade para atender à demanda de especialização de mão de obra para o desenvolvimento local. A oferta do curso será de suma importância para a formação e qualificação de trabalhadores e para atender às demandas a partir dos arranjos produtivos locais, oferecendo uma estrutura física adequada, laboratórios didáticos e quadro de docentes qualificados.

Para tanto, o governo federal tem destinado recursos para construção e adaptação de espaços físicos, reformas, aquisição de mobiliários e

equipamentos, tendo em vista a oferta de vagas no ensino técnico de nível médio e, futuramente, oferta de vagas no ensino tecnológico de nível superior, beneficiando entre outros, o município de **Maués e adjacências**¹.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é uma importante referência para a oferta dos cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino Federal, Estadual/Distrital e Municipal do país. Em 2008, foi publicado o primeiro CNCT, que embasa a política de sistematização e organização da oferta dos cursos técnicos no país. A versão 2012 do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, e constitui-se em referência e fonte de orientação para a oferta dos cursos técnicos no país, dentre esses, temos o Curso Técnico de Nível Médio em Administração no eixo tecnológico Gestão e Negócios. A Lei nº 9.394, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atendendo ao mandato constitucional do inciso XXIV do art. 22 da Constituição Federal. Essa Lei consagra a Educação Profissional e Tecnológica entre os níveis e as modalidades de educação e ensino, situando-a na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho, consagrados no art. 227 da Constituição Federal como direito à profissionalização, a ser garantido com absoluta prioridade.

O município de Maués está localizado a margem direita do Rio Maués-Açu foi fundada, em 1798, por Luiz Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, à distância de 268 km, em linha reta, e 356 km, pela via fluvial, de Manaus.

Inicialmente, foi denominado Luséia, e progredindo com o tempo transformou-se em missão carmelita, com nome de Maués. O líder, nessa época, foi o frei Joaquim de Santa Luzia. Por um decreto de 25 de junho de 1833 a missão foi considerada vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Luséia. Em 1853, pela lei nº 25 de 3 de dezembro, da iniciativa do Deputado Marcos Antônio Rodrigues de Souza, a vila tornou-se cidade, chamada São Marcos de Mundurucânia. Consta como uma das freguesias da província, denominada Maués, em 1958. O Deputado José Bernardo Michiles, em 1865, apresentou projeto, tendo sido aprovado, pela mudança do nome de Maués para Conceição. Enfim, já na República, em 1895, pela lei nº 133 de 5

¹ O IFAM/CMA atende também o município de Boa Vista do Ramos.

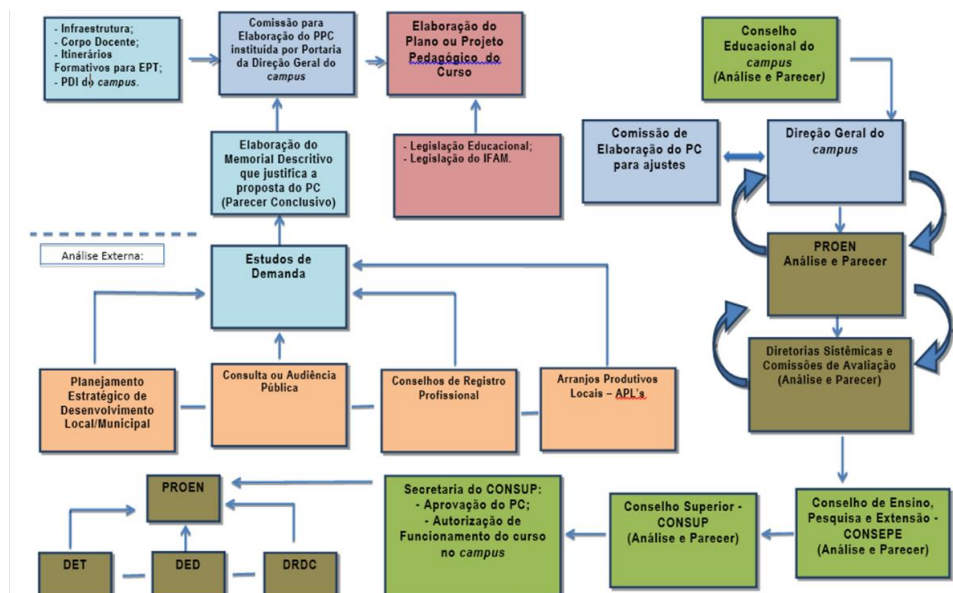
de outubro, a localidade torna-se Comarca. E em 4 de maio de 1896 é considerado município pelo novo regime jurídico, com o nome de Maués, pela lei nº 137.

O Guaraná (*Paullinia cuoana var. sorbilis*), inicialmente domesticado pelos índios Sateré-Mawé é fonte de economia e cultura para o município. A cidade de Maués, no Amazonas foi o maior produtor da planta no Brasil até o início da década de 80 passando o posto para a Bahia que começou a trabalhar com modernas técnicas agrícolas. No entanto, Maués nunca perdeu a coroa de melhor produtora do Brasil, mas quer voltar a ser o principal polo de produção.

Para a oferta do curso técnico de nível médio em **Administração** na Forma **Subsequente** foram realizadas chamadas públicas onde foram consultados os diversos segmentos sociais.

Vale destacar aqui os itens apresentados no memorial descritivo, apresentado no Fluxograma de Tramitação para Aprovação de Novos Cursos EPTNM, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1- Fluxograma de Tramitação para Aprovação de Novos Cursos EPTNM.



Fonte: PROEN, 2017¹.

¹ Portaria Nº 18 – PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017.

Neste ponto recomendamos a inserção do histórico do IFAM e histórico do *campus*.

2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel

da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se

no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

2.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela

Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

HISTÓRICO DO CAMPUS

Em que pese a ancestralidade das preocupações de natureza administrativa, a história da administração como profissão regulamentada e como área sistemática do saber é relativamente recente. Os esforços de modernização institucional do setor público e a crescente industrialização, sobretudo a partir da década de 40, estão na origem da organização do ensino de administração no País.

A complexidade crescente das organizações públicas e privadas determinou a necessidade por profissionais tecnicamente preparados em gestão. Assim, em 1952 teve início o ensino formal de Administração no Brasil com a fundação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), ambas no Rio de Janeiro. A FGV, particularmente, tem as suas origens ligadas ao Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), fundado em 1938. O DASP subordinava-se diretamente ao Presidente da República e tinha como objetivos o estudo e a promoção dos princípios da organização racional do trabalho.

O *Campus Maués* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM integra o programa de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica na região norte do país. Os objetivos do plano de expansão preveem a ampliação dos espaços de formação profissional e a elevação do nível de escolaridade de um número, cada vez maior, de jovens e adultos.

A oferta do **Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Modalidade Subsequente** pretende suprir a carência da região, onde há necessidade da implantação de uma unidade de ensino profissional de qualidade para atender à demanda de especialização de mão de obra para o desenvolvimento local. A oferta do curso será de suma importância para a formação e qualificação de trabalhadores e para atender às demandas a partir dos arranjos produtivos locais, oferecendo uma estrutura física adequada, laboratórios didáticos e quadro de docentes qualificados.

Para tanto, o governo federal tem destinado recursos para construção e adaptação de espaços físicos, reformas, aquisição de mobiliários e equipamentos, tendo em vista a oferta de vagas no ensino técnico de nível médio e, futuramente, oferta de vagas no ensino tecnológico de nível superior, beneficiando entre outros, o município de **Maués e adjacências**¹.

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é uma importante referência para a oferta dos cursos técnicos de nível médio nos diferentes sistemas de ensino Federal, Estadual/Distrital e Municipal do país. Em 2008, foi publicado o primeiro CNCT, que embasa a política de sistematização e organização da oferta dos cursos técnicos no país. A versão 2012 do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos contempla 220 cursos, distribuídos em 13 eixos tecnológicos, e constitui-se em referência e fonte de orientação para a oferta dos cursos técnicos no país, dentre esses, temos o Curso Técnico de Nível Médio em Administração no eixo tecnológico Gestão e Negócios. A Lei nº 9.394, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), atendendo ao mandato constitucional do inciso XXIV do art. 22 da Constituição Federal. Essa Lei consagra a Educação Profissional e Tecnológica entre os níveis e as modalidades de educação e ensino, situando-a na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho, consagrados no art. 227 da Constituição Federal como direito à profissionalização, a ser garantido com absoluta prioridade.

O município de Maués está localizado a margem direita do Rio Maués-Açu foi fundada, em 1798, por Luiz Pereira da Cruz e José Rodrigues Preto, à distância de 268 km, em linha reta, e 356 km, pela via fluvial, de Manaus.

Inicialmente, foi denominado Luséia, e progredindo com o tempo transformou-se em missão carmelita, com nome de Maués. O líder, nessa época, foi o frei Joaquim de Santa Luzia. Por um decreto de 25 de junho de 1833 a missão foi considerada vila, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Luséia. Em 1853, pela lei nº 25 de 3 de dezembro, da iniciativa do Deputado Marcos Antônio Rodrigues de Souza, a vila tornou-se cidade, chamada São Marcos de Mundurucânia. Consta como uma das freguesias da província, denominada Maués, em 1958. O Deputado José Bernardo Michiles,

¹ O IFAM/CMA atende também o município de Boa Vista do Ramos.

em 1865, apresentou projeto, tendo sido aprovado, pela mudança do nome de Maués para Conceição. Enfim, já na República, em 1895, pela lei nº 133 de 5 de outubro, a localidade torna-se Comarca. E em 4 de maio de 1896 é considerado município pelo novo regime jurídico, com o nome de Maués, pela lei nº 137.

O Guaraná (*Paullinia cuoana var. sorbilis*), inicialmente domesticado pelos índios Sateré-Mawé é fonte de economia e cultura para o município. A cidade de Maués, no Amazonas foi o maior produtor da planta no Brasil até o início da década de 80 passando o posto para a Bahia que começou a trabalhar com modernas técnicas agrícolas. No entanto, Maués nunca perdeu a coroa de melhor produtora do Brasil, mas quer voltar a ser o principal polo de produção.

Para a oferta do curso técnico de nível médio em **Administração** na Forma **Subsequente** foram realizadas chamadas públicas onde foram consultados os diversos segmentos sociais.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais técnicos de nível médio com conhecimentos específicos aptos a suprir a demanda por profissionais da área, realizando atividades de apoio técnico administrativo relacionados a produção de bens e serviços, contribuindo para o desenvolvimento regional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Formar profissionais de acordo com as demandas do mercado de trabalho;
- b) Prestar serviços auxiliares de consultoria e treinamento de pessoal;

- c) Auxiliar no processo de conquistas de novos clientes e oportunidades de negócios;
- d) Auxiliar no controle sobre os custos operacionais logísticos no município;
- e) Propor novos arranjos produtivos de acordo com a necessidade de cada segmento de mercado;
- f) Realizar análise técnica de controle de gestão na área contábil e financeira;
- g) Utilizar ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), como suporte às operações organizacionais.

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

A oferta de cursos, do número de vagas e os critérios de acesso aos cursos no IFAM serão definidos pela Direção Geral e sua respectiva Diretoria de Ensino ou equivalente, de cada Campus. A oferta e fixação do número de vagas do **Curso Técnico de Nível Médio em Administração na forma Subsequente** observará a análise e avaliação permanente das demandas e dos arranjos produtivos locais. O ingresso de candidatos nos cursos dar-se-á mediante aos processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão Geral de Gestão de Concursos e Exames (CGGCE), em consonância com o art. 49 da RESOLUÇÃO Nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, aos candidatos que tenham concluído o Ensino Médio portadores do histórico escolar ou equivalente, constando de provas escritas contemplando conteúdos compatíveis ao grau de escolaridade exigido para o ingresso no curso.

O Processo Seletivo para acesso regular ao curso obedecerá aos trâmites de todos os cursos técnicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas segundo critérios institucionais, objetivando apreciação das competências e habilidades que os candidatos deverão possuir como egressos do Ensino Subsequente. Deverão ser oferecidas 40 novas vagas por turma. O curso será oferecido inicialmente no turno noturno podendo

ser oferecida uma ou duas turmas por ano segundo a capacidade da infraestrutura física e pedagógica do IFAM *Campus Maués*.

Uma vez aprovado, o candidato será distribuído de acordo com sua opção no momento da inscrição no processo, conforme os pressupostos elencados: a) ampla concorrência; b) sistema de cotas (L1 - autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários mínimos e que tenha cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas; (L2) - autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, independente da renda (art. 14, da Portaria Normativa nº 18/2012 e c) pessoas com deficiência - candidatos autodeclarados com deficiência (PcD), conforme o Decreto Federal nº 3.298/1999 em seus artigos 3º e 4º, e este último com a redação dada pelo decreto nº 5.296/2004.

As solicitações para a matrícula de alunos de transferência interna ou externa serão realizadas em prazo estabelecido no Calendário Escolar. A solicitação só será atendida se houver a existência de vaga na etapa do curso pretendida. Serão consideradas vagas remanescentes aquelas resultantes de transferência, desistência, evasão, abandono, cancelamento, falecimento e não preenchimento inicial por meio de processos seletivos, conforme disposto na Organização Didático-Acadêmica do IFAM.

4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *Campus Maués* ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, por meio da Comissão Geral de Gestão de Cursos e Exames – CGGCE, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;

- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico em Administração é o profissional com conhecimentos integrados aos fundamentos do trabalho, da ciência e da tecnologia, com senso crítico, postura ética e consciência ecológica. Habilitado a desempenhar atividades de apoio e organização administrativa, operando informações gerenciais de pessoal e material de forma criativa, dinâmica e responsável no mundo do trabalho e na sociedade, nos diversos segmentos de mercado nas empresas tanto de direito público, quanto privado, associações e cooperativas.

Devendo também, assumir postura profissional, relacionando-se de forma ética com outros profissionais, clientes, fornecedores e meio ambiente, atuando em equipes multidisciplinares e contribuindo de forma efetiva para atingir os objetivos organizacionais. Demonstrar cuidado com a apresentação pessoal, no exercício das atividades profissionais, habilidades interpessoais e procedimentos de primeiros socorros e segurança do trabalho, dominar as ferramentas básicas da informática, conhecer as técnicas de gestão de documentos e procedimentos burocráticos. Conhecer e aplicar as normas de desenvolvimento sustentável, entendendo a sociedade como uma construção humana dotada de tempo, espaço, cultura e história, ser um agente impulsionador do desenvolvimento da região, integrando a formação técnica e inovação tecnológica que respeite o meio ambiente.

Habilitado a desempenhar atividades de planejamento, execução, acompanhamento e fiscalização de todas as fases dos processos administrativos, gestão de pessoas, gestão de materiais, logística interagindo de forma criativa, dinâmica e responsável no mundo do trabalho e na sociedade, devidamente credenciado pelo órgão regulador da profissão quando necessário.

4.3 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O Técnico de Nível Médio em Administração poderá atuar no mercado de trabalho tanto em instituições públicas, quanto privadas, desenvolvendo atividades de apoio administrativo, principalmente:

2. Suporte à produção de serviços em qualquer setor econômico;
3. Auxílio no gerenciamento e administração de empresas privadas, públicas e empreendedorismo social;
4. Assessorar em assuntos relacionados ao eixo de gestão e negócios;
5. Desempenhar ações fundamentadas nos valores políticos, morais e éticos;
6. Atuar no contexto social local, considerando os valores culturais, os direitos universais do homem e do meio ambiente;
7. Atuar de maneira dinâmica e empreendedora, adaptando-se às novas exigências do mundo globalizado;
8. Auxiliar o analista na elaboração de projetos organizacionais;
9. Manter a integridade, a preservação, a guarda e recuperação da informação organizacional;
10. Interagir de forma criativa e dinâmica no mundo do trabalho e na sociedade.

4.4 ITINERÁRIO FORMATIVO

Este item tem como objetivo apresentar as certificações intermediárias em cursos de qualificação profissional no itinerário formativo, as possibilidades de formação continuada em cursos de Especialização Técnica de Nível Médio e as possibilidades de verticalização para cursos de graduação, conforme CNCT/3ª Edição 2016.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso está consubstanciada nos documentos legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e

Educação Profissional de Nível Técnico, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional, na Resolução CNE/CEB nº1, de 3 de fevereiro de 2005, atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004, em conformidade às orientações contidas nos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos (CNCT), fundamentado no Parecer nº 11/2008, Portaria nº 870 de 16/07/08 e Resolução nº 3, de 09/07/2008, bem como das diretrizes definidas no projeto político pedagógico do IFAM.

A matriz curricular do Curso Técnico de Nível Médio Subsequente em Administração foi organizada a partir do princípio da interdisciplinaridade e contextualização dos conteúdos.

4.5 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

A educação e formação profissional proporcionados pelo currículo permite ao aluno buscar informação e gerar informação, usá-la para solucionar problemas, desenvolvendo competências básicas, técnicas comuns que auxiliem nas etapas de planejamento, gestão ou produção de um bem ou serviço.

O currículo pressupõe a relação indissociável que o trabalho, a ciência e a cultura, manifestam-se através do planejamento interdisciplinar. A integração correlaciona diversas disciplinas em torno de uma questão da prática e diária na forma de temas transversais. Assim os conteúdos de ensino devem relacionar os diversos contextos e práticas sociais e do trabalho. Nesse sentido, a concepção metodológica do IFAM está consubstanciada na

tendência de uma educação dialética, sendo foco do currículo a prática social, pautada na compreensão da realidade onde o aluno está inserido tendo as condições necessárias para nela intervir através *know-how* construído em sala.

A construção do conhecimento na perspectiva dialética da educação, segundo Vasconcelos (2004), “Não tem um fim em si mesmo. O conhecimento tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade”.

Dessa forma, o conhecimento contribui para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o mundo do trabalho. Assim o papel principal do professor é ajudar os alunos a entenderem e a se posicionar na realidade em que se encontram, relacionando com os conteúdos propostos.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. O conhecimento não é “transferido” ou “depositado”, mas sim construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. O conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do aluno, confrontada com o saber trazido de fora. Conforme afirma LIBÂNEO (1982, p. 32).

...Uma aula começa pela constatação da prática real, havendo, em seguida, a consciência dessa prática no sentido de referi-la aos termos do conteúdo proposto, na forma de um confronto entre a experiência e a explicação do professor. Vale dizer: vai-se da ação à compreensão e da compreensão à ação, até a síntese, o que não é outra coisa senão a unidade entre a teoria e a prática.

A aprendizagem do aluno ocorre quando o conhecimento novo se apoia numa estrutura cognitiva já existente, ou quando o professor provê a estrutura de que o aluno ainda não dispõe. Com isso ocorre o princípio da aprendizagem significativa que supõe, como passo inicial, verificar aquilo que o aluno já sabe e que supere sua visão parcial e confusa e vai ao encontro de uma visão mais clara e unificadora.

Neste ponto de vista, a concepção de avaliação deixa de ser meramente constatatória e pragmática, para uma avaliação democrática onde aluno e

professor são corresponsáveis pelo avanço e recuo no processo ensino e aprendizagem.

O processo ensino-aprendizagem desenvolve-se de acordo com a Proposta Pedagógica do IFAM. As reuniões pedagógicas para essa atividade serão bimestralmente e quinzenalmente quando houver necessidade. Os métodos de ensino utilizados pelos professores consistirão em:

a) Demonstração, onde o professor utiliza instrumentos que represente os fenômenos e processos, através de: visitas técnicas, projeção de slides, exposição de equipamentos, filmes, músicas, dramatização, aulas no laboratório de informática;

b) Ilustração - com a apresentação de mapas, gravuras, fotos, desenhos, tabelas, painéis, para que os alunos desenvolvam sua capacidade de concentração e de observação;

c) Prática de Laboratórios: os alunos realizam ensaios e experiências sobre os assuntos trabalhados em sala de aula;

d) Produção escrita: redação, resumo, pesquisa, relatório;

e) Produção oral: leitura, defesa oral, canto, diálogo encenado.

f) Método de trabalho em grupo. Entre as várias formas de organização de grupos, destacamos as seguintes: Debate, Seminários e Projetos de Trabalho.

g) Práticas em Administração: os discentes realizarão atividades práticas de campo com atividades de pesquisa e buscas de informação nos empreendimentos locais orientadas pelo docente e/ou coordenador da área.

h) Visita Técnica Orientada – VTO: as visitas técnicas têm como finalidade apresentar aos discentes a prática da gestão administrativa em pequenos, médios e grandes empreendimentos considerando suas áreas de atuação, poderão apresentar projeto orientado por um (a) professor após aprovação por uma comissão instituída pelo DG, com ação multifuncional de: aprender fazendo (desde a elaboração) e participar do rendimento da produção estabelecido em norma construída pela DG, DEPE, DAP e demais Coordenações Gerais e alunos estando integrada ao Curso de Gestão.

Os projetos de trabalho que é potencializado pela metodologia problematizadora podem ser desenvolvidos percorrendo as seguintes etapas:

- Diagnóstico e análise da realidade;
- Problematização dos elementos da realidade e dos conteúdos trabalhados;
- Teorização dos estudos auxiliando a busca de resposta junto ao conhecimento inicial científico;
- Definição de hipóteses para solução dos problemas estudados;
- Proposta de intervenção.

4.5.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar

construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional, cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

4.5.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnicidade, que consideram o sujeito na sua

integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente a realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e

cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

4.5.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43)

quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder existir e viger, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

4.5.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o

ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitada a legislação e normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os

meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

4.6 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se

posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

É fundamental na elaboração do PPC dos cursos subsequentes observarem o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, perpassando por todo currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos, a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do contexto social em que o campus se situa.

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução Nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

4.6.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de educação a distância, sempre que o Campus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz,

atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.
- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais.

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo E sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares

para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus Maués*.

4.7 MATRIZ CURRICULAR

As matrizes curriculares dos cursos devem ser orientadas pela concepção do Eixo Tecnológico e de Eixos Articuladores/Integradores do currículo (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura).

Apresentação da estrutura e as disciplinas que compõe o Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente, bem como suas respectivas cargas horárias:

- a) Presencial com carga horária separadas em **Teórica e Prática**.
- b) A distância com a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (**AVA**).
- c) **Semanal** com o total de hora-aula na semana.
- d) **Semestral** o total da carga horária de toda a disciplina naquele semestre/módulo.
- e) **Total** de carga horária de toda a disciplina ao longo do curso.

O Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos

Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);
- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10/2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a

composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);

- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na

natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

4.8 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente, conforme Parecer CNE/CEB n.º 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB n.º 06/2012, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária da Formação Profissional	1.000 h
Carga Horária de Atividades Complementares	100 h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT	250 h
Carga Horária Total	1.350 h

Quadro 1- Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM Campus Maués									
EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO									
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018		FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE			REGIME: SEMESTRAL				
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)						
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral		
			Teórica	Prática	AVA				
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012	MÓDULO I	Português Instrumental	30	10	-	2	40		
		Marketing	45	15	-	3	60		
		Matemática e Estatística Aplicada	45	15	-	3	60		
		Ética e Cidadania	40	-	-	2	40		
		Tópicos especiais de informática	30	10	-	2	40		
		Metodologia da pesquisa e elaboração de projetos	30	10	-	2	40		
		Teoria Geral da Administração	45	15	-	3	60		
		SUBTOTAL	265	75	-	17	340		
		Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM	MÓDULO II	Introdução à Economia	45	15	-	3	60
				Matemática Financeira	30	10	-	2	40
Contabilidade Básica	30			10	-	2	40		
Gestão de Pessoas	45			15	-	3	60		
Gestão Pública	30			10	-	2	40		
Inglês Instrumental	30			10	-	2	40		
Disciplina Optativa 1	45			15	-	3	60		
SUBTOTAL	255			85	-	17	340		
Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012	MÓDULO III	Introdução à Legislação Tributária, Trabalhista e Empresarial	45	15	-	3	60		
		Contabilidade de Custos e Precificação	30	10	-	2	40		
		Gestão da Produção e Logística	45	15	-	3	60		
		Empreendedorismo	30	10	-	2	40		
		Disciplina Optativa 2	30	10	-	2	40		
		Disciplina Optativa 3	30	10	-	2	40		
		Disciplina Optativa 4	30	10	-	2	40		
		SUBTOTAL	240	80	-	16	320		
Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL		1.000h						
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES		100h						
	ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT		250h						
	TOTAL		1.350h						

DISCIPLINAS OPTATIVAS

As disciplinas optativas serão obrigatória e permite ao aluno obter autonomia na direção de sua formação, optando por disciplinas que propiciarão discussões e reflexões frente à realidade regional na qual o curso se insere, oportunizando espaços de diálogo e construção do conhecimento importantes para o desenvolvimento da sociedade.

Ficará sobre a responsabilidade dos alunos, corpo docente e Coordenação de curso definir quais as disciplinas optativas que serão ministradas naquele módulo. Serão oferecidas a partir do II módulo, conforme relação das disciplinas abaixo.

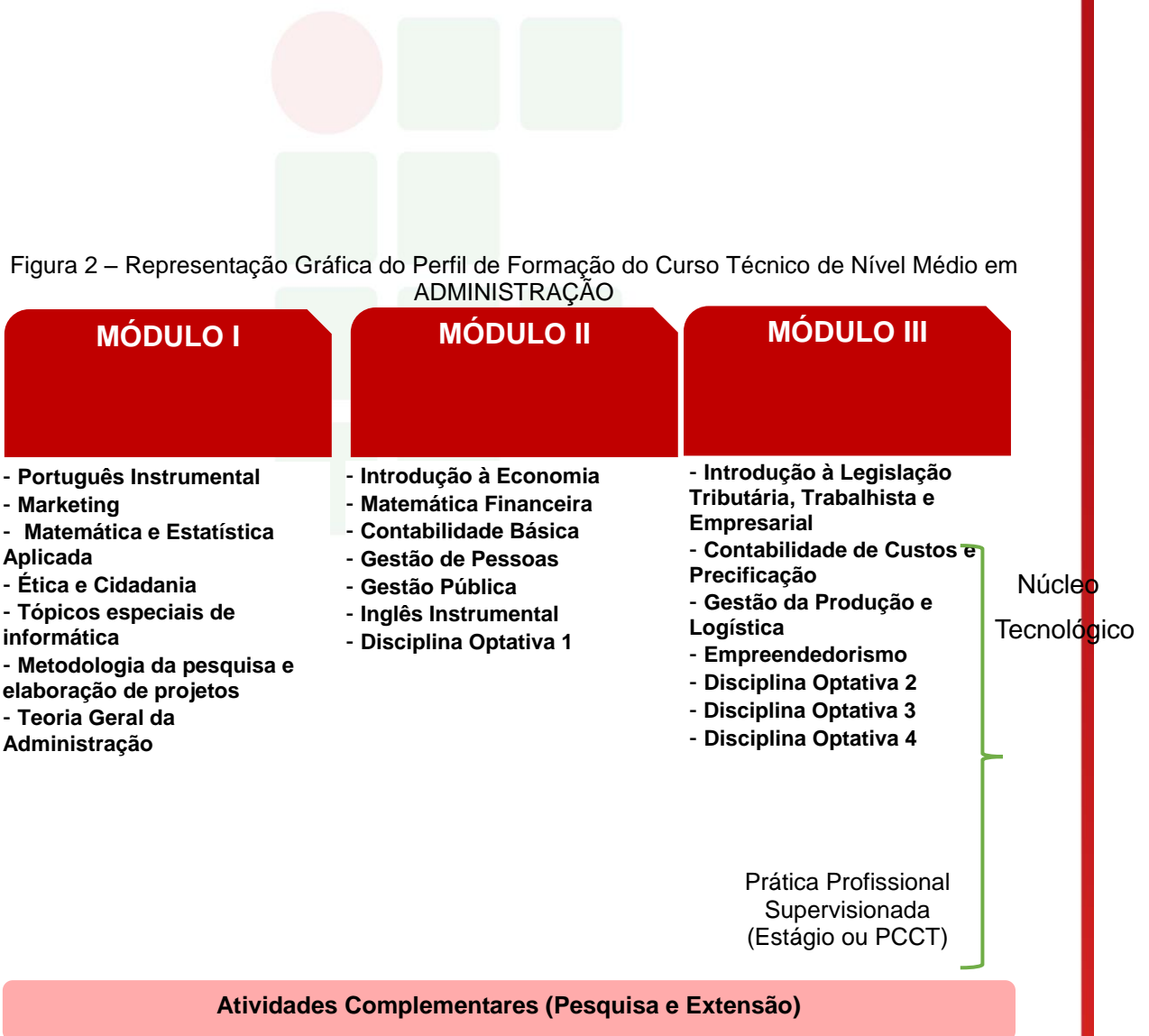
SUBSEQUENTE

		INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM					
		Campus Maués					
		EIXO TECNOLÓGICO: GESTÃO E NEGÓCIOS					
		CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ADMINISTRAÇÃO					
		ANO DE IMPLANTAÇÃO:	FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE		REGIME: SEMESTRAL		
		2018					
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	RELAÇÃO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS	CARGA HORÁRIA (h)				
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral
			Teórica	Prática	AVA		
DISCIPLINAS OPTATIVAS	Módulo II	Economia Regional	45	15	-	3	60
		Administração Financeira	45	15	-	3	60
		Comércio Exterior	45	15	-	3	60
		Tópicos Especiais de Gestão	45	15	-	3	60
	Módulo III	Associativimos e Cooperativismo	30	10	-	2	40
		Gestão da Qualidade	30	10	-	2	40
		Arquivologia	30	10	-	2	40
		Comércio Eletrônico	30	10	-	2	40
		Sistemas de Informações Gerenciais	30	10	-	2	40
		Marketing de Serviços	30	10	-	2	40
		Gestão de Organizações Não-Lucrativas	30	10	-	2	40
		Pesquisa de Mercado	30	10	-	2	40
		Organização, Sistemas e Métodos	30	10	-	2	40
		Administração de Materiais	30	10	-	2	40
		Estratégia Empresarial	30	10	-	2	40
				-			

4.9 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Representação gráfica do perfil de formação do curso, o qual tem como objetivo apresentar a estrutura formativa do curso, informando a distribuição de disciplinas de cada semestre/módulo.

SUBSEQUENTE



Legenda:

Núcleo Tecnológico

Prática Profissional

Atividades Complementares

SUBSEQUENTE

4.10 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 2, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- i) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- j) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- k) Tec: Núcleo Tecnológico

Quadro 2- Ementário
EMENTAS

Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Português Instrumental	1º	2	40	Bas
As modalidades textuais; Problemas técnicos das variantes de linguagem; Polissemia: as várias possibilidades de leitura textual; níveis de leitura: a estrutura textual; Interpretação de textos; Coesão e coerência textual; Recursos gramaticais e disposição das palavras no texto; A originalidade; O estilo do discurso dissertativo de caráter científico: principais Características e expedientes argumentativos; A citação do discurso alheio; As técnicas de estudo e a reprodução do conhecimento; A leitura e a documentação dos estudos: o esquema, o fichamento, o resumo, a resenha crítica; Redação técnico-científica; Correspondências comerciais e oficiais; Relatório administrativo.				

Marketing	1º	3	60	Tec
<p>Conceitos de Marketing. Concorrência e clientes. Composto mercadológico. Necessidades, desejos e demandas. Ofertas ao mercado. Canais de marketing. Tipos de marketing. Comportamento do consumidor. O processo de decisão de compra. Valor e satisfação para o cliente. Fidelidade e retenção. Pesquisa mercadológica. Segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento. Estratégias de Marketing e Plano de Marketing.</p>				
Matemática e Estatística Aplicada	1º	3	60	Bas
<p>Introdução. Distribuição de frequências. Medidas descritivas. Distribuição de probabilidade. Correlação e Regressão. Cálculo das Probabilidades. Variável aleatória. Modelos de distribuições discretas de probabilidade. Modelos de distribuições contínuas de probabilidade. Intervalo de confiança e Testes de hipóteses.</p>				
Ética e Cidadania	1º	2	40	Bas
<p>Desmistificando ética. Códigos de conduta profissional; O papel social da empresa; O conceito de Balanço Social; Cidadania, Papel do cidadão na sociedade moderna.</p>				
Tópicos Especiais de Informática	1º	2	40	Bas
<p>Introdução à Ciência dos Computadores; Memórias RAM e ROM; <i>Hardware</i>; Periféricos (entrada e saída); <i>Software</i> (básico e aplicativos); Vírus e anti-vírus; Sistema operacional Windows; Word; Excel; Internet; Editor de planilha eletrônica; Utilização de power point para apresentações. Aplicabilidade das ferramentas de informática as necessidades da administração.</p>				
Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos	1º	2	40	Bas
<p>Importância da elaboração de relatórios e projetos; Elementos e etapas na elaboração de relatórios e projetos; Cálculo do tempo e custos na elaboração de projetos; Normas da ABNT; Redação científica.</p>				
Teoria Geral da Administração	1º	3	60	Tec
<p>Contextualização histórica; O papel do administrador nas organizações; As escolas da Administração; Os novos rumos da Teoria Geral da Administração; A era da Informação; As soluções emergentes; A nova lógica das organizações.</p>				
Introdução à Economia	2º	3	60	Tec
<p>Introdução ao Estudo da Economia; Evolução do Pensamento Econômico; Macro e Micro Economia; Oferta; Demanda; Elasticidade e Economia Brasileira.</p>				

Matemática Financeira	2º	2	40	Tec
Introdução a Administração Financeira; As funções básicas do Administrador Financeiro; Valor do dinheiro no tempo; Administração de Risco e Retorno; Demonstração de fluxo de caixa; Demonstrações financeiras.				
Contabilidade Básica	2º	2	40	Tec
Introdução e Conceitos básicos; Patrimônio; Atos Administrativos e Fatos Contábeis; Contas; Escrituração; Princípios Contábeis; Demonstrações Contábeis (Financeiras).				
Gestão de Pessoas	2º	3	60	Tec
Os desafios e o papel da Gestão de Pessoas. Os processos de Gestão de Pessoas. Liderança. Planejamento estratégico da Gestão de Pessoas.				
Gestão Pública	2º	2	40	Tec
Fundamentos da Gestão Pública. Cenário da Gestão Pública Atual. Princípios da Administração Pública. Grandes Áreas e Funções da Administração Pública. Burocracia na Gestão Pública. Gestão Pública Inovadora.				
Inglês Instrumental	2º	2	40	Bas
Leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área da administração, na língua Inglesa.				
Disciplina Optativa 1	2º	3	60	Tec
A ser definida pelo <i>campus</i> /Coordenação de Curso/Discentes a partir dos Arranjos Produtivos Locais e perfil da turma, considerando o contexto social e regional.				
Introdução à Legislação Tributária, Trabalhista e Empresarial	3º	3	60	Tec
Relações trabalhistas, de tributação e de cunho empresarial dentro do contexto brasileiro.				
Contabilidade de Custos e Precificação	3º	2	40	Tec
Introdução a contabilidade de custos, classificação e nomenclatura de custos. Estrutura de custos. Custos por processo e por ordem de produção. Custos diretos e indiretos. Produtos acabados e semiacabados. Formação do preço de venda.				
DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo

Gestão da Produção e Logística	3º	3	60	Tec
<p>Gestão da Produção: pressupostos, objetivos e trajetória histórica. Administração estratégica da produção. Sistemas de Produção. Processo produtivo e arranjo físico. Planejamento e controle da produção. Gargalos Produtivos e operações enxutas.</p> <p>Logística: pressupostos e trajetória histórica. Planejamento da logística. Cadeia de Suprimentos e valor ao cliente. Decisões sobre localização e integração. Estratégias de compras. Gestão dos estoques. Embalagem, armazenagem, movimentação e Modais de transporte.</p>				
Empreendedorismo	3º	2	40	Tec
<p>Perfil do empreendedor, habilidades e qualidades do empreendedor. Enfoque comportamental: modelos mentais, sucesso pessoal, avaliação de riscos. Missão da Organização, Visão, objetivos, metas, planos, informações, perseverança, qualidade e eficiência. Conceitos e definições. A Importância do Empreendedorismo para uma sociedade. A identificação das oportunidades de negócios. Conceitos e definições sobre crises e oportunidades. Técnicas de identificação de oportunidades. Os recursos da Tecnologia da Informação na criação de novos negócios. Ferramentas e Planilhas na elaboração do Plano de Negócios. Empreendedorismo na era do Comércio Eletrônico. Elaboração do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica. Conceitos e definições. A estrutura do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica: Plano de Marketing; O Plano Financeiro; O Plano de Produção e Plano Jurídico.</p>				
Disciplina Optativa 2	3º	2	40	Tec
<p>A ser definida pelo <i>campus</i>/Coordenação de Curso/Discentes a partir dos Arranjos Produtivos Locais e perfil da turma, considerando o contexto social e regional.</p>				
Disciplina Optativa 3	3º	2	40	Tec
<p>A ser definida pelo <i>campus</i>/Coordenação de Curso/Discentes a partir dos Arranjos Produtivos Locais e perfil da turma, considerando o contexto social e regional.</p>				
Disciplina Optativa 4	3º	2	40	Tec
<p>A ser definida pelo <i>campus</i>/Coordenação de Curso/Discentes a partir dos Arranjos Produtivos Locais e perfil da turma, considerando o contexto social e regional.</p>				

4.11 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB N° 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução N°. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 250 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 100 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito

indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

4.11.1 Atividades complementares

(Texto Sugerido)

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 100h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no curso Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Coordenação do curso e equipe pedagógica.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no quadro 3. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações realizadas foram relativas as diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente.

Quadro 3. Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro. 10 (dez) horas por trabalho apresentado. 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela

		instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor-orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). 3 (três) horas por participação em peça de teatro. 3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica.	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi

	<p>60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.</p> <p>60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor.</p> <p>30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.</p>	publicado.
Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.

SUBSEQUENTE

4.11.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Setor de Estágio e Egresso ligado a Coordenação de Extensão do *Campus Maués* fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 250 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e ocorrerá no 3º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com a área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final e apresentá-lo em banca examinadora de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), onde 40% dessa nota será atribuída pelo supervisor de estágio na empresa e 60% pela banca examinadora. Portanto, mesmo após a defesa, faz-se necessário a entrega da versão final do Relatório com as adequações sugeridas pela banca, conforme o aceite do professor-orientador.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde

que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não nesse plano de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las.

4.11.2.1 *Aproveitamento Profissional*

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, terá carga horária de 250 horas e será avaliado por meio do Relatório Final e apresentação em banca examinadora conforme as normas estabelecidas pela instituição. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), atribuída na totalidade pela banca examinadora.

4.11.3 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM campus Maués. Poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 3º semestre do curso Técnico em Administração e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor-orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária de 250 horas, podendo ser aplicadas da seguinte forma: presencial e dedicação à livre pesquisa.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor-orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0

(seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *Campus*.

O IFAM Campus Maués não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou coorientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda, para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM campus Maués disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.

5 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á de conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo

Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

5.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;

II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;

III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;

II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

6 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Administração segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e

aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº. 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-

se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino

aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

6.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – autoavaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem

necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

6.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

6.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;

IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;

V – serviço à Justiça Eleitoral;

- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Civis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
- VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
- IX – doação de sangue;
- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

6.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do

componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.



Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

6.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

7 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundos itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de Técnico de Nível Médio em Administração pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

8 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

8.1 BIBLIOTECA

Biblioteca: Equipada com 10 computadores com configurações e sistemas operacionais distintos. Possui um acervo de 5.561 exemplares.

Acervo Bibliográfico IFAM Campus Maués - ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO	AUTOR
A Fórmula do Texto	EMEDIATO, Wander
A sociedade e a economia no novo milênio	ZUFFO, J.A.
Administração de departamento pessoal	SILVA, Marilene Luiza da
Administração de marketing	LAS CASAS, Alexandre Luzzi
Administração de marketing:	KOTLER, Philip
Administração de recursos humanos	MILKOVICH, George T.
Administração de recursos humanos	CHIAVENATO, Idalberto
Administração de recursos humanos	CARVALHO, Antônio Vieira de
Administração financeira	BRIGHAM, Eugene F.
Administração financeira	SANVICENTE, Antônio Zoratto
Administração financeira	LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa
Administração financeira nas empresas de pequeno porte	MATIAS, Alberto Borges
Análise de crédito e cobrança na pequena empresa	PRAZERES, Hélvio T. Cury
Análise de crédito e cobrança na pequena empresa [parte - 2]	PRAZERES, Hélvio T. Cury
Como administrar pequenas empresas	PRAZERES, Hélvio T. Cury
Como aumentar as vendas pela internet	BACCHIN, Thiago Richter
Como elaborar projetos de pesquisa	GIL, ANTONIO C.
Estatística aplicada à administração e economia	KAZMIER, Leonard J.
Estatística fácil	CRESPO, Antonio Arnot
Ética empresarial	SROUR, Robert Henry
Fundamentos de economia	VASCONCELLOS, Marcos Antônio Sandoval de
Fundamentos de metodologia	FACHIN, Odília
Fundamentos de metodologia científica	LAKATOS, Eva Maria
Inglês para administração e economia	CRUZ, Décio Torres
Introdução à economia	MANKIW, N. Gregoy
Introdução à estatística	BISQUERRA, Rafael

Introdução à metodologia do trabalho científico	ANDRADE, Maria Margarida
Introdução à pesquisa	GRESSLER, Lori Alice
Introdução à teoria geral da administração	CHIAVENATO, Idalberto
Logística empresarial	BOWERSOX, Donald J.
Logística empresarial	VIEIRA, Guilherme Bergmann Borges
Logística empresarial	FLEURY, Paulo Fernando
Logística empresarial: transportes, adm de mat. E	BALLOU, Ronald H.
Loja de sucesso	GODOY, Adriano
Maior produção com melhor ambiente	FERREIRA, Rony Antonio
Metodologia científica	RUIZ, João Álvaro
Metodologia científica	CERVO, A.L
Metodologia do trabalho científico	SEVERINO, A. J.
Redação científica	MEDEIROS, João Bosco
Turismo sustentável	SWARBROOKE, Jhon

De acordo com a Política de Uso do Sistema de Tecnologia da Informação (PUSTI/IFAM), todas as máquinas conectadas à rede do IFAM podem usufruir de recursos da Internet. Ressaltamos que todos os 120 computadores estarão sempre disponíveis à comunidade discente para diferentes fins (ensino, pesquisa e extensão) e pesquisas na rede mundial de computadores – internet. No entanto, faz-se necessário o agendamento e acompanhamento de um responsável - técnico de laboratório de informática ou docente responsável para toda e qualquer atividade desenvolvida nessas dependências de uso comum e compartilhada pela comunidade escolar.

Assim como outras comunidades acadêmicas e de pesquisa, o IFAM-CMA encontra-se vinculado à Rede Nacional de Computadores (RNP) oferecendo acesso à Internet através dos seus pontos de presença (PoPs) regionais, no nosso caso, PoP-MG. Os PoPs da RNP, que compõem o seu *backbone* nacional, estão presentes em todos os 27 Estados da Federação. Assim sendo, é assegurado a sua comunidade interna uma velocidade de 6,0MB.

Vale reforçar que a Política de Segurança da Informação (PSI/IFAM) determina que os usuários de computadores pertencentes à infraestrutura do IFAM devem obedecer as seguintes normas:

- Não abrir arquivos ou executar programas anexados a e-mails, sem antes verificá-los com um antivírus;

- Criar, transmitir, distribuir, disponibilizar e armazenar documentos, desde que respeite às leis e regulamentações, notadamente àquelas referentes aos crimes informáticos, ética, decência, pornografia envolvendo crianças, honra e imagem de pessoas ou empresas, vida privada e intimidade;

- Não tentar interferir sem autorização em um serviço, sobrecarregá-lo ou, ainda, desativá-lo, inclusive aderir ou cooperar com ataques de negação de serviços internos ou externos;

- Interceptar o tráfego de dados nos sistemas de TI, sem a autorização de autoridade competente;

- Não violar medida de segurança ou de autenticação, sem autorização de autoridade competente;

- Não armazenar ou usar jogos em computador ou sistema informacional do IFAM;

Documentos que regem as atividades da biblioteca:

- Regimento do Sistema Integrado de Bibliotecas (Resolução n. 31 CONSUP/IFAM de 23/06/2017);

- Regulamento interno das bibliotecas do IFAM (Resolução n. 46 CONSUP/IFAM DE 13 de julho de 2015).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, *Campus* Maués oportuniza acesso a todos os seus discentes aos equipamentos de informática disponíveis no *campus*, tanto para as atividades didáticas convencionais, quanto para as extraclases correlatas ao tripé, ensino, pesquisa e extensão.

Os equipamentos computacionais exclusivamente dedicados aos discentes encontram-se alocados nas dependências físicas do *campus*, distribuídos em 04 laboratórios de informática e na biblioteca:

- Laboratório 04 (sala 45): Equipado com 30 computadores com a seguinte configuração: Processador Intel® Core™ i3; Memória RAM de 4 GB; 320GB de HD e; Sistema operacional LINUX UBUNTU;

- Laboratório 06 (sala 47): Equipado com 20 computadores com a seguinte configuração: Processador AMD PHENON II; Memória RAM de 4 GB; 320GB de HD e; Sistema operacional Windows 7 (Dual Boot UBUNTU);

- Laboratório 07 (sala 48): Equipado com 20 computadores com a seguinte configuração: Processador Intel® Core™ i3; Memória RAM de 4 GB; 1TB de HD e; Sistema operacional Windows 7 (Dual Boot UBUNTU);
- Laboratório 08 (49): Equipado com 20 computadores – Configuração a definir. Equipada com 20 computadores;

8.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Os laboratórios disponíveis para experimentação científica dispõem de uma boa estrutura física, em ambiente climatizado, com bancadas, pias para lavar vidrarias e alguns equipamentos.

Entende-se por laboratório para experimentação a sala 42, onde atualmente são desenvolvidas atividades dos cursos do eixo tecnológico em recursos naturais, e a sala XX, a qual é utilizada como um laboratório multidisciplinar, onde são realizadas experiências e demonstrações das disciplinas básicas de biologia, física e química.





8.2.1 27.4.1 Laboratório Didáticos Especializados: Quantidade




No quadro abaixo estão descritos os equipamentos disponíveis nos laboratórios do *campus*. Alguns nunca foram utilizados por falta de demanda.



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	IMAGEM ILUSTRATIVA	QUANT.
1	Agitador Magnético Características Técnicas: Placa de agitação em alumínio injetado incluindo resistência tubular; temperatura controlada por termostato capilar 50 – 320 °C; lâmpada piloto; corpo revestido em epóxi; controle de rotação eletrônico próximo a faixa de 80-1.500 rpm; capacidade agitação de até 4 litros, tensão de 110 V, 60 Hz. Barra magnética inclusa.		03



2	<p>Balança Semi-Analítica Características Técnicas: calibração externa e tara automática; Capacidade máxima de 300g; • Precisão de 0,001g; Sensibilidade de 0,001g; Câmara de pesagem com janelas corredeiras, moldadas em vidro temperado, para a proteção durante a pesagem; Nivelamento através de uma bolha de água com a correta posição obtida pelos pés reguláveis; Estrutura externa em metal coberto por pintura epóxi e interna em aço inoxidável; Display digital luminoso ; Calibração externa; Possuir três unidades de pesagem: grama (g), quilate (ct) e onça-troy (Ozt); Saída RS; Voltagem: 110/220V (Bivolt com chave seletora). 01 Capela (câmara de vidro protetora) com 2 portas laterais e uma superior; 01 Capa protetora anti-pó; 01 Manual de instruções em português</p>		03
3	<p>Banho Maria Cuba em aço inox; Termostato eletromecânico 40°C até 100°C; Diâmetro aproximado da cuba de 220 mm; Volume total aproximado da cuba de 3 litros; Consumo máximo de 750 Watts.; 110 Vac.</p>		03
4	<p>Banho de ultrassom com aquecimento; Timer digital 30 min; Cuba em aço inox; volume útil de 2,0 litros; Frequência de operação 40 Khz; 110 V; com tampa em PET e cesto interno inox.</p>		03
5	<p>Barrilete de Água com capac. de 10 litros, com tampa e torneira, em PVC; visor do nível de água.</p>		03







6	<p>Bico de Bunsen, com registro para gás e regulador de entrada de ar; Base em aço inox; Altura total 140 mm; Tubo em latão polido.</p>		03
7	<p>Bomba a Vácuo Características Técnicas aproximadas: Palheta rotativa; Vazão de 37 litros por minuto / 2,2 m³/h; Vácuo final de 26 pol. ou 660 mmHg; Pressão de 20 PSI; Potência de 1/4 HP, motor indução; Manômetro e vacuômetro para controle; Depósito de óleo para lubrificação permanente; Filtro de ar para retenção de impurezas; Cabo de energia com 3 pinos; Alimentação com seletor de voltagem 110/220 Volts.</p>		05
8	<p>Capela de Exaustão com as seguintes Características Técnicas: Carcaça: Estrutura em fibra de vidro com espessura de 3 mm; Janela: Em acrílico transparente, deslocando-se em forma de guilhotina parando em qualquer altura; Exaustor: Tipo centrífugo, carcaça em fibra de vidro, ventoinha em polipropileno, prolongador do eixo do motor em polipropileno, fornecido com motor de 1/30 CV, 1750 rpm, exaustão de 372 m³/h, com interruptor independente para luminária e exaustor; Dimensões externas com exaustor: C 80 x A 1,22 x L 62 cm; Luminária: Com lâmpada de incandescente isolada, 40W; Manual de instrução em português; Alimentação: 110V – AC- 60Hz.</p>		03
9	<p>Centrífuga Características Técnicas: Construído em alumínio e tampa em chapa de aço; Coroa para 14 a 16 tubos de 14/15 ml; Ventosas para fixação; Coroa angulada em 45°, Velocidade ajustável até 3500 rpm; Motor de indução; Alimentação: 100V – AC – 60Hz.</p>		03






10	Chapa Aquecedora Características Técnicas: Construída em chapa de alumínio; Plataforma pintada com tinta especial resistente a altas temperaturas; Comando elétrico isolado do calor; Timer de temperatura nominal até 300°C; Manual de instruções em português; Alimentação: 110V – AC- 60Hz.		03
11	Lava olho em Estrutura em ferro galvanizado de 1", com pintura em epoxi na cor verde; bacia e crivo (ducha) em aço inox; Acionamento manual; Placa sinalizadora em PVC inclusa.		03
12	Cronômetro digital para uso em geral; Hora / Minuto / Segundos; Calendário: Mês / Dia / Ano; Alarme sonoro para indicação da hora e para o término da corrida; Resistente a água; Bateria de lítio; Precisão de 1/100 segundos; Indicação de horas em 12 horas (am / pm) ou 24 horas.		03
13	Condutímetro de bancada digital microprocessador: aceita três tipos de células, K=0,1 / K= 1 / K= 10; Mede condutividade em águas (S/cm); Mede STD (Sólidos Totais Dissolvidos) com fator programável; medida de condutividade em álcool (S/m); Sensor de temperatura individual fabricado em aço inox, podendo-se usar o equipamento como termômetro; Compensação de temperatura automática em todas as escalas; Display alfanumérico; Verifica defeitos na célula, sensor de temperatura e nas soluções de calibração, informando em caso de problemas; Mostra simultaneamente a condutividade e a temperatura da solução; Gabinete em ABS; Suporte individual para célula e sensor de temperatura; Calibração automática; Características Técnicas próximas Condutividade em águas: 0 a 200.000 uS/cm (200 mS/cm) com seleção automática de 4 escalas / exatidão de 2% fundo de escala / incerteza +- 1%;Condutividade em Álcool: 0 a 20.000 uS/m com seleção automática de 4 escalas / exatidão de 2% fundo de escala / incerteza +- 1%;Temperatura: 0 a 100°C / resolução 0,1°C / exatidão +- 0,3°C / incerteza +- 0,2°C;Alimentação: 110 / 220 Volts (Bivolt);Saída RS 232C,		03



	Acessórios que acompanham: 01 célula de vidro para condutividade em soluções aquosas K= 1, sensor de temperatura em aço inox, solução padrão de calibração 146,9 uS/cm, suporte para célula e sensor de temperatura e manual de instruções.		
14	Desumidificador para retirada do excesso de umidade presente no ar, Equipado com filtro de carvão ativado; reservatório de água com capacidade para até 2,7 litros de água; Equipado com um dispositivo desliga automaticamente, emitindo um aviso luminoso, quando estiver cheio; Apoios laterais facilitam o manuseio e o deslocamento; Umidostato incorporado de 0 a 100%; Água retirada: 16 lt / dia (30°C - RH80%) ; Capacidade do reservatório: 4,0 litros; Fluxo de ar: 240 m3/h (Área de 240 m3) ; Nível de ruído: 44 dBA; Potência absorvida: 300 + 500 W; alimentação 110 Vac.		03
15	Deionizador para Laboratório Características Técnicas: Capacidade de remoção de todos os minerais; Capacidade de volumétrica: 50 litros/hora; Sistema de colpeça intercambial; Sistema de leito misto; Manual de instruções em português; Alimentação: 110V – AC 60Hz.		03
16	Destilador de Água de 10 l/h; Caldeira em latão com banho de estanho virgem; Coletor de vapores e partes que tem contato com a água já destilada; confeccionados em aço inox 304 e materiais inertes; Nível constante de alimentação da caldeira; Cúpula de vidro resistente e inerte; Resistência tubular blindada; Contador para segurança; Sistema automático de proteção que desliga o aparelho quando o sensor detecta falta de água; Alimentação: 110/ 220 Volts; Manual de instruções em português		03
17	Estufa de Secagem e Caixa externa em chapa de aço tratado e pintura em epóxi; Caixa interna em chapa de aço tratado e pintura em alumínio para altas temperaturas; Prateleiras em chapa de aço tratado e pintura em alumínio para altas temperaturas com 3 prateleiras; Isolação térmica é feita com lâ Roofing em todas as paredes, incluindo a porta, diminuindo a troca de		03

	calor com o exterior; Porta com fecho rolete; Sistema de vedação da porta em silicone; Potência: 550 Watts.; Controlador eletromecânico de 50 a 250°C.; Manual de instruções em português; Alimentação: 110V – AC – 60Hz.		
18	<p>Microscópio Binocular</p> <p>Características Técnicas: Sistema coaxial macro e micrométrico; Condensador fixo com filtro; Charriot com movimento X, Y; Lâmpada de tungstênio e fonte embutida na base; Objetivas com oculares de 4x, 10x, 40x, e 100x; Ocular: 10x; Alimentação: 110 V – AC – 60 hz.</p>		01
19	<p>Medidor de pH de bancada micro processado para medidas de pH, mV e temperatura. Trabalha com todos os tipos de eletrodo, inclusive de álcool; Calibração automática das soluções buffers; Faixas de trabalho pH: 0,00 a 14,00; Faixas de trabalho mV: - 1999 a + 1999 mV; Faixas de trabalho °C: 0 a 100°C; Resolução: 0,1 / 0,01 e 0,001 pH; Sensor de temperatura individual em aço inox, podendo-se usar o equipamento como termômetro de 0 a 100°C, com resolução de 0,1°C; Display alfanumérico fornece mensagens que guiam o usuário e impede erros de utilização; Mostra simultaneamente o pH e temperatura da solução; Compensação automática ou manual; Gabinete em plástico ABS; Saída para computador tipo RS 232C, informando a leitura de pH, mV e temperatura; Alimentação: 110 / 220 VAC (Bivolt); Acompanha o equipamento: 01 eletrodo de vidro universal com referência interna KCl 3M + AgCl para medição de pH em soluções aquosas, sensor de temperatura em aço inox, soluções tampão frasco com 500 ml pH 7,00 e 4,00, suporte individual para eletrodo e sensor de temperatura e manual de instruções); Procedência Nacional.</p>		01

20	<p>Medidor de pH portátil digital; Totalmente micro processado; Mede pH / mV / ORP e temperatura; Trabalha com todos os tipos de eletrodo inclusive o de álcool; Sensor de temperatura individual em aço inox, podendo-se usar o equipamento como termômetro; Display alfanumérico fornece mensagens que guiam o usuário e impedem erros de utilização; Verifica defeitos no eletrodo, sensor de temperatura e nas soluções tampão, informando em caso de problemas; Mostra simultaneamente o pH e temperatura da solução; Indicador de leitura estável, mostra quando já se pode tomar a leitura; Compensação de temperatura automática e manual; Gabinete em ABS, evita corrosão; Suporte individual para eletrodo e sensor de temperatura; Calibração automática, aceita vários tipos de tampões; Características técnicas: pH: 0 a 14 / resolução 0,01 / exatidão +- 0,01 / incerteza +- 0,01; mV: -1999 a +1999 / resolução 0,01 / exatidão +- 0,1 / incerteza +- 0,1; Temperatura: 0 a 100°C / resolução 0,1°C / exatidão +- 0,3°C / incerteza +- 0,2°C; Calibração: automática c/ tampões pH 6,86 / 7,00 / 7,01 / 4,00 / 9,00 e 10,00; Alimentação: bateria alcalina (Volts ou 110 / 220 Volts c/ eliminador; Acessórios que acompanham: 01 eletrodo de vidro (ou plástico) p/ medir pH em soluções aquosas, sensor de temperatura em aço inox, soluções tampão pH 7,00 e 4,00 e manual de instruções;</p>		03
21	<p>Forno mufla com estrutura metálica robusta, especialmente tratada com duas camadas em pintura anti-ferrugem; controlador de temperatura eletrônico digital, com escala de ambiente a 997°C; Chave de controle de potência com quatro posições (min. / méd. / máx. / desliga), garantindo perfeito comando de velocidade de aquecimento; Câmara de aquecimento em monobloco refratário com elementos de aquecimento espiralados blindados nas quatro faces, Isolação em fibra</p>		01

	cerâmica de alta densidade e baixa massa térmica; Potência: 2.200 Watts, 110 Vac		
22	Modelo Anatômico de Esqueleto com suporte Confeccionado em resina plástica rígida em cor e tamanho natural, composto por articulações e ossos.		03
23	Modelo Anatômico da Pélvis Sistema Reprodutor masculino Modelo confeccionado em resina plástica, composto por cóccix, músculo abdominal, músculo glúteo, canal anal, ureter, pênis, intestino, reto, testículo, escroto, uretra, próstata, bexiga e ducto deferente.		03
24	Modelo Anatômico da Pélvis feminina em 2 partes, confeccionada em resina plástica, composta por músculo reto do abdome, intestino, músculo anal externo, reto, canal cervical, cóccix, útero, sacro, músculo espinhal, bexiga, vagina, músculo glúteo.		03
25	Modelo Anatômico da Cabeça Humana com cérebro confeccionado em resina plástica emborrachada. Composto por cavidade nasal, músculo orbicular, caixa craniana, globo ocular, osso temporal, cérebro, corte na mandíbula lateral com palato duro, faringe e língua.		03
26	Modelo Anatômico do Olho Humano com músculo confeccionado em resina plástica rígida. Composto por globo ocular, coróide, retina esclerótica, lente conjuntiva, pupila, córnea, íris, humor vítreo, nervo óptico, músculo reto lateral, músculo reto superior e vasos.		03
27	Modelos Anatômico do Ouvido Humano confeccionado em resina plástica emborrachada. Composto por pavilhão auditivo, acústico externo, membrana timpânica, bigorna, martelo, estribo, tubo auditivo, canais semicirculares, nervos vestibulo ocular, artéria, trompa de Eustáquio.		03

28	Modelo Anatômico do Coração Humano confeccionado em resina plástica emborrachada. Composto por artéria aorta, artéria pulmonar, veia cava, tronco pulmonar, aurícula direito, aurícula esquerda, veia pulmonar inferior, parede cardíaca, músculo cardíaco, válvula tricúspide, válvula tricúspide, válvula bicúspide, septo.		03
29	Modelo Anatômico do Pulmão Humano confeccionado em material acrílico transparente de alta qualidade. Composto por traqueia, ápice, brônquios principal, brônquios segmentais, pulmão (direito e esquerdo), veia pulmonar, artéria pulmonar e bifurcação traqueal.		03
30	Modelo Anatômico da Arcada Dentária Superior e Inferior confeccionado em resina plástica emborrachada. Modelo para demonstração da higiene bucal. Composto por articulação (haste cromada), dentes (molares, pré-molares, incisivos, caninos), língua e escova.		03
31	Modelo Anatômico de Torso Humano, superior a 1 metro, bissexual confeccionado em resina plástica emborrachada. Composto por cabeça (2 partes) com cavidade nasal, parte craniana exposta lateral, metade do cérebro c/ cerebelo, artérias / veias; globo ocular, epiglote, esôfago, cartilagem tireoide, glândula tireoide, traqueia, costela, esterno, diafragma, glândula mamaria, pulmões(2 partes), coração (2 partes), fígado com vesícula biliar, estômago (2 partes), intestinos, metade de um rim, ureter, bexiga, ceco, órgão genital masculino e feminino intercambiáveis com cabeça.		03
32	Modelo anatômico da Estrutura celular ampliada, onde pode ser observado: retículo endoplasmático, membrana plasmática, mitocôndrias, lisossomo, núcleo, complexo de Golgi, centríolos e vacúolo.		03

33	Modelo anatômico Modelo de corte de pele em bloco confeccionado em resina plástica emborracha ampliado aproximadamente 70x. Composto por epiderme, derme, músculo ereto do pelo, fibra nervosa, glândula sebácea, receptores sensorial, poro, tecido adiposo e vasos sanguíneos.		03
34	Conjunto de física para estudos de roldanas, lançamento, equilíbrio, MCU, MRUA, aceleração, força restauradora, Constante de elasticidade, trabalho e energia, conservação da energia mecânica, conservação da quantidade de movimento, choques elásticos, empuxo, princípio de Pascal, Leis Pendulares, MHS, vasos comunicantes, tubos, óptica, termodinâmica , eletrostática e eletrodinâmica. Livro de experimentos incluso.		03

9 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

9.1 CORPO DOCENTE

O *campus* Maués conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Administração na Forma Subsequente.

O quadro 4 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 4. Corpo Docente

Professor de	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Administração	Valdeli Maria medeiros da Silva Gomes	Especialista	DE
Administração	Cristiano Gomes do Nascimento	Mestre	DE
Administração	Messias Barbosa Ramos	Especialista	DE

Administração	Jheffersom Donner da Silva	Especialista	DE
Ciências Contábeis	Dulciane Alves Luczkiewicz	Mestre	DE
Economia	Amélia Jandrea de Souza	Especialista	DE
Língua Portuguesa	Maria do Socorro Libório dos Santos	Mestre	DE
Língua Inglesa	Iara Batista da Silva	Especialista	DE
Filosofia	Jean Negreiros Ferreira	Especialista	DE
Informática	Euler Vieira da Silva	Mestre	DE

O quadro 5 apresenta o corpo docente do IFAM *Campus* Maués.

Quadro 5. Corpo Docente

Professor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Adilson de Lima Lopes Júnior	Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares	40H/DE
Afrânio de Lima Carvalho	Mestre em Clima e Ambiente	40H/DE
Alcides Pereira Santos Neto	Mestre em Ciências Florestais	40H/DE
Ana Cristina Sales Dibo	Mestre em Ciências	40H/DE
Anndson Brelaz de Oliveira	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Carlos Alberto Dinelly Filho	Especialista em Metodologia do Ensino Superior	40H/DE
Cristiano Gomes do Nascimento	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Danilo de Oliveira Machado	Mestre em Agricultura no Trópico Úmido	40H/DE
Danniel Rocha Bevilaqua	Mestre em Ciências Pesqueiras nos Trópicos	40H/DE
Darlane Cristina Maciel Saraiva	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE

Dulciane Alves Luczkiewicz	Mestre em Ciências Contábeis	40H/DE
Ederval Lima dos Santos	Especialista em Arte e Multimídia	40H/DE
Elaine Barbosa Amazonas	Especialista em Ensino de L. Inglesa	40H/DE
Elias da Silva Souza	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Elize de Souza Farias	Especialização em Gestão e Educação Ambiental	40H/DE
Euler Viera da Silva	Especialista em Metodologia do Ensino Superior	40H/DE
Fredy Veras dos Santos	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Gislane Aparecida M. Siqueira	Mestre em Letras	40H/DE
Iara Batista da Silva	Especialista em Metodologia do Ensino Superior	40H/DE
Izaquiel Mateus M. Gomes	Mestre em Ciência Política	40H/DE
Jean Negreiros Ferreira	Graduação	40H/DE
João Batista Macêdo Sobrinho	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Joethe Moraes de Carvalho	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Leonor Ferreira Neta Toro	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Luciana de Oliveira Souza	Especialista em Projeto e Administração de banco de dados	40H/DE
Luiz Antônio Tavares de Oliveira	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Luiz Henrique V. Cavalcante	Mestre	40H/DE
Marcos Sicsu Cardoso	Graduação	40H/DE
Maria do Socorro Libório dos Santos	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Maria Muniz Nunes	Mestre em Agronomia Tropical	40H/DE

Maxiliano Batista Barros	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Messias Barbosa Ramos	Especialista em Turismo e desenvolvimento local	40H/DE
Moises de Souza Pontes	Especialista no Ensino de Geografia	40H/DE
Oraldo Elizeu Angeloto	Graduação	40H/DE
Patrícia Freitas Moraes	Graduação	40H/DE
Paulo Adelino de Medeiros	Mestrado em Biologia de Água doce e pesca interior	40H/DE
Paulo Ferreira Teixeira Junior	Graduação	40H/DE
Renivaldo Oliveira Forte	Doutando	40H/DE
Ricardo de Jesus Cardoso	Mestre em Geografia	40H/DE
Rômulo Ribeiro Machado	Mestre em Ciências: área de concentração - Educação Agrícola	40H/DE
Valdeli Maria Medeiros da Silva Gomes	Especialista em Ed. Indígena	40H/DE
Vilma de Jesus de Almeida Serra	Especialista em Língua Portuguesa	40H/DE

Fonte: Coordenação de Registro Acadêmico – IFAM-CMA.

9.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 6. Corpo Técnico Administrativo

Cargo/Função	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Assistente de Aluno	Eriklay Guimarães Oliveira	Graduação	DE
Assistente de Aluno	Francisnei Ferreira dos Santos	Ensino Médio	DE
Assistente de Aluno	Rodrigo Augusto Verçosa de Oliveira	Especialista	DE
Assistente Social	Renildo da Silva Santos	Graduação	DE
Pedagogo	Herleide Batista Viana	Especialista em Gestão Escolar	DE
Técnico em Assuntos Educacionais	Alexandro de Souza Neto	Licenciado em Ciências Biológicas e Especialista	DE
Técnico em Assuntos Educacionais	Mariana de Oliveira Coelho	Especialista em Gestão Escolar	DE
Bibliotecária	Edinara Sobrinho da Silva Cativo	Especialista em Gestão de Biblioteca Pública	DE
Auxiliar de Biblioteca	Enickson Paes de Moura	Graduação	DE
Administrador	Carlos Roberto de Oliveira	Especialista em Administração Pública	DE
Assistente em Administração	Maria Betânia Gomes Saunier	Especialista	DE
Assistente em Administração	Elizangela Borges Sicsu	Ensino Médio	DE
Assistente em Administração	Ederson Costa de Souza	Graduação	DE
Assistente em Administração	Miguel Bezerra dos Santos Filho	Graduação	DE
Assistente em Administração	Phillip da Silva Moreira	Graduação	DE
Assistente em Administração	Nathália Cavalcante Costa Miguel	Graduação	DE
Assistente em Administração	Ronan Farias de souza	Graduação	DE
Assistente em Administração	Sonete Moreira Lopes	Mestre	DE

Assistente em Administração	Joserlândia Maria da Silva	Graduação	DE
Assistente em Administração	Suely Furtado Soares	Ensino Médio	DE
Contador	Jesse de Mendonça Marinho	Especialista	DE
Técnico em Agropecuária	José Lima Moraes	Especialista	DE
Técnico em Agropecuária	Marcelo Nery Santana	Ensino Médio	DE
Técnico em Informática	Lívia Cardoso Albuquerque	Graduação	DE
Técnico em Informática	Rajiv Emanuel Cruz de Sousa	Ensino Médio	DE
Técnico em Informática	R'Phael Phillip Costa Ferreira	Ensino Médio	DE
Enfermeira	Jaíza Ribeiro Alves	Especialista	DE
Nutricionista	Ana da Silva Torres Viana	Especialista em Saúde Pública	DE
Psicóloga	Adenilma Silva Rocha	Especialista	DE

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3º edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução Nº 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	30	10		2	40	
EMENTA						
Produção de leitura e escrita de textos, observando conceitos de textos, variação linguística, diferenças formais e funcionais. Organização do parágrafo e do período: seleção, organização e integração de ideias. Normatização gramatical.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Língua Portuguesa						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Ao final do curso, os alunos deverão estar aptos a ler, a estudar, a buscar sentidos, a interpretar, a persuadir, a comunicar, a gerar novas idéias. Deverão conhecer a norma culta, a fim de se expressar com desembaraço na comunicação pessoal e profissional.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Desenvolver no discente a capacidade de pensar por meio do reconhecimento e uso de diferentes formas de comunicação e estudos das normas gramaticais.						

Estabelecer a relação entre a organização de um texto e a gramática que o sustenta, objetivando a exploração dos variados recursos expressivos, a fim de analisar e produzir textos dentro de um contexto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As modalidades textuais;
- Problemas técnicos das variantes de linguagem;
- Polissemia: as várias possibilidades de leitura textual; níveis de leitura: a estrutura textual;
- Interpretação de textos;
- Coesão e coerência textual;
- Recursos gramaticais e disposição das palavras no texto;
- A originalidade;
- O estilo do discurso dissertativo de caráter científico: principais características e expedientes argumentativos;
- A citação do discurso alheio;
- As técnicas de estudo e a reprodução do conhecimento;
- A leitura e a documentação dos estudos: o esquema, o fichamento, o resumo, a resenha crítica;
- Redação técnico-científica;
- Correspondências comerciais e oficiais;
- O seminário.
- Relatórios Administrativo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BELTRÃO, Odacir & BELTRÃO, Maria. **Correspondência , linguagem e comunicação**. São Paulo: Atlas, 1991.

CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Mec/FENAME 1976.

MARTINS, Dileta Silveira & ZILBERKNOP, Le S. **Português Instrumental**. Porto Alegre: Sagra, 1993.

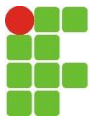
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

TUFANO, Doglas. **Estudos de Redação**. São Paulo: Moderna, 1980.

ELABORADO POR:

Prof. MSc. Pedro Issa Figueiredo e Maria do Socorro Libório dos Santos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	MARKETING					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	45	15		3	60	
EMENTA						
Conceitos de Marketing. Concorrência e clientes. Composto mercadológico. Necessidades, desejos e demandas. Ofertas ao mercado. Canais de marketing. Tipos de marketing. Comportamento do consumidor. O processo de decisão de compra. Valor e satisfação para o cliente. Fidelidade e retenção. Pesquisa mercadológica. Segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento. Estratégias de Marketing e Plano de Marketing.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração ou Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar os discentes para o processo de planejamento e implementação de estratégias de marketing, contribuindo para a vantagem competitiva das organizações.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos do composto de marketing; - Conhecer as ferramentas de marketing e sua aplicabilidade na gestão das organizações; - Compreender os fatores que influenciam o comportamento do cliente/consumidor para formulação e contextualização das estratégias mercadológicas; - Aproveitar oportunidades e restringir ameaças do ambiente de marketing; - Identificar segmentos de mercado e definir públicos-alvo; e - Construir e manter o posicionamento mercadológico estratégico da empresa. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
UNIDADE I						
<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos de Marketing - Fundamentos do Marketing 						

- Tipos de Marketing
- Marketing, concorrência e clientes
- Composto mercadológico
- O papel do marketing nas organizações e na sociedade

UNIDADE II

- Entendimento do mercado e das necessidades dos clientes
- Pesquisa Mercadológica
- Necessidades, desejos e demandas
- Tipos de demandas
- Ofertas ao mercado
- Orientações organizacionais como relação ao mercado
- Comportamento do consumidor
- Fontes de informação do consumidor
- O processo de decisão de compra
- Valor e satisfação para o cliente
- Fidelidade e retenção

UNIDADE III

- Segmentação, seleção de mercado-alvo e posicionamento
- Estratégias de ciclo de vida dos produtos
- Influência na determinação do preço do produto
- Canais de distribuição
- Propaganda e relações públicas

UNIDADE IV

- Matriz SWOT
- Estratégias de Marketing
- Plano de Marketing

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

KOTLER, Philip; KOTLER, Milton. **Marketing de Crescimento: Estratégias para Conquistar Mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LAS CASAS, Alexandre Luiz. **Administração de Marketing: conceito, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. 1º ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOMAR, Marcos Cortez; IKEDA, Ana Akemi. **O Planejamento de Marketing e a Confecção de Planos – Dos conceitos a um novo modelo**. São Paulo: Saraiva, 2006

GRACIOSO, Francisco. **Marketing Estratégico: Planejamento Estratégico Orientado Para o Mercado**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

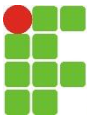
HOOLEY, Grahan J. et al. **Estratégia de Marketing e Posicionamento Competitivo**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0 – do Tradicional ao Digital**. Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

ZEITHAML, Valarie A.; BITNER, Mary Jo; GREMLER, Dwayne D. **Marketing de Serviços: a empresa com foco no cliente**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

ELABORADO POR:

Profa. Esp. Adiny Heimy Muller Cordeiro


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	MATEMÁTICA E ESTATÍSTICA APLICADA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	45	15		3	60	
EMENTA						
Síntese numérica e gráfica de dados; Medidas de tendência central; Medidas de dispersão; Noções de probabilidade; Cálculo de Probabilidade; Variáveis aleatórias discretas e contínuas; Distribuição de probabilidades discretas e contínuas.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Matemática ou Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Preparar o aluno no sentido de utilizar os conhecimentos obtidos no processo de aprendizagem, a raciocinar, a analisar, a utilizar estes conhecimentos básicos de Estatística no campo profissional, e nas disciplinas que darão segmento ao curso. Procurar desenvolver no aluno a capacidade de realizar pesquisas utilizando os recursos de Estatística e proporcionar a ele condições de continuar seus estudos em nível de graduação.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de estatística. - Arredondamento de números. - Propriedades da somatória. - Variável discreta e contínua. - Populações e amostras - Técnicas de amostragem: amostragem causal simples, sistemática e estratificada. - Tendenciosidade da amostra - Séries estatísticas. - Medidas de tendência central (ou de posição): média, mediana, moda, quartis. - Medidas de dispersão: Variância, desvio padrão, coeficiente de variação. - Distribuição de frequência: dados brutos, rol, tabela de frequência, elementos de uma distribuição de frequências, tipos de frequências. - Apresentação gráfica. - Dados agrupados: histograma e outros gráficos. - Probabilidade. - Noções de correlação e regressão. - Utilização de calculadoras e computadores na Estatística Aplicada. - Aplicação da estatística a Administração.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>CRESPO, A. A. Estatística Fácil. 17a ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.</p> <p>BUSSAB, W. O. e MORETTIN, P. A. Estatística Básica. 5a ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 2002.</p> <p>SILVA, ERMES M., SILVA, ELIO M., GONÇALVES V., MUROLO, A. C. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis. 3a ed. V.1, São Paulo: Ed. Atlas S.A., 1999.</p> <p>COSTA, S. F. Introdução ilustrada à Estatística. São Paulo: Ed. Harbra, 1997.</p> <p>TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. 7a ed., Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1999.</p> <p>FREUND, J. E., SIMON, G. A. Estatística Aplicada Economia, Administração e Contabilidade. 9a ed., Porto Alegre: Ed. Bookman, 2004.</p> <p>LEVINE, D. M., BERENSON, M. L., STEPHAN, D. Estatística: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2000.</p> <p>SPIEGEL, M. R. Estatística. 3a ed., São Paulo: Ed. Makron, 1994.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>SILVER, M. Estatística para Administração. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2000.</p> <p>OLIVEIRA, P. L. COSTA NETO. Estatística. 2a ed. São Paulo: Ed. Edgard Blücher LTDA, 2002.</p> <p>FONSECA, J. S., MARTINS, G. A. Curso de Estatística. 4a ed., São Paulo: Ed.</p>

Atlas S.A., 1993.
 MORETTIN, L. G. **Estatística básica: Probabilidade**. 6a ed., São Paulo: Ed. McGraw Hill, 1995.
 LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2a ed., São Paulo: Ed. Harbra, 1987.
 STEVESON, W. J. **Estatística Aplicada à Administração**. São Paulo: Ed. Harbra, 1986.
 LOPES, P. A. **Probabilidades e Estatística**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2001.

ELABORADO POR:

Prof. Pedro Issa Figueiredo e Valdeli Maria medeiros da Silva Gomes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	ÉTICA E CIDADANIA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	30	10		2	40	
EMENTA						
Ética, moral e condição humana. Ética e cidadania no mundo do trabalho. O trabalho, o trabalhador e as organizações no mundo contemporâneo. O futuro da ética e da cidadania numa sociedade cheia de contradições. Realidade e utopia. Relações étnico-raciais. Sustentabilidade. Percalços e conquistas na busca de uma cidadania planetária.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Filosofia ou Sociologia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Compreender a história da ética e a possibilidade de sermos éticos; Compreender a ética como decisão racional; Descobrir a liberdade e da felicidade, no sentido de se apropriar do conhecimento racional para utilizá-lo em prol da construção de um mundo melhor para se viver. O estudo da ética, das ciências humanas e da política, são necessários nesse momento, para consolidar a formação integral do jovem, que estará apto para o						

mercado de trabalho e para o exercício pleno de sua condição humana.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Definir Ética, moral e condição humana; Reconhecer cidadania no mundo do trabalho; Analisar as relações étnico-raciais.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>ÉTICA</p> <p>A existência ética Senso moral Consciência moral Juízo de fato e juízo de valor Ética e violência Os constituintes do campo ético O agente moral Os valores ou os fins éticos e os meios morais</p> <p>A ética Ética ou filosofia moral Sócrates, o incansável perguntador Aristóteles e práxis Deliberação e decisão O legado dos filósofos gregos O cristianismo: interioridade e dever A ideia de intenção Natureza humana e dever Duas visões modernas do dever A ética de Espinosa Da servidão passional a liberdade afetiva Bom e mal Uma concepção contemporânea da virtude Razão, desejo e vontade Convergências entre as duas concepções Vontade e desejo Ética das emoções e do desejo Racionalismo humanista Ética e psicanálise Rigor do superego</p> <p>A liberdade A liberdade como problema A liberdade como questão filosófica Três grandes concepções filosófica da liberdade As concepções de Aristóteles e de Sartre A concepção que usa necessidade e liberdade</p>

A liberdade como possibilidade objetiva
Vida e morte

AS CIÊNCIAS

Atitude científica

O senso comum
Nossas opiniões cotidianas
Características do senso comum
A Atitude científica: Características gerais
A investigação científica

A ciência na história

As três principais concepções de ciência
Diferença entre ciência antiga e a clássica ou moderna
As mudanças científicas
Desmentindo a evolução e o processo científico
Rupturas epistemológicas
Revoluções científicas
Classificação das ciências

As ciências humanas

São possíveis ciências humanas
O humano como objeto de investigação
Fenomenologia, estruturalismo e marxismo
A contribuição da fenomenologia
A contribuição do estruturalismo
A contribuição do marxismo
Os campos de estudo das ciências humanas

A POLÍTICA

O início da vida política

A invenção da política: O surgimento da cidade
Os principais traços da invenção da política
O significado da invenção da política
Uma terceira forma de organização
Sociedades contrárias ao comércio e ao estado
Finalidade da vida política
A posição dos sofistas
A posição de Platão
A posição de Aristóteles
Romanos: a construção do príncipe
Virtudes principescas
O poder teológico-político: o cristianismo
A herança hebraica e romana
A instituição eclesiástica
O poder eclesiástico
As teorias teológico-políticas
Conflitos entre papa, imperador e reis

Os dois corpos do rei

As filosofias políticas

O ideal republicano
 Antes de O Príncipe
 A revolução de Maquiavel
 O príncipe virtuoso
 A ideia de soberania
 O mundo desordenado
 Indivíduos e conflitos
 Do indivíduo a sociedade civil
 O estado de natureza
 O pacto ou contrato social e o estado civil
 O jusnaturalismo
 O estado
 A teoria liberal
 A burguesia e propriedade e privada
 O Estado liberal
 Liberalismo e o fim do antigo regime
 A cidadania liberal
 A ideia de revolução
 As revoluções burguesas
 Comparando liberalismo e movimento revolucionários
 As revoluções sociais

A questão democrática

A sociedade democrática
 A criação de direitos
 Ampliando a participação
 Traços da democracia
 Os obstáculos à democracia
 Dirigentes e executantes
 Dificuldades para a democracia no Brasil
 Clientelistas, vanguardistas e populistas

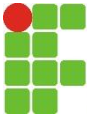
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Abbagnano, Nicola, **Dicionário de filosofia** tradução da 1 edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bosoi; revisão da tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti – 4 ed. – São Paulo: martns Fontes, 2000.

Aranha, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofando: Introdução à filosofia/** Maria lucia de Arruda Aranha, Maria Helena Pires Martins-3ed. – São Paulo: Moderna, 2003.

Arantes, Paulo Eduardo et al. **A filosofia e seu ensino.** 2 ed. São Paulo: Vozes, 1995. Gallo, Sílvio; Kohan, Walter Omar (Org.). Filosofia no ensino médio. Petrópolis: Vozes, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>Chauí, Marilena. Convite à filosofia, Ática, 2005.</p> <p>Chauí, Marilena. Iniciação à Filosofia, Ática, 2014</p> <p>Kant, Immanuel, Crítica da Razão Pura; tradução, notas, e posfácio: Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2003.</p>
ELABORADO POR:
Prof. Pedro Issa Figueiredo e Jean Negreiros Ferreira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	TÓPICOS ESPECIAIS DE INFORMÁTICA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	30	10		2	40	
EMENTA						
Introdução à Ciência dos Computadores; Memórias RAM e ROM; <i>Hardware</i> ; Periféricos (entrada e saída); <i>Software</i> (básico e aplicativos); Vírus e anti-vírus; Sistema operacional Windows; Word; Excel; Internet; Editor de planilha eletrônica; Utilização de power point para apresentações. Aplicabilidade das ferramentas de informática as necessidades da administração.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Informática ou Análise de Sistemas						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar o aluno a realizar tarefas de edição de textos, manipular planilhas e utilizar as ferramentas de Internet, utilizando microcomputador e os principais <i>softwares</i> existentes no mercado.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						

- Formar profissionais aptos ao mercado de trabalho;
- Desenvolver atividades de utilização de sistemas operacionais, editores de texto, planilhas eletrônicas, Internet;
- Utilizar recursos na operação de aplicativos para automação de escritório e Internet.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. História E Evolução Dos Computadores

- 1.1. Geração dos Computadores.

2. Definição e Origem do Termo Informática

- 2.1. Evolução e conceitos fundamentais.

3. Tipo De Computadores

- 3.1. Desktop;
- 3.2. Notebook / Laptop;
- 3.3. Servidores / Mainframes;
- 3.4. PC / Mac;
- 3.5. Novas tendências tecnológicas

4. Esquema Básico do Elemento Software

- 4.1. Conceito de Sistema Operacionais;
- 4.2. Esquema básico do elemento humano.

5. Sistema Operacional Windows 7

- 5.1. Área de trabalho;
- 5.2. Inserir pastas e ícones;
- 5.3. Ícone do Computador / Pastas do Sistema (Perfil do Usuário);
- 5.4. Conhecendo Bloco de Notas, WordPad e Paint;
- 5.5. Teclas de atalho;
- 5.6. Painel de controle;
- 5.7. Windows Explorer;
- 5.8. Windows Média Player.

6. Microsoft Office Word 2010

- 6.1. Visão geral do Word;
- 6.2. Faixa ribbon;
- 6.3. Abrir e fechar o Word;

- 6.4. Guias de opções;
- 6.5. Criar um Documento Novo (Digitação);
- 6.6. Salvar um texto;
- 6.7. Visualizar um documento;
- 6.8. Selecionando no Word;
- 6.9. Formatar texto;
- 6.10. Layout de página (Normas da ABNT / Cabeçalho e Rodapé);
- 6.11. Alinhamento, espaçamento e parágrafos;
- 6.12. Tabelas;
- 6.13. Figuras e letreiros digitais.

7. Microsoft Excel 2010

- 7.1. Introdução;
- 7.2. Guias de planilha;
- 7.3. Movimentação na planilha;
- 7.4. Salvando e abrindo arquivos;
- 7.5. Operadores e funções;
- 7.6. Formatação de células;
- 7.7. Formatação condicional;
- 7.8. Auto preenchimento das células;
- 7.9. Inserção de linhas e colunas;
- 7.10. Máximo, Mínimo, Média
- 7.11. Função SE, E e OU;
- 7.12. Gráficos;
- 7.13. Impressão, cabeçalho e rodapé.


8. Microsoft Office Powerpoint 2010

- 8.1. Visão geral do Powerpoint. Guias de opções, Criar um Documento Novo (Slides);
- 8.2. Salvar um slide, Visualizar um slide, Formatar de slide, Manipulação de slide;
- 8.3. Inserção de conteúdo no slide, Animações, Transições de slides;
- 8.4. Apresentação, Impressão de slides

9. Internet


- 9.1. Conceito de Internet, WWW, URL, Link;
- 9.2. Email, Redes Sociais;

Navegadores, Uso de Internet, Buscadores Web	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:	
<p>MANZANO, André Luiz; MANZAZNO, Maria Izabel. ESTUDO DIRIGIDO DE WORD 2000. São Paulo: Érica, 1999.</p> <p>MANZANO, André Luiz; MANZAZNO, José Augusto. ESTUDO DIRIGIDO DE EXCEL 2000. São Paulo: Érica, 1999.</p> <p>MANZANO, André Luiz; MANZAZNO, João Carlos. ESTUDO DIRIGIDO DE POWERPOINT 2000. São Paulo: Érica, 1999.</p> <p>VELLOSO, Fernando de Castro, Informática Básica Conceitos, 7ª Ed. Revisada e atualizada - Rio de Janeiro, Campus, 2003</p>	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:	
<p>CAMARGO, Lisalba. Entendendo de Informática. 3. ed. São Paulo: Camargo. 2002.</p> <p>JESUS, Pedro Filip C, Manual Prático Microsoft Excel 2007 – Edição 2008, versão digital</p> <p>QUADRA Rosemery E RAMOS Leandro, Word 2007 – Processador de Texto, versão digital.</p>	
ELABORADO POR:	
Prof. Pedro Issa Figueiredo e Luciana de Oliveira Souza	

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	METODOLOGIA DA PESQUISA E ELABORAÇÃO DE PROJETOS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
I	30	10		2	40	
EMENTA						
Introdução a Pesquisa Científica e Tecnológica. Normatização do Documento Científico. Classificação da Ciência e da Pesquisa. Pesquisa Bibliográfica. Planejamento da pesquisa. Utilização da Internet na Pesquisa Científica. Busca de dados em base de dados de patentes. Metodologia de Pesquisa. Manejo de Ferramentas úteis para apresentações em público.						
PERFIL PROFISSIONAL						

Profissional com Mestrado ou Doutorado
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Desenvolver conhecimentos acerca dos procedimentos metodológicos para elaboração de relatórios e projetos, buscando fundamentação nos guias da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver técnicas de sublinhagem, seleção e leitura de textos relevantes; - Proporcionar aos discentes habilidades na elaboração trabalhos acadêmicos; - Desenvolver atitudes e hábitos comportamentais para os diferentes contextos de comunicação e interação social necessários ao desempenho profissional; - Entender as estruturas e os procedimentos para a elaboração de um projeto; - Desenvolver conhecimentos acerca das estruturas e procedimentos para a elaboração de um relatório; - Selecionar e estruturar referências bibliográficas, bem como suas disposições no “corpo” de um trabalho escrito; - Analisar pontos específicos da ABNT; - Construir habilidades para desenvolver o PCCT – Projeto de Conclusão de Curso Técnico;
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. O ato de estudar.</p> <p>1.1. Estudo;</p> <p>1.2. Os três pilares da Educação: Ensino, Pesquisa e Extensão.</p> <p>2. Conhecimento</p> <p>2.1. Conceitos e definições</p> <p>2.2. Tipos de conhecimentos</p> <p>3. Metodologia do Trabalho Científico</p> <p>3.1. Conceitos e definições</p> <p>3.2. Tipos de pesquisa</p> <p>3.3. Modalidades de pesquisa</p> <p>3.4. Métodos científicos</p> <p>4. Princípios e Fases da Metodologia do Trabalho Científico.</p> <p>5. As Normas ABNT.</p>

<p>6. Trabalhos acadêmicos</p> <p>5.1 Trabalhos de síntese;</p> <p>5.2 Seminários;</p> <p>5.3 Resenha;</p> <p>5.4 Artigo científico;</p> <p>5.5 Comunicação científica;</p> <p>5.6 Pôster.</p> <p>7. Elaboração de um trabalho científico.</p> <p>7.1 As fases da elaboração de um projeto;</p> <p>7.2. As fases da elaboração de um relatório;</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia Científica. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>MOTTA-ROTH, Desirée; HENDGES, Grandela H. Produção textual na Universidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>GRESSLER, L. A. Introdução à Pesquisa–projetos e relatórios. 3ª edição. São Paulo: Loyola. 2007</p> <p>GIL,A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª edição. São Paulo: Atlas. 2010.</p>
ELABORADO POR:
Prof. Pedro Issa Figueiredo e Valdeli Maria medeiros da Silva Gomes

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p> 					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
I	45	15	-	3	60
EMENTA					
Contextualização histórica; O papel do administrador nas organizações; As					

escolas da Administração; Os novos rumos da Teoria Geral da Administração; A era da Informação; As soluções emergentes; A nova lógica das organizações.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Apresentar a contextualização histórica da gestão nas organizações de forma a compreender como se formaram os modelos e teorias aplicadas desde os tempos remotos até os dias atuais nas organizações;
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Introduzir o contexto atual da Teoria Geral da Administração; - Apresentar as técnicas gerenciais utilizadas nas civilizações; - Fomentar o interesse pela área administrativa nas organizações.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Contextualização Histórica <ol style="list-style-type: none"> 1.1. A História da Administração 1.2. A Administração nas civilizações antigas 1.3. A Administração e seus objetivos 1.4. O papel do administrador nas organizações 2. Abordagens da Administração <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Abordagem Científica 2.2. Abordagem Clássica 2.3. Abordagem Humanística 2.4. Abordagem Neoclássica 2.5. Abordagem Estruturalista 2.6. Abordagem Comportamental 2.7. Abordagem Sistêmica 2.8. Abordagem Contingencial 3. Administração Contemporânea <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Os novos rumos da Teoria Geral da Administração 3.2. A era da informação 3.3. As soluções emergentes 3.4. A nova lógica das organizações
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, Idalberto. Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas. Barueri/SP: Manole, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à Teoria Geral de Administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à Administração. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MOTTA, F.C.P. & VASCONCELLOS, I.F.G. Teoria Geral da Administração. 3 ed. São Paulo: Thomson, 2006.

DRUCKER, Peter Ferdinando. Introdução à administração. São Paulo: Pioneira. 2005.

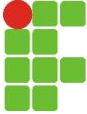
MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas de Gouveia. Teoria geral da administração. São Paulo: Pioneira. 2005

ROBBINS, Stephen Paul. Administração: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva. 2005

SILVA, Reinaldo O. da. Teorias da Administração. São Paulo: Pioneira. 2004.

ELABORADO POR:

Prof. Keliton da Silva Ferreira e Cristiano Gomes do Nascimento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	INTRODUÇÃO À ECONOMIA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Introdução ao Estudo da Economia; Evolução do Pensamento Econômico; Macro e Micro Economia; Oferta; Demanda; Elasticidade e Economia						

Brasileira.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Economia
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a familiarização com as noções básicas da teoria econômica, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas mais variadas esferas de atuação, bem como fornecer-lhes um instrumental capaz de facilitar a absorção e interpretação de aspectos políticos e sociais e dos movimentos relativos ao Mercado.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Habilitar profissionais para exercício de atividades econômicas com fulcro numa visão pluralista e crítica, fundamentada no estudo das grandes correntes do pensamento econômico.
Capacitar os discentes do curso técnico em Administração à desenvolver, analisar e acompanhar planos, projeções e programas na sua área em níveis micro e macroeconômico, e ainda participar de perícias e avaliações, arbitramento e auditoria no aspecto técnico-econômico-financeiros.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução ao estudo da economia. <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Problemas básicos de um sistema econômico; 1.2. Necessidades do ser humano – Lei da Escassez; 1.3. Definição de economia; 1.4. Relação da economia com as demais ciências; 1.5. Dez princípios da economia; 2. Evolução do pensamento econômico. <ol style="list-style-type: none"> 2.1. A economia na antiguidade; 2.2. Mercantilismo; 2.3. Liberalismo econômico; 2.4. A escola fisiocrata; 2.5. A escola clássica; 2.6. Pensamento liberal e reações; 2.7. A teoria marginalista; 2.8. O Keynesianismo; 3. Demanda. <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Principais variáveis determinantes da demanda; 3.2. Deslocamento da curva e ao longo da curva de demanda;

4. Oferta.

- 4.1. Principais variáveis determinantes da oferta;
- 4.2. Deslocamento da curva e ao longo da curva de oferta;

5. Elasticidade.

- 5.1. Elasticidade-preço; Elasticidade renda e receita total;

6. Economia Brasileira.

- 6.1. Desenvolvimento e dependência;
- 6.2. As contas nacionais e papel do setor público;
- 6.3. PIB e distribuição da riqueza;
- 6.4. O papel do mercado interno e da matriz de exportações;
- 6.5. O Brasil no mercado globalizado;
- 6.6. Crescimento e déficit ambiental.

7. Estruturas de Mercado

- 7.1 Concorrência Perfeita, Monopólio, Concorrência Monopolística, Oligopólio

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KRUGMAN, PAUL / WELLS, ROBIN. **INTRODUÇÃO À ECONOMIA**. TRADUÇÃO DA 3ª EDIÇÃO. RIO DE JANEIRO: CAMPUS, 2015.

MANKIW, N. GREGORY. **INTRODUÇÃO À ECONOMIA - TRADUÇÃO DA 6ª EDIÇÃO NORTE-AMERICANA**. SÃO PAULO: CENGAGE LEARNING, 2014.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. / GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia** - 5. ed. - São Paulo : Saraiva, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 3. Ed. São Paulo: Makron Books, 2000.


PAIVA, CARLOS ÁGUEDO NAGEL. **NOÇÕES DE ECONOMIA** / CARLOS ÁGUEDO NAGEL PAIVA, ANDRÉ MOREIRA CUNHA. — BRASÍLIA: FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2008.

SAMUELSON, Paul A. NORDHAUS, William D. **Economia**. Tradução: Elsa Fontainha, Jorge Pires Gomes; revisão técnica: Emílio Hiroshi Matsumura. – 19. Ed. – Porto Alegre: AMGH, 2012.

VON MISES, LUDWIG. **A MENTALIDADE ANTICAPITALISTA** / LUDWIG VON MISES. - SÃO PAULO : VIDE EDITORIAL, 2015.

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 20.ed. – 7. Reimpr. –

São Paulo: Atlas, 2010.
ELABORADO POR:
Prof. Clênio Ferreira de Farias e Amélia Jandrea de Souza

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	MATEMÁTICA FINANCEIRA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução a Administração Financeira; As funções básicas do Administrador Financeiro; Valor do dinheiro no tempo; Administração de Risco e Retorno; Demonstração de fluxo de caixa; Demonstrações financeiras.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Matemática ou Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Matemática e Estatística Aplicada.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Fornecer os conceitos e as técnicas para identificação dos problemas e apresentação de soluções para os mesmos sensibilizando os discentes para a necessidade de um permanente alerta aos problemas financeiros das empresas.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar os conceitos e objetivos da Administração Financeira e Orçamentária e sua importância para os negócios da organização. - Destacar como o ambiente econômico influencia e é influenciado pela situação financeira das organizações; - Utilizar demonstrações financeiras e exemplos práticos e reais como fontes de informação para a tomada de decisão. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. A DECISÃO FINANCEIRA E A EMPRESA						

- 1.1 Objetivo e funções da Administração Financeira;
- 1.2 Mercado financeiro;
- 1.3 Tipos de empresas;

2. O AMBIENTE ECONÔMICO E FINANCEIRO DAS EMPRESAS

- 2.1 As empresas no ambiente financeiro;
- 2.2 Comportamento do mercado;

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO

- 3.1 As fontes de informação da administração financeira;
- 3.2 As demonstrações financeiras;
- 3.3 Valor do Dinheiro no tempo
- 3.4 Análise das demonstrações financeiras.

4. RISCO E RETORNO

- 4.1 Os tipos de risco;
- 4.2 Cálculo do retorno de ações e carteiras.

5. DECISÃO DE INVESTIMENTO DE LONGO PRAZO

- 5.1 Fluxo de caixa livre;
- 5.2 Métodos de avaliação de projetos;
- 5.3 Políticas de orçamento de capital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, Alexandre. Curso de Administração Financeira. São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira: essencial. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

ROSS, Stephen A. Administração financeira. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRIGHAM, E., GAPENSKI, L. e EHRHARDT, M. – Administração Financeira: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas, 2001

CHIAVENATO, Idalberto. Administração financeira: uma abordagem introdutória. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

JORDAN, Bradford. D.; ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.

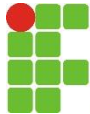
Administração financeira. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

MAGALHÃES, Antonio Raimundo Chagas. Administração financeira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

ROSS, Stephen A. Princípios de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2009.

ELABORADO POR:

Prof. Keliton da Silva Ferreira e Dulciane Alves Luczkiewicz

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	CONTABILIDADE BÁSICA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução e Conceitos básicos; Patrimônio; Atos Administrativos e Fatos Contábeis; Contas; Escrituração; Princípios Contábeis; Demonstrações Contábeis (Financeiras).						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Contabilidade						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Economia, Direito, Administração e correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer aspectos históricos que originaram a Contabilidade; Entender a importância da Contabilidade no contexto econômico; compreender os métodos de reconhecimento de ativo, passivo e patrimônio líquido; levantar dados financeiros para a tomada de decisão econômica;						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Capacitar o aluno ao entendimento básico da contabilidade, informando-lhe as técnicas, regulamentos, demonstrativos contábeis que apresentam às						

informações levantadas no processo contábil das organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO E CONCEITOS BÁSICOS

- 1.1 – Conceito.
- 1.2 - Objeto da Contabilidade.
- 1.3 - Campo de aplicação da Contabilidade.
- 1.4 - Finalidade da Contabilidade.
- 1.5 - Usuários da Contabilidade.

2. PATRIMÔNIO

- 2.1 Bens.
 - 2.1.1 Bens Móveis e Imóveis; Bens tangíveis (Corpóreos) e intangíveis (Incorpóreos).
- 2.2 Direitos.
 - 2.2.1 Contas a receber, Duplicatas a receber, promissórias a receber, juros ativos, aluguéis ativos.
- 2.3 Obrigações.
 - 2.3.1 Contas a pagar, Duplicatas a pagar, promissórias a pagar, Juros passivos, Aluguéis passivos.
- 2.2. Ativo.
 - 2.2.1 Ativo Circulante.
 - 2.2.2 Ativo não Circulante.
- 2.3. Passivo.
 - 2.3.1 Passivo Circulante.
 - 2.3.2 Passivo não Circulante.
- 2.4. Patrimônio Líquido.
 - 2.4.1 Capital social.
 - 2.4.2 Reservas de capital.
 - 2.4.3 Ajustes de avaliação patrimonial.
 - 2.4.4 Reservas de lucros.
 - 2.4.5 Ações em tesouraria.
 - 2.4.6 Prejuízos acumulados.

3. EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO.

4. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS ESTADOS PATRIMONIAIS.

- 4.1 Situação patrimonial positiva (superavitária).
- 4.2 Situação patrimonial nula.
- 4.3 Situação patrimonial Negativa (deficitária).

5. CONTAS

- 5.1 Conceito de conta.
- 5.2 Plano de contas.
- 5.3 Estrutura das contas.
- 5.4. Função das contas (Débito e crédito).
- 5.5 Contas retificadoras (Duplicatas Descontadas, Provisão para Credito de Liquidação Duvidosa, Depreciação acumulada, Amortização Acumulada, Exaustão Acumulada).

6. ESCRITURAÇÃO

- 6.1 Introdução e conceito.
- 6.2 Métodos de escrituração.
- 6.3 Livros de escrituração.
- 6.4. Razonete e Balancete de verificação.

7. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (FINANCEIRAS)

- 7.1. Balanço Patrimonial.
 - 7.1.1 Conceito, estrutura e apresentação.
 - 7.1.2. Aspectos legais.
 - 7.1.3 Segregação entre circulante e não circulante por codificação.
- 7.2. Demonstração do Resultado.
 - 7.2.1 Introdução, estrutura e apresentação.
 - 7.2.2 Apuração do Resultado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERREIRA, Ricardo José. Contabilidade Básica. Teoria e Questões Comentadas. 16ª Ed. – Rio de Janeiro: Ferreira, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Básica – Série Em Foco. 30ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PADOVEZE, Clóvis Luís. Manual de Contabilidade Básica - Contabilidade Introdutória e Intermediária. São Paulo: Atlas, 2016.

MARION, José Carlos, Contabilidade Básica - Livro Texto. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

IUDICIBUS, Sergio de. Teoria da Contabilidade. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PADOVEZE, Clovis Luis. Manual de Contabilidade Básica. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 2014

IUDÍBUS, Sérgio de / Martins, Eliseu / Kanitz, Stephen Charles. Contabilidade Introdutória - Livro Texto. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ELABORADO POR:

Prof. Clênio Ferreira de Farias e Dulciane Alves Luczkiewicz

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS



Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	GESTÃO DE PESSOAS				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	45	15	-	3	60
EMENTA					
Os desafios e o papel da Gestão de Pessoas. Os processos de Gestão de Pessoas. Liderança. Planejamento estratégico da Gestão de Pessoas.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Graduação em Administração					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Compreender a importância da gestão de pessoas nas organizações, demonstrando suas técnicas e respectiva relevância para o sucesso organizacional.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> - Contextualizar a gestão de pessoas nas organizações; - Conhecer os processos de gestão de pessoas; e - Desenvolver uma visão mais humana e estratégica da Gestão de Pessoas. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<p>UNIDADE I – Os desafios e o papel da Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O contexto da Gestão de Pessoas e seus desafios - A relação de mútua dependência entre pessoas e organizações - As pessoas como parceiras <i>versus</i> As pessoas como recursos da organização - Solução ganha-ganha <i>versus</i> Solução ganha-perde - Definição de missão, visão, objetivos, eficiência, eficácia e efetividade <p>UNIDADE II – Processos da Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções sobre o Processo de Agregar Pessoas - Noções sobre o Processo de Aplicar Pessoas <p>UNIDADE III – Processos da Gestão de Pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Noções sobre o Processo de Recompensar Pessoas - Noções sobre o Processo de Desenvolver Pessoas <p>UNIDADE IV – Processos da Gestão de Pessoas:</p>					

- Noções sobre o Processo de Manter Pessoas
- Noções sobre o Processo de Monitorar Pessoas

UNIDADE V – Planejamento Estratégico de Gestão de Pessoas:

- Fatores que intervêm no Planejamento de RH: Absenteísmo; Rotatividade de Pessoal
- A vantagem competitiva por meio dos colaboradores
- As estratégias atuais de gestão do capital intelectual

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2014.

DE ARAUJO, Luis César G. **Gestão de Pessoas: Estratégias e Integração Organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DUTRA, Joel Souza; DUTRA, Tatiana Almendra; DUTRA, Gabriela Almendra. **Gestão de Pessoas: Realidade Atual e Desafios Futuros**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKERT, Mara; NARDUCCI, Viviane. **Gestão de Pessoas nas Organizações Públicas**. 1. ed. Juruá, 2014.

CHAVES, Neuza Maria Dias. **Soluções em Equipe: Como desenvolver Equipes de Melhoria Contínua e obter resultados para as pessoas e organizações**. 5. ed. INDG, 2005.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas: Modelo, Processos, Tendências e Perspectivas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LEME, Rogério. **Aplicação Prática de Gestão de Pessoas por Competências: Mapeamento, Treinamento, Seleção, Avaliação e Mensuração de Resultados de Treinamento**. 2. ed. Qualitymark,

ROBBINS, Stephen; DeCENZO, David A.; WOLTER, Robert. **Fundamentos da Gestão de Pessoas**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ELABORADO POR:

Profa. Adiny Heimy Muller Cordeiro e Valdeli Maria Medeiros da Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO AMAZONAS



Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	GESTÃO PÚBLICA				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
II	30	10	-	2	40
EMENTA					
Fundamentos da Gestão Pública. Cenário da Gestão Pública Atual. Princípios da Administração Pública. Grandes Áreas e Funções da Administração Pública. Burocracia na Gestão Pública. Gestão Pública Inovadora.					
PERFIL PROFISSIONAL					
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Compreender os fundamentos básicos e procedimentos da Administração Pública, analisando as possibilidades de melhorias nas políticas administrativas vigentes.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> - Refletir sobre o processo de Gestão Pública. - Contextualizar os Princípios Básicos da Administração Pública. - Desenvolver técnicas que diferenciam o Setor Público do Privado. - Aplicar os métodos de uma Gestão Pública Inovadora. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<p>1. FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA</p> <p>1.1 Conceitos de Gestão Pública.</p> <p>1.2 Finalidades da Gestão da Pública.</p> <p>1.3 Distinção entre Administração, Governo e Estado.</p> <p>1.4 Poderes da União.</p> <p>2. CENÁRIO DA GESTÃO PÚBLICA ATUAL</p> <p>2.1 As divisões da Gestão Pública.</p> <p>2.2 Administração Pública Direta.</p> <p>2.3 Administração Pública Indireta.</p> <p>2.4 Agências reguladoras.</p> <p>3. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</p> <p>3.1 Princípios Constitucionais.</p> <p>3.2 Princípios Infraconstitucionais.</p>					

4. GRANDES ÁREAS E FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

4.1 Conceitos de Planejamento, Organização, Direção e Controle.

4.2 Abordagem das Finanças, Gestão de Pessoas e Patrimônio da Gestão Pública.

5. GESTÃO PÚBLICA INOVADORA

5.1 Compreensão do processo de transformação da Sociedade.

5.2 Novo Modelo de Gestão Pública.

5.3 Planejamento Estratégico.

6. BUROCRACIA NA GESTÃO PÚBLICA

6.1 Max Weber e a burocracia.

6.2 Aspecto negativo da Burocracia.

6.3 Aspectos Positivos da Burocracia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

PEREIRA, José Matias. **Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais.** 1ª. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, José Matias. **Manual de Gestão Pública Contemporânea.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à Gestão Pública.** 2ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** 29ª. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração Pública, Concessões e Terceiro Setor.** 3ª. Ed. São Paulo: Método, 2015.

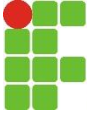
PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública: teoria e questões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PEREIRA, José Matias. **Governança no Setor Público.** São Paulo: Atlas, 2010.

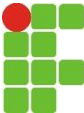
PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo.** 31ª. Ed. São Paulo: Forense, 2018.

ELABORADO POR:

Profa. Adiny Heimy Muller Cordeiro e Jheffersom Donner da Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	INGLÊS INSTRUMENTAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Permitir a aquisição por parte dos discentes a habilidade de leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área da administração, na língua Inglesa.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Língua Inglesa						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar o aluno a utilizar ferramentas para a leitura e interpretação de textos técnico-científicos referentes à área da administração, na língua Inglesa.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
(This section is currently blank in the provided image)						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						

<ul style="list-style-type: none"> - Intencionalidade dos textos; - Adequação da linguagem oral em situações de comunicação, conforme as instâncias de uso da linguagem; - Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e informal; - Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada; - Contato com diversos gêneros textuais; - Entendimento do aluno sobre o funcionamento dos elementos lingüísticos\gramaticais do texto; - Importância dos elementos coesivos e marcadores de discurso; - Trabalho com o texto visando provocar análise, reflexão, transformação; - Adequação o conhecimento adquirido a norma padrão; - Clareza na exposição de idéias; - Utilização dos recursos coesivos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>OXFORD UNIVERSITY PRESS, Bussiness Objective Teacher´s Book.</p> <p>MARINOTTO, Demostene. Reading on Info Tech – Inglês Instrumental- São Paulo: Novatec, 2003.</p> <p>MUNHOZ, Rosangela. Inglês Instrumental e Estratégias de Leitura. UTFPR, 2004.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
KATO, Hideki. Business Written Communications . Editora Ática.
ELABORADO POR:
Prof. Pedro Issa Figueiredo e Iara Batista da Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	DISCIPLINA OPTATIVA 1					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						

PROFISSIONAL HABILITADO
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
ELABORADO POR:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA, TRABALHISTA E EMPRESARIAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Noções de Direito Tributário. Código Tributário Nacional. Espécies de Tributo. Competências Tributárias. Noções de Direito do Trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Noções de Direito Empresarial. Sociedades empresariais. Falência. Direito do Consumidor.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Economia ou Contabilidade						

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Proporcionar aos discentes uma visão prática-reflexiva das relações trabalhistas, de tributação e de custo empresarial dentro do contexto brasileiro.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Visualizar a relação empregatícia como um todo, de modo a compreender e cumprir corretamente com os preceitos da legislação trabalhista; - Identificar e compreender o fenômeno tributário e suas finalidades; e - Conhecer o funcionamento e normas referentes ao empresário, às empresas e à organização da atividade econômica empresarial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>UNIDADE I – INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA Contextualização histórica do Direito do Trabalho Direito Público e Direito Privado Fontes do Direito do Trabalho Princípios do Direito do Trabalho Direito Internacional do Trabalho Contrato de trabalho e suas características Sujeitos do contrato de trabalho Tipos de empregadores Poderes do empregador Tipos de trabalhadores Tipos de contrato de trabalho Procedimentos de admissão Jornada de trabalho Hora-extra Salário/Remuneração Repouso semanal remunerado Férias Alterações nas condições de trabalho Suspensão e interrupção do contrato de trabalho FGTS PIS/PASEP Adicional por trabalho noturno Adicional insalubridade Adicional periculosidade Dispensa do empregado Prazos para impetrar com reclamações trabalhistas Conflitos e Negociação coletiva de trabalho Representação dos trabalhadores na empresa</p>

A greve no direito do trabalho

UNIDADE II – INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Contextualização histórica do Direito Tributário

Conceitos básicos

Finalidades da tributação

Princípios do Direito Tributário

Tipos de tributos

Tipos de impostos

Sujeitos

Competência e capacidade tributária

Transferência/Responsabilidade

Elisão, evasão e conluio

Fato gerador

Crédito tributário

Lançamento

Domicílio tributário

Suspensão e isenção de impostos

Imunidade tributária

Fiscalização

UNIDADE III – INTRODUÇÃO À LEGISLAÇÃO EMPRESARIAL

Contextualização histórica do Direito Empresarial

Empresa

Empresário

Estabelecimento Empresarial

Ponto Comercial

Fundo Empresarial

Nome empresarial

Agentes auxiliares

Atos de comércio

Tipos de empresa

Falência

Direito do Consumidor

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do Trabalho - De Acordo com a Reforma Trabalhista e a MP 808/2017*. 15. ed. São Paulo: Editora Método, 2018.

FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. *Resumo de Direito Tributário*. 25. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. *Resumo de Direito Comercial (Empresarial)*. 45. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FÜHRER Maximilianus Cláudio Américo; FÜHRER, Maximiliano Roberto Ernesto. Resumo de Direito do Trabalho. 26 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2016.

JR. PENANTE, Francisco. Direito Empresarial. 3. ed. São Paulo: Resumos para Concursos, 2018.


MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. Manual de Direito do Trabalho. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PAULSEN, Leandro; MINARDI, Josiani. Resumo de Direito Tributário. 1. ed. São Paulo: Livraria do Advogado, 2016.

ELABORADO POR:

Profa. Adiny Heimy Muller Cordeiro e Jheffersom Donner da Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	CONTABILIDADE DE CUSTOS E PRECIFICAÇÃO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução a contabilidade de custos, classificação e nomenclatura de custos. estrutura de custos. custos por processo e por ordem de produção. custos diretos e indiretos. produtos acabados e semi-acabados. formação do preço de venda.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Contabilidade						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer aspectos históricos que da Contabilidade de custos; Entender a						

importância da Contabilidade de custo para o ambiente de produção; compreender os conceitos e métodos de reconhecimento de custos, despesas e gastos; levantar dados sobre os custos de produção para a verificação de viabilidade econômica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Habilitar o aluno ao exercício das rotinas que envolvem os custos de produção, as técnicas e métodos necessário para consecução de resultados produtivos superavitários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 Introdução A Contabilidade De Custos.

- 1.1 introdução.
- 1.2 evolução da contabilidade de custos.
- 1.3 finalidades da contabilidade de custos.
- 1.4 Terminologia Em Custos.

2 Classificação E Nomenclatura Dos Custos.

- 2.1 custos diretos e indiretos.
- 2.2 custos fixos e variáveis.

3 Componentes Do Custo.

- 3.1. Materiais.
- 3.2. Mão-de-Obra.
- 3.3. CIFs (Custos Indiretos de Fabricação).

4 Esquema Básico De Contabilidade De Custos.

- 4.1. Custo de produção do período, acabada e das vendas.
- 4.2. Produtos acabados e semiacabados.
- 4.3. Equivalente de produção.

5 Sistemas De Acumulação.

- 5.1. Produção por processo.
- 5.2. Produção por ordem.

6 Departamentalização.

- 6.1. O que é departamento.
- 6.2. Cálculo por departamentalização.


7 Métodos De Custeio.

- 7.1. Custeio variável.
- 7.2. Custeio por absorção.
- 7.3. Custeio pelo método abc.
- 7.4. RKW.
- 7.5. *Target Costing*.

8. Formação De Preço De Venda.

- 8.1. Objetivos do preço de venda e sua importância.
- 8.2. Fatores influentes na formação do preço de venda.

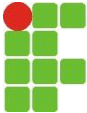
8.3. Formação do preço baseada no custo.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2018.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos - Livro-texto - 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade De Custos - Série Em Foco. 10ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
FERREIRA, Ricardo. Contabilidade de Custos - 10ª Ed. Rio de Janeiro: Ferreira, 2016.
MARTINS, Eliseu / ROCHA, Wellington. Contabilidade de Custos - Livro de Exercícios. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2015.
LORENTZ, Francisco. Contabilidade e análise de custos: uma abordagem prática e objetiva. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015.
RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos Fácil - 9ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
ELABORADO POR:
Prof. Clênio Ferreira de Farias e Dulciane Alves Luczkiewicz

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	GESTÃO DA PRODUÇÃO E LOGÍSTICA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Gestão da Produção: pressupostos, objetivos e trajetória histórica. Administração estratégica da produção. Sistemas de Produção. Processo produtivo e arranjo físico. Planejamento e controle da produção. Gargalos Produtivos e operações enxutas. Logística: pressupostos e trajetória histórica. Planejamento da logística. Cadeia de Suprimentos e valor ao cliente. Decisões sobre localização e integração. Estratégias de compras. Gestão dos estoques. Embalagem, armazenagem, movimentação e Modais de transporte.						

PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração ou Engenharia de Produção
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Compreender a importância do controle de estoques e patrimônio, transporte e armazenamento de materiais, apresentando as técnicas de gerenciamento e controle logístico como ferramentas essenciais para o controle e planejamento da produção, necessidade de materiais e gestão da produção.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar as principais técnicas de controle de estoque; - Apresentar a importância do gerenciamento de estoques para garantir os produtos aos consumidores/clientes; - Apresentar a importância do sistema logístico para a alimentação de estoques; - Auxiliar na integração entre logística e estoques como ferramentas de fundamental importância para a gestão empresarial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Pressupostos de Administração da Produção: <ol style="list-style-type: none"> 1.1. Pressupostos conceituais sobre produção; 1.2. Trajetória histórica; 1.3. Objetivos da administração da produção. 2. Administração dos Recursos Materiais: <ol style="list-style-type: none"> 2.1. Importância da administração de recursos; 2.2. Organização dos recursos materiais 2.3. Tecnologia da produção; 2.4. Layout das instalações. 3. Sistemas de Produção: <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Sistemas de planejamento da produção; 3.2. Sistemas de estoques; 3.3. Sistema de recursos; 3.4. Just-in-time 3.5. Operações de serviço 4. Planejamento e Controle da Produção: <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Planejamento da Produção; 4.2. Controle da Produção; 4.3. Obter Produtividade;

- 4.4. Produção Enxuta;
- 4.5. Qualidade da produção
5. Logística – Pressupostos e trajetória histórica:
 - 5.1. História da Logística;
 - 5.2. Conceito de logística;
 - 5.3. Ciclos de atividades da logística
6. Gestão dos estoques:
 - 6.1. Tipos de estoques;
 - 6.2. Custos de estoque;
 - 6.3. Inventário físico;
 - 6.4. Acurácia dos controles;
 - 6.5. Nível de serviço ou de atendimento;
 - 6.6. Giro de estoques;
7. Embalagem, armazenagem, movimentação e transporte:
 - 7.1. Embalagem: perspectivas, proteção contra avarias, utilidade e eficiência do manuseio de materiais, integração de canais, materiais alternativos;
 - 7.2. Armazenagem: funcionalidade e princípios da estocagem, recursos de armazenagem;
 - 7.3. Movimentação de Materiais: gerenciamento de recursos de armazenagem, manuseio de materiais.
 - 7.4. Equipamentos de armazenagem e de movimentação de cargas;
 - 7.5. Transporte: infraestrutura de transporte, gerenciamento de transporte;
 - 7.6. Modais de Transporte, características, pontos positivos e pontos negativos;
8. Cadeia de suprimentos e valor ao cliente:
 - 8.1. Conceito de cadeia de suprimentos;
 - 8.2. Serviço ao Cliente: definição de serviço ao cliente, capacidade de prestação de serviço básico, atendimento de pedido perfeito, serviços com valor agregado;
 - 8.3. Área de Compras e seu efeito na Logística Empresarial;
 - 8.4. Objetivos Gerais e globais das compras.
9. Logística Reversa
 - 9.1. Conceito;
 - 9.2. Legislação no Brasil
10. Segurança no Trabalho nas atividades de produção e logística. Mapa de Risco e EPI's

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. 1. ed. São Paulo : Atlas, 2009.					
BALLOU, Ronald. Gerenciamento da cadeia de suprimentos/logística empresarial. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.					
BOWERSOX, Donald J. e CLOSS, David J. Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
CHAMBERS, Stuart; HARLAND, Christine; HARRISON, Alan; JOHNSTON, Robert; SLACK, Nigel. Administração da Produção. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.					
CORRÊA, Carlos A; CORRÊA, Henrique L. Administração da Produção e Operações (Manufatura e Serviços: Uma Abordagem Estratégica). 1. ed. São Paulo: Atlas, 2010.					
MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da Produção. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.					
NOVAES, Antonio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004.					
SLACK, Nigel; JOHNSTON, Robert; CHAMBERS, Stuart. Administração da Produção. São Paulo: Editora Atlas, 2002.					
ELABORADO POR:					
Prof. Keliton da Silva Ferreira, Pedro Issa Figueiredo e Valdeli Maria medeiros da Silva Gomes					

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>	
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO						
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS				
Disciplina:	EMPREENDEDORISMO						
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:		
III	30	10	-	2	40		
EMENTA							
Perfil do empreendedor, habilidades e qualidades do empreendedor. Enfoque comportamental: modelos mentais, sucesso pessoal, avaliação de riscos. Missão da Organização, Visão, objetivos, metas, planos, informações,							

perseverança, qualidade e eficiência. conceitos e definições. A importância do Empreendedorismo para uma sociedade. A identificação das oportunidades de negócios. Conceitos e definições sobre crises e oportunidades. Técnicas de identificação de oportunidades. Os recursos da Tecnologia da Informação na criação de novos negócios. Ferramentas e Planilhas na elaboração do Plano de Negócios. Empreendedorismo na era do Comércio Eletrônico. Elaboração do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica. Conceitos e definições. A estrutura do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica: Plano de Marketing; O Plano Financeiro; O Plano de Produção e Plano Jurídico.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Economia, Direito, Administração e correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
<ul style="list-style-type: none"> - Compreender os conceitos relativos ao empreendedorismo; - Identificar oportunidades de negócios; - Desenvolver o potencial visionário;
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ul style="list-style-type: none"> - Conceituar empreendedorismo; - Caracterizar os tipos de empreendedor e de negócios; - Desenvolver sua criatividade; - Criar uma ideia para um negócio próprio; - Realizar análises financeiras e de mercado. - Elaborar um plano de negócios ou Estudo de Viabilidade Econômica.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Unidade 1 Empreendedorismo: conceitos e definições</p> <p>Unidade 2 O Perfil e as características dos empreendedores</p>

Unidade 3

As habilidades e competências necessárias aos empreendedores e a importância do empreendedorismo para uma sociedade.

Unidade 4

A Identificação das oportunidades de negócios; Conceitos e definições sobre crise e oportunidades; Técnicas de Identificar oportunidades.

Unidade 5

Os Recursos da Tecnologia da Informação na criação de novos negócios; Os softwares disponíveis no mercado no auxílio à criação de novas empresas; Ferramentas e Planilhas na Elaboração do Plano de Negócio ou Estudo de Viabilidade Econômica.

Unidade 6

Conceitos e definições do Plano de Negócios; A importância do Plano de Negócio; A estrutura do Plano de Negócio; O Plano de Marketing; O Plano Financeiro; O Plano e Produção e Jurídico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4ª ed. Barueri: Manole, 2012.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo corporativo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5ª ed. Rio de Janeiro: Empreende/LTC, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DOLABELA, F.A Oficina do Empreendedor. São Paulo: Cultura Editores, 2001.

BERNARDI, L. A. Manual de Empreendedorismo e Gestão – Fundamentos, Estratégias e Dinâmicas. São Paulo: Atlas. 2003.

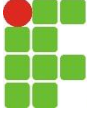
MALHEIROS, R. C. C.; FERDA, L. A.; CUNHA, C. J. C. Viagem ao mundo do Empreendedorismo. 2ª ed. Florianópolis: IEA, 2005.


DOLABELA, F.O segredo de Luisa. São Paulo: Sextante, 2008

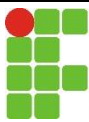
BUSINESSWEEK. Empreendedorismo: as regras do jogo. São Paulo: Nobel, 2008.

ELABORADO POR:

Cristiano Gomes do Nascimento e Messias Barbosa Ramos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	DISCIPLINA OPTATIVA 2					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
PERFIL PROFISSIONAL						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
ELABORADO POR:						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	DISCIPLINA OPTATIVA 3					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
PERFIL PROFISSIONAL						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
ELABORADO POR:						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	DISCIPLINA OPTATIVA 4					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
PERFIL PROFISSIONAL						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
ELABORADO POR:						

APÊNDICE B – PROGRAMA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	ECONOMIA REGIONAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Estudo abrangente sobre as diversas teorias e técnicas relacionadas à localização de atividades, de pessoas e formação de cidades. Uma discussão sobre o conceito de espaço e região complementa a visão em nível mais abrangente. A nível mais restrito, a disciplina contemplará uma análise das potencialidades da região do médio Solimões do Estado do Amazonas e sua inserção nos mercados interno e externo através de estudos de caso.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Economia, Administração, Agricultura Familiar e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes a entender economicamente o seu espaço social e econômico, despertando-lhes o interesse por suas aplicações nas mais variadas esferas de atuação, bem como fornecer-lhes um instrumental capaz de facilitar a alteração da realidade onde eles estão absorção e interpretação de aspectos políticos e sociais e dos movimentos relativos ao Mercado.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Apresentar as principais noções e categorias de análise da economia regional e da economia urbana; Caracterizar a formação do interior do Amazonas como região; Apresentar as características relacionadas à polarização das regiões; Contribuir para a compreensão das principais teorias de localização auxiliando, ainda, no entendimento das decisões locacionais no ambiente produtivo; Identificar os diferentes métodos que auxiliam no processo de análise regional; Apresentar as principais características do processo de desequilíbrio regional; Apresentar os principais aspectos						

relacionados à urbanização e formação dos sistemas urbanos;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- ESPAÇO, REGIÃO E ECONOMIA REGIONAL

- 1.1 Espaço econômico e região econômica
- 1.2 Economia Regional: noções introdutórias
- 1.3 Economia Urbana: noções introdutórias
- 1.4 Principais teorias e noções relacionadas à discussão regional e urbana

2- TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO

- 2.1 As teorias clássicas de localização industrial: Weber, Losch e Von Thunen
- 2.2 As novas abordagens relacionadas à localização das atividades econômicas
- 2.3 Localização Industrial e Desenvolvimento Regional

3- TÉCNICAS DE REGIONALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

- 3.1 Indicadores regionais e de localização

4 - A QUESTÃO DOS DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

- 4.1 Desequilíbrios regionais no Brasil
- 4.2 As novas orientações produtivas e o crescimento regional
- 4.3 Políticas públicas no contexto do desenvolvimento regional

5- ANÁLISE URBANA

- 5.1 A cidade e o urbano: conceitos básicos
- 5.2 A articulação urbano-rural
- 5.3 Crescimento urbano
- 5.4 A questão da hierarquia dos lugares: o lugar central
- 5.5 A importância do planejamento urbano

6 - ANÁLISE DE PROBLEMAS URBANOS E REGIONAIS

- 6.1 Problemas urbanos
- 6.2 Problemas regionais [tópico especial: poluição, violência, infraestrutura, regiões deprimidas, crescimento e desequilíbrios regionais – para o desenvolvimento de artigos acadêmicos]

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CLEMENTE. A. Economia Regional e Urbana. São Paulo: Atlas, 1994.

HADDAD, P.R. org. Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise.

BNB,ETENE, 1989 MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, 1972

SINGER, P. Economia Política da Urbanização. 14ª. Ed. revis. São Paulo: Contexto, 1998.

RICHARDSON, H.W. Economia regional: teoria da localização, estrutura

urbana e regional. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARLOS, A.F.A e LEMOS, A.I.G Dilemas urbanos. Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

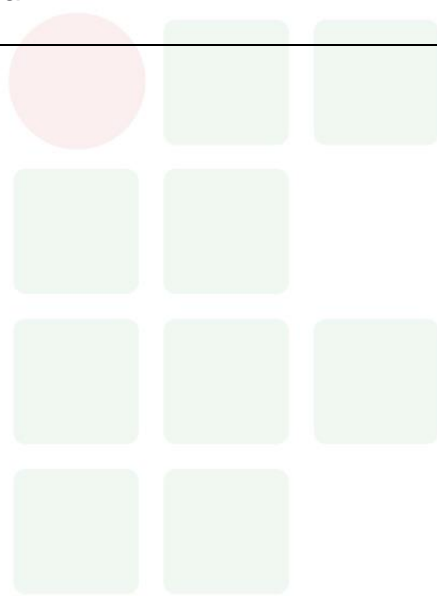
LAVINAS, L. CARLEIAL, L. e NABUCO, M.R. [orgs] Integração, região e regionalismo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.


LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

NORTH, D., Teoria da localização e crescimento econômico regional. Economia Regional s/d PERIS. A. [org]. Estratégias de Desenvolvimento Regional. Região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003.

ELABORADO POR:

Amélia Jandrea de Souza



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Função e estrutura financeira da Empresa, fontes de financiamento e recursos da Empresa, índices financeiros. Administração de capital de giro. Planejamento financeiro. Criação de valor. Metodologia do EVA e MVA.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Economia ou Contabilidade						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
A disciplina tem por objetivo propiciar aos discentes entender as demonstrações financeiras necessárias para a análise e o planejamento financeiro, assim como para a tomada de decisões de investimento e financiamento. Entender e avaliar as relações de uma empresa com as várias instituições financeiras, definir finanças e suas principais áreas e oportunidades.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Descrever a função da administração financeira e sua relação com contabilidade e a economia, identificar as principais atividades do administrador financeiro. Entender a relação entre instituições financeiras e mercados, assim como a função e a operação básica do mercado financeiro. Entender o conceito básico de custo de capital e as fontes específicas de capital incluídas no mesmo e determinar o custo de dívidas a longo prazo, assim como o custo de ações.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1 Introdução às Finanças Corporativas Evolução histórica da administração financeira Papel da administração financeira, objetivos, inter-relação com outras ciências As decisões financeiras						

Posicionamento das empresas no ambiente financeiro nacional.

2 As decisões financeiras e a contabilidade

Evoluções recentes no âmbito da contabilidade

Demonstrações financeiras

Estrutura das principais demonstrações financeiras

Análise de demonstrações financeiras

Análise horizontal e vertical

Índices econômico-financeiros

3 Finanças a curto prazo

Administração do capital de giro

Conceitos

Cálculo e análise do capital circulante líquido

Ciclos operacional e financeiro

Administração de caixa

Fluxo de caixa

Ciclo de caixa

Caixa mínimo operacional

Custo de oportunidade

Estratégias de administração de caixa

Administração de duplicatas a receber

Conceito, política geral de crédito

Administração de estoques

4 Análise de lucratividade e risco

Risco operacional e financeiro

Análise do ponto de equilíbrio

Alavancagem operacional

Alavancagem financeira

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Haroldo Guimarães. Gestão financeira das empresas. 4. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

BRIGHAM, Eugene F.; GAPENSKI, Louis C.; EHRHARDT, Michael C. Administração financeira: teoria e prática. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. Princípios de administração financeira. 10. ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. Administração do capital de giro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.


HELFERT, E. A. Técnicas de análise financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

ROSS, S. A. WESTERFIELD, R. W.; JAFFE, J. F. Administração financeira. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WESTON, J. F.; BRIGHAM, E. F. Fundamentos da administração financeira. 10. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

ELABORADO POR:

Prof^a Amélia Jandrea de Souza e Dulciane Alves Luczkiewicz

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	COMERCIO EXTERIOR					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Política do Comércio Exterior Brasileiro. Composição do Comércio Exterior. INCOTERMS, TEC, NCM, SECEX, Procedimentos Administrativos na Importação e Exportação. Tributação no Comércio Exterior. Transporte Internacional. OMC, Acordos, Salva-guardas. Organização da Alfandega no Brasil. Organização Mundial Aduaneira. Território Aduaneiro. Zona Primária e Zona Secundária. Alfandegamento de recintos. Trânsito Aduaneiro. Habilitação às exportações e as importações. Infrações, Multas e Penalidades aplicadas na Importação e Exportação. Habilitação e Acesso ao SISCOMEX.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
O aluno deverá possuir ao final da disciplina uma visão abrangente do comércio exterior. Identificar elementos fundamentais do comércio exterior, seus propósitos e organização.						

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Habilitar profissionais para exercício de atividades econômicas com fulcro numa visão pluralista e crítica, fundamentada no estudo das grandes correntes do pensamento econômico num mundo globalizado.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Discussão introdutória sobre o conceito de comércio internacional e sobre as vantagens que a atividade de exportação e de importação pode proporcionar às empresas.</p> <p>Abordagem teórica das teorias clássicas do comércio exterior, visando destacar as políticas comerciais que um país pode adotar para a sua prática internacional (liberalismo, protecionismo, neoliberalismo).</p> <p>Apresentar e discutir a Política de Comércio Exterior Brasileira.</p> <p>Evolução da estrutura do comércio internacional, destacando a atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Mundial Aduaneira.</p> <p>Composição e estrutura do Comércio Exterior Brasileiro, destacando os principais órgãos intervenientes.</p> <p>Termos internacionais de comércio (International Commercial Terms – INCOTERMS) – importância e aplicação na atividade de comércio exterior.</p> <p>Transporte Internacional – Modal aquaviário, terrestre e aéreo.</p> <p>Aspectos conceituais relacionados à atividade de comércio exterior: classificação fiscal (Tarifa Externa Comum – TEC; Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM), território aduaneiro (zona primária, zona secundária, terminais alfandegados).</p> <p>Modalidades de Pagamento utilizadas no comércio internacional.</p> <p>Registros e habilitações para operar na atividade de comércio exterior.</p> <p>Procedimentos Administrativos na Importação e Exportação.</p> <p>Procedimentos Administrativos na Importação e Exportação.</p> <p>Tributação no Comércio Exterior.</p> <p>Infrações, Multas e Penalidades aplicadas na Importação e Exportação.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CIGNACCO, B R. Fundamentos de Comércio Internacional. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIAS, R; RODRIGUES, W. Comércio Exterior: Teoria e Gestão. São Paulo: Atlas, 2008.

KEEDI, Samir. ABC do Comércio Exterior. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

KEEDI, Samir. Documentos no Comércio Exterior. São Paulo: Aduaneiras, 2009.

SEGRE, German et alli. Manual Prático de Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 2006.

SOARES, Cláudio César. Introdução ao Comércio Exterior. São Paulo: Saraiva, 2003.

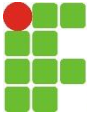
VAZQUEZ, José Lopes. Comércio Exterior Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2007.

Eletrônicos: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior [http://www.mdic.gov.br/]

Secretaria da Receita Federal do Brasil [http://www.receita.fazenda.gov.br/]


ELABORADO POR:

Profª Amélia Jandrea de Souza

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
II	45	15	-	3	60	
EMENTA						
Visão geral sobre tópicos presentes no cotidiano organizacional, tais como: Capital Intelectual, criação de vantagens competitivas e lutas pelo poder. Temas importantes dentro do contexto interno das empresas. Teorias da Aprendizagem. Educação e Pedagogia nas organizações. Aprendizagem Organizacional. Como os gerentes aprendem. Prática reflexiva. A organização e o conhecimento. Conceitos gerais da Gestão do Conhecimento e seus principais objetivos. Construção social do conhecimento. Fatores que influenciam a criação e a transferência de						

conhecimento nas organizações. Cultura organizacional e Gestão do Conhecimento; Ferramentas para uma eficaz Gestão do Conhecimento.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Apresentar uma visão ampla sobre a aprendizagem nas organizações, ressaltando a importância da gestão do conhecimento para aproveitamento eficaz do capital intelectual, visando à sustentabilidade organizacional.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conhecer as principais teorias a respeito da aprendizagem nas organizações; 2. Discutir aspectos da aprendizagem dos gerentes em ambientes organizacionais; 3. Compreender a importância do Capital Intelectual como diferencial competitivo; 4. Conhecer as principais teorias da Gestão do Conhecimento nas organizações; 5. Analisar a construção e disseminação do conhecimento em quatro planos de análise: indivíduo, grupo, organização e interorganizações; 6. Identificar os principais fatores que influenciam na criação e disseminação do conhecimento nas organizações; 7. Conhecer aspectos subjetivos que podem impactar na criação de uma organização aprendente; 8. Averiguar métodos e ferramentas da Gestão do Conhecimento e sua aplicação em diferentes contextos.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>UNIDADE I O que é aprendizagem: definições e principais teorias Aprendizagem no contexto da organização: abordagens teóricas Processos formais e informais da aprendizagem nas organizações Aprendizagem gerencial Educação corporativa Novas maneiras de aprender Aprender a aprender Conhecimento fragmentado e superespecialização As cinco disciplinas e o processo de aprendizagem</p> <p>UNIDADE II Gestão do Conhecimento: conceitos, desafios e principais objetivos. Competitividade baseada no conhecimento Espiral do conhecimento As sete dimensões da Gestão do Conhecimento Gestão do Conhecimento: Elementos construtivos do sucesso</p>

<p>UNIDADE III A criatividade nas organizações do conhecimento A intuição e a geração do conhecimento A tecnologia como fator chave na gestão do conhecimento Gestão do Conhecimento no Brasil.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</p>
<p>ANGELONI, Maria Terezinha. Organizações do Conhecimento: infraestrutura, Pessoas e Tecnologia. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>PROBST, Gilbert; Raub, Steffen; Romhardt, Kai. Gestão do Conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2006.</p> <p>TERRA, José Cláudio Cyrineu. Gestão do Conhecimento: o grande desafio empresarial uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade. 2. ed. São Paulo: Negócio, 2000.</p>
<p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</p>
<p>ANGELONI, Maria Terezinha (Org).Gestão do Conhecimento no Brasil: caso, experiências e práticas de empresas públicas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.</p> <p>SILVA, Anielson Barbosa da. Como os gerentes Aprendem?.São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>FLEURY, Maria Tereza Leme; Oliveira Júnior, Moacir de Miranda (Org.). Gestão estratégica do Conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende. 10. ed. São Paulo: Best Seller, 2002.</p> <p>SERRA, Afonso Celso da Cunha. Gestão do Conhecimento on knowledge management. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.</p>
<p>ELABORADO POR:</p>
<p>Profª Dulciane Alves Luczkiewicz e Messias Barbosa Ramos</p>

<p>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS</p> 					
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:
III	30	10	-	2	40

EMENTA
A disciplina introduz o conceito de Associativismo, Cooperativismo e Cooperativa. São abordados a história, a origem, a identidade, a doutrina cooperativista, simbologia internacional, direitos e deveres do cooperado, a organização do sistema, as particularidades da empresa cooperativa e a sua tributação, o funcionamento e o desenvolvimento da cooperativa, a legislação de cooperativas, o tratamento dado pela CLT, o regulamento do imposto de renda, os ramos do cooperativismo e como constituir uma empresa cooperativa.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Fornecer concepções sobre desenvolvimento social e como as Associações e Cooperativas podem contribuir nesse processo.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Explicar os conceitos de associativismo e cooperativismo; Esclarecer a diferença entre associações e cooperativas; Compreender os estatutos e constituições; Ensinar os passos para a criação da cooperativa e associações; Compreender os princípios das associações e cooperativas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1. Contextualização histórica do cooperativismo</p> <p>1.1. Surgimento da economia de livre mercado;</p> <p>1.2. O instinto de cooperação se afirma entre os povos;</p> <p>1.3. A revolução industrial.</p> <p>2. As origens da cooperação</p> <p>2.1. Socialistas utópicos: os precursores do cooperativismo;</p> <p>2.2. Os humildes e probos tecelões de Rochdale.</p> <p>3. Conceitos e doutrina cooperativista</p> <p>3.1 Cooperativismo e cooperativa;</p> <p>3.2. Os valores do cooperativismo;</p> <p>3.3. As doze virtudes da cooperação;</p> <p>3.4. Princípios do cooperativismo;</p>

3.5. Símbolos do cooperativismo.

4. A organização do sistema cooperativista

4.1. A organização do quadro social Cooperativas de 1º, 2º e 3º graus;

4.2. Os ramos do cooperativismo brasileiro;

4.3. As organizações de cooperativas.

5. A empresa cooperativa

5.1. Particularidades

5.2. Dualidade de objetivos: econômico e o social;

5.3. Cooperante: dono e usuário;

5.4. A empresa cooperativa não tem fins lucrativos;

5.5. Supressão dos intermediários;

5.6. A cooperativa deve ser autogestionada; 5.7. Cooperativas e outras empresas: principais diferenças.

6. Cooperativas

6.1. Funcionamento;

6.2. Estrutura organizacional;

6.3. O fator mais importante: o associado participante;

6.4. Direitos e deveres do cooperante;

6.5. O estatuto social;

6.6. O regimento interno.

7. O desenvolvimento do cooperativismo

7.1. O cooperativismo no mundo;

7.2. O cooperativismo no Brasil;

7.3. Sucesso e fracasso de cooperativas: o quê faz a diferença? Unidade VIII: Lei 5764/71 – lei do cooperativismo brasileiro.

8. Constituição de cooperativas

8.1. Como constituir uma cooperativa

8.2. Constituindo uma cooperativa passo a passo

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRANTES, José, **Associativismo e cooperativismo**. Rio de Janeiro, Interciência, 2004.


OLIVEIRA, Djalma P.R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

SLOMSKI, Valmoret al. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ELABORADO POR:

Profª. Dulciane Alves Luczkiewicz e Jheffersom Donner da Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	GESTÃO DA QUALIDADE					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Aspectos básicos da Qualidade: ciclo PDCA, métodos de prevenção e solução de problemas: MASP, FMEA, FTA e 6 Sigma; Técnicas gerenciais: brainstorming, gráfico de pareto, lista de verificação, estratificação, histograma, gráfico de dispersão, cartas de controle, plano de ação, gráfico de Gantt, SETFI, GUT, matriz de contingências; Normalização: normalização internacional, nacional e de empresas; normas básicas; elaboração de normas técnicas e especificações; aspectos básicos da qualidade industrial; análise da qualidade; normas básicas para planos de amostragem e seus guias de utilização; os critérios de excelência e os prêmios regionais e nacionais.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração, Engenharia, Arquitetura, Engenharia da Produção ou Economia						

ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
O enfoque da disciplina está na qualidade total, na melhoria contínua e nos sistemas de gestão da qualidade, como instrumentos estratégicos da administração de negócios. A sua abordagem é a de mostrar como os instrumentos de aperfeiçoamento contínuo tanto de bens e serviços, como também da gestão do negócio, podem ser meios eficientes para melhorar a competitividade da empresa no mercado local e internacional.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Capacitar o aluno a adotar ações para a melhoria da qualidade dos resultados da organização.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Histórico da qualidade total; 2. Conceitos básicos da qualidade; 3. Ferramentas da qualidade; 4. Processo de melhoria contínua e de inovação – ciclo PDCA; 5. MASP – Metodologia de Análise e Solução de Problemas; 6. 5 Ss os cinco sentidos da qualidade; 7. 5. Ss. Auditorias; 8. Sistemas de Gestão da qualidade: series de normas – ISSO 9000 9. Sistemas de Gestão Ambiental ISSO 14000; 10. Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional – SS&O BS 8800 e OHSAS- 18001; 11. Custos da Qualidade: avaliação, prevenção, falhas internas e falhas externas; 12. Desdobramento da Qualidade e a satisfação do Consumidor; 13. Indicadores da Qualidade; 14. Controle Estatístico da Qualidade (CEP); 15. Metodologia Seis Sigma (6 s); 16. Prêmios da Qualidade; 17. Deming; 18. Malcolm Baldrige; 19. PNQ – Premio Nacional da Qualidade;
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
AGUIAR, Silvio. Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA e ao

programa seis sigma. Nova Lima: INDG, 2006.

BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Administração da qualidade e da produtividade: abordagem do processo administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.

CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. GEROLAMO, Mateus Cecílio. Gestão da qualidade ISO 9001:2009: princípios e requisitos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Marcio Bambirra, Mudanças organizacionais: técnicas e métodos para a inovação. 2. ed. Belo Horizonte: Lastro, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BALLESTERO-ALVAREZ, M. E. Administração da qualidade e da produtividade: abordagem do processo administrativo. São Paulo: Atlas, 2001.


ECKES, G. A revolução dos seis sigmas: o método que levou a GE e outras empresas a transformar processos em lucros. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

HARRINGTON, H. J.; KNIGHT, A. A implantação da ISO 14000: como atualizar o sistema de gestão ambiental com eficácia. São Paulo: Atlas, 2001.

LOVELOCK, Christopher; WRIGHT, Lauren. Serviços, marketing e gestão. São Paulo: Saraiva 2005.

SILVA, João Martins. O ambiente da qualidade na prática: 5S. Belo Horizonte: FCO 1996.

Prof. Cristiano Gomes do Nascimento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	ARQUIVOLOGIA					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Vivenciar e refletir sobre as especificidades das diversas naturezas dos acervos						

arquivísticos públicos ou privados. Conhecer os desafios enfrentados pelo profissional no que se refere às atividades práticas da Arquivologia em acervos especializados.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Arquivologia
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Identificar as principais atividades práticas ligadas ao cotidiano das atividades práticas da Arquivologia
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Conhecer os elementos ligados a operacionalização para o profissional da área de Arquivologia; Refletir sobre os desafios inerentes a prática arquivística;
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
Definição do conceito de documentos; As visões sobre o arquivo; O fazer do arquivista e o Arquivos; Catalogação e descrição dos documentos
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa : Dom Quixote, 1998. SCHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos: Princípios e técnicas. 2ª ed. Rio de Janeiro. FGV, 2002 INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de Documentos: Uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. Arquivística.net – www.arquivistica.net, Rio de janeiro, v.3, n.2, p. 28-60, jul./dez, 2007. http://www.brapci.inf
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos e-ARQ Brasil. Rio de

Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. (versão 1.1).

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/earq/conarq_earq_brasil_model_requisitos_2009.pdf

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental em arquivos. 2ª Ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.


DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v.7, n.13, jan./jun. 1994. p.49-64. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>

RODRIGUES, Ana Márcia L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Belo Horizonte. Perspect. ciênc. inf, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09> SILVA, A. M. da, et al. Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Afrontamento, 2002.

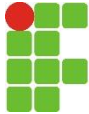
ELABORADO POR:

Prof. Cristiano Gomes do Nascimento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	COMÉRCIO ELETRÔNICO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Estudar as formas de organização e análise dos processos de negócio das empresas voltadas ao ECommerce e E-Business, observando os impactos da atual crise econômica sobre esta modalidade de comercialização, Analisar as implicações de ordem comportamental e as novas maneiras e oportunidades de relacionamento com as empresas parceiras ou com o consumidor final face as restrições presentes na atualidade.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						

Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
<p>Aprofundar a revisão de literatura e a discussão e reflexão sobre conceitos e aplicações de negócios eletrônicos (e-Business) em diferentes tipos de organizações;</p> <p>Compreender a perspectiva de negócio do e-business, através de diferentes categorias de análise para compreensão dos processos de negócio;</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<p>Identificar formas de canalizar o potencial do e-business para vencer a crise econômica, aumentar a competitividade, discutindo questões que envolvem novas tecnologias, como mobilidade digital, redução de custos, aumento de market share e personalização do atendimento.</p> <p>Identificar modelos e instrumentos utilizados em aplicações, despertando para a importância de explorar o conhecimento implícito em transações web.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Conceitos gerais e-Business x e-Commerce</p> <p>Panorama do e-commerce e e-business no atual quadro de crise</p> <p>Modelos de negócios baseados na Web</p> <p>Mod. de negócios: Intermediários eletrônicos</p> <p>Mod. de negócios: Leilões e jogos eletrônicos</p> <p>Internet e Mobile Banking</p> <p>Business to Business</p> <p>Características, Definições B2B/EDI: conceitos e Tipos</p> <p>E-Learning e Educação a Distância</p> <p>CRM e Marketing Digital</p> <p>Tributação e práticas no e-Commerce</p> <p>Estratégia digital em meio a crise</p>

Tendências no e-business e m-commerce
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MIKITANI, Hiroshi. As Novas Regras do E-commerce Marketplace 3.0. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2014.
TURBAN, E.; King, D. Comércio Eletrônico: Estratégia e Gestão. São Paulo: Prentice Hall, 2010.
ALBERTIN, Alberto Luiz - Comércio Eletrônico : Modelo, Aspectos e Contribuições de Sua Aplicação, 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
DAVE, Chaffey. Gestão de e-business e e-commerce. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2016
LAUDON, Kenneth C. e LAUDON, Jane P. Sistemas de Informação Gerenciais 9ª ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011.
AMOR, Daniel, E-Business (r)evolution. 2nd Edition, USA: Prentice Hall PTR, 2008.
ELABORADO POR:
Prof. Messias Barbosa Ramos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Protótipos de sistemas de informações. Sistema de Apoio a Decisão (SAD) e Sistemas de Controle Operacional e Gerencial (SCO/SCG). Desenvolvimento de SCO/SCG nas áreas de Finanças, Marketing e Recursos Humanos.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Informática ou Análise de Sistemas						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						

PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
<p>Ao final do curso os alunos serão capazes de compreender os elementos essenciais dos diferentes tipos de Sistemas de Informação, seus benefícios potenciais e fatores limitantes de acordo com as diversas realidades organizacionais para as quais tais sistemas devem servir. Identificar os elementos essenciais que devem estar contidos em uma estratégia adequada para que as fases de concepção, desenvolvimento, implementação e manutenção de um Sistema de Informação sejam as mais eficientes e eficazes possíveis para as organizações nas quais o mesmo está inserido.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
<p>Compreender os sistemas de informação formados por elementos técnicos mas também formados por elementos não técnicos mas através dos quais atuam na escolha, desenvolvimento e uso da tecnologia tais como: fatores sócio-econômicos, cognitivos, psicológicos, políticos, éticos e morais</p>
<p>I. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Contextualização.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Da Era da Informação para a Era do Conhecimento. 2 Complexidade da Gestão no mundo Globalizado. 3 Informação para a Inovação e para o Conhecimento Estratégico. 4 Conceito de sistemas: visão da Administração e da Informática. 5 O Conhecimento como substrato Estratégico. 6 Sistemas de Informação Gerenciais como substrato para o Conhecimento. <p>II. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Conceitos Básicos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Paradigma Simbólico e Não-Simbólico. 2 Definição e conceitos básicos dos Sistemas de Informações Gerencias. 3 Vantagens e fatores limitantes dos SIG. 4 Os Sistemas de Informação: visão sócio-técnica. 5 Tipos de Sistemas de Informações Gerenciais. 6 A tomada de decisão nas organizações e os SIGs. 7 Sistemas “Inteligentes”: promessas e limitações. <p>III. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Aspectos Tecnológicos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Arquitetura Aberta 2 Noções de Lógica e Algoritmos 3 Os componentes Elementares de Hardware 4 Os componentes Elementares de Software 5 Os componentes Elementares de Redes de Computadores 6 Os componentes Elementares de Telecomunicação. 7 Aspectos de Segurança: hardware e software. <p>IV. AMBIENTES VIRTUAIS.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Histórico da Internet.

- 2 Arquitetura Cliente-Servidor.
- 3 Componentes Básicos.
- 4 Modelos de Negócios Digitais: diferentes tipos, suas vantagens e desvantagens.
- 5 Aspectos de Segurança: assinatura digital, autenticação, criptografia e esteneografia.

V. NOVOS SISTEMAS

1. A Tecnologia Na Sociedade Do Conhecimento
2. Evolução Da Tecnologia
3. Sistema De Informação Gerencial
4. Gestão Do Relacionamento Dos Clientes - CRM
5. Sistema Integrado De Gestão - ERP
6. Descoberta Do Conhecimento – KDD

VI. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO: Impactos Sócio culturais

- 1 Aspectos Jurídicos e seus Impactos Estratégicos.
- 2 Crimes com computador.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALBERTIN, Alberto Luiz, ALBERTIN, Rosa Maria de Moura. Desafios da tecnologia de informação aplicada aos negócios. São Paulo: Atlas, 2005.

ALBERTIN. Alberto Luiz, Comércio eletrônico: modelo, aspectos e contribuições de sua aplicação. São Paulo: Atlas, 5ª ed. 2004

CORTES, Pedro Luiz. Administração de Sistemas de Informação, São Paulo/: Saraiva, 2008.

DAY, George S., SCHOEMAKER, Paul J. H., GUNTHER, Robert E. Gestão de tecnologias emergentes: a visão da Wharton School. Porto Alegre: Bookman, 2003.

FRANCO JR., Carlos F. E-Business na Infoera: o impacto da Infoera na Administração de Empresas. Editora Atlas, 2006, 4ª Edição.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTIUS, Rodriguez, Gestão Empresarial – Organizações Que Aprendem, Qualitymark, Rio De Janeiro, 2002.

MATTOS, Antonio Carlos M. Sistemas de Informação: uma visão executiva. São Paulo: Saraiva, 2005.

O'BRIEN, James A. Management information systems: managing information technology in the e-business enterprise. New York: Mc Graw Hill, 5ed., 2002.

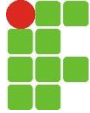
SOUZA, Cesar Alexandre de. Sistemas ERP no Brasil (Enterprise Resource Planning): teoria e casos. São Paulo: Atlas, 2008.

STAIR, Ralph M. Princípios de sistemas de informação, uma abordagem gerencial. 4. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

TURBAN, Efraim; RAINER, Kelly, POTTER, Richard, Introdução a Sistemas de Informações, Editora Campus, Rio de Janeiro, 2007.


ELABORADO POR:

Prof. Cristiano Gomes do Nascimento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS	
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO						
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:			GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	MARKETING DE SERVIÇOS						
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:		
III	30	10	-	2	40		
EMENTA							
Fundamentos do marketing integrado. Marketing voltado para valor. Ética em marketing. Marketing social. Marketing voltado para as causas sociais. Mix de marketing social. Marketing de relacionamento. Bases para a elaboração de um plano de marketing.							
PERFIL PROFISSIONAL							
Profissional com Graduação em Administração ou Economia							
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO							
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.							
PROGRAMA							
OBJETIVO GERAL:							
Capacitar o aluno à compreensão dos conceitos de marketing e aplicação de suas ferramentas no contexto do serviço público, com fins de alcançar a satisfação do cidadão.							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:							
1) Compreender o significado do marketing atual; 2) Conhecer e aplicar as ferramentas mercadológicas no contexto do serviço público; 3) Compreender o marketing nos serviços públicos em suas vertentes específicas: tradicional, social, político e territorial (urbano ou de							

<p>idades);</p> <p>4) Desenvolver um plano de comunicação de marketing.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Marketing no Setor Público</p> <p>Plano de Marketing</p> <p>Elaboração do plano; elementos fundamentais.</p> <p>Composto de Marketing de Serviços Públicos</p> <p>4P's aplicados no setor público</p> <p>Marketing Político</p> <p>Construção de imagem; marketing eleitoral.</p> <p>Marketing Social</p> <p>Marketing Social X Marketing para causas sociais. Fases do marketing social; aplicação do marketing; mix em ações sociais.</p> <p>Marketing Territorial</p> <p>Marketing em cidades (ou urbano) voltado para atração de turistas, investidores, moradores, etc.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.</p> <p>_____ ; HAIDER, Donald H; RAIN, Irving J. Marketing público. São Paulo: Makron Books, 1995.</p> <p>_____ ; ROBERTO, Eduardo L. Marketing social: estratégias para alterar o comportamento público. Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>FIGUEIREDO, Rubens. Manual prático de marketing político. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer no Brasil, 2004.</p> <p>FONTES, Miguel. Marketing social revisitado: novos paradigmas do mercado social. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.</p> <p>MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.</p> <p>KEY, W.B. A era da manipulação: como a mídia seduz e manipula sua mente – na publicidade, na imprensa, nos negócios e na política – e como você pode se proteger. São Paulo: Scritta, 1996</p> <p>KOTLER, P; LEE, Nancy. Marketing no Setor Público. Bookman Companhia. 1ª edição, 2007</p> <p>_____. Marketing para empresas que não visam lucro. São Paulo: Atlas,</p>

1978 _____; ARMSTRONG, Gary. Princípios de marketing. 12.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.
ELABORADO POR:
Prof ^a Valdeli Maria medeiros da Silva Gomes

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES NÃO-LUCRATIVAS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Estudo e avaliação sistemática de transações, procedimentos, rotinas e demonstrações contábeis de entidades do Terceiro Setor, interpretação do Balanço Social e Valor Adicionado, com o objetivo de fornecer aos usuários uma opinião imparcial e fundamentada em normas e princípios sobre sua adequação.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Contabilidade						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Apresentar as normas e práticas contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos e, preliminarmente, identificar o perfil dessas organizações no contexto brasileiro, evidenciando o papel social que desempenham, bem como a legislação aplicada.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Conceituar Entidades de Interesse Social e Terceiro Setor e o seu processo histórico no Brasil. Promover a compreensão e a importância dessas entidades de interesse social no contexto político, econômico e social do Brasil. Elaborar Balanço Patrimonial e as Demonstrações, conforme legislação e normas contábeis vigentes.						

Evidenciar os aspectos econômicos, sociais, ambientais e de responsabilidade pública, que dizem respeito às atividades desempenhadas pelas entidades econômicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE I

- Contextualização Histórica
- O que é o Terceiro Setor
- Entidades de Interesse Social e Terceiro Setor
- Funcionamento das Entidades de Interesse Social
- Normas de Contabilidade Aplicáveis ao Terceiro Setor
- Características Básicas da Contabilidade do Terceiro Setor

UNIDADE II

- Escrituração e Demonstrações Contábeis;
 1. Elenco de Contas.
 2. Função das Contas.
 3. Demonstrações Contábeis.
- Gestão Contábil;
 1. Contabilização de doações.
 2. Contabilização de gratuidade e benefícios tributários.
 3. Contabilização de custos.
 4. Contabilização da obtenção de fundos.
 5. Contabilização da constituição de fundos para propósito futuros.
 6. Contabilização de depreciação.
 7. Contabilização de contratos, convênios e termos de parceria.
 8. Contabilização de contrapartida.
 9. Papel das notas explicativas.
 10. Demonstração do fluxo disponível.

UNIDADE III

- Prestação de Contas;
 1. Elementos que compõem as prestações de contas.
 2. Órgãos que exigem prestações de contas.
- Controle Interno;
- Gestão Operacional e Financeira;
- Regulamentação das Entidades de Interesse Social.

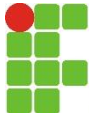
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Guy Almeida. Contabilidade de Entidades Sem Fins Lucrativos. In: Curso sobre Temas Contábeis. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. São Paulo: Atlas, 1991, v. 4.

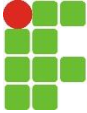
BEUREN, Ilse M. As informações contábeis em entidades sem fins lucrativos não governamentais. In: V Congresso de Gestão Estratégica de Custos, Fortaleza, 1998. Fortaleza: SEBRAE/CE, 1998, vol 2, p.663.

HUDSON, Mike. Administrando organizações do terceiro setor. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

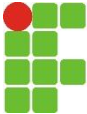
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
MARCOVITCH, Jacques. Da Exclusão à Coesão Social: Profissionalização do Terceiro Setor. In: 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Entidades de Fins não Lucrativos. Boletim IOB – Temática Contábil e Balanços. Bol. 12/97. São Paulo, 1997.
COSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social. Brasília: CFC, 2003.
SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.
SLOMSKI, V. Mensuração do Resultado Econômico em Entidades Públicas: uma proposta. 1996. Dissertação (Mestrado) – FEA/USP, São Paulo.
OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor). São Paulo: Atlas, 2006.
ELABORADO POR:
Prof. Jheffersom Donner da Silva

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	PESQUISA DE MERCADO					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Tipos de pesquisa, metodologia, análise, coleta e tratamento dos dados.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						

OBJETIVO GERAL:
Aplicabilidade prática da pesquisa de mercado.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>Definição dos procedimentos</p> <p>Preparação das etapas de pesquisa</p> <p>Pesquisa qualitativa</p> <p>Pesquisa quantitativa</p> <p>Aplicação de uma Pesquisa de Mercado</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: foco na decisão. São Paulo: Pearson, 2011.</p> <p>MENCK, André Carlos Martins. Marketing. André Carlos Martins Menck; Stella Naomi Moriguchi. Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, 2008.</p> <p>ROCHA, Rudimar Antunes da. Administração de Marketing / Rudimar Antunes da Rocha e Allan Augusto Platt. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2010.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BAKER, Michael. Administração de marketing. São Paulo: Campus, 2005.</p> <p>COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. São Paulo: Campus, 2008.</p> <p>DIAS, Sérgio Roberto (org.). Gestão de marketing. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>KOTLER, Philip. Princípios de Marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2004.</p> <p>LIMA, Miguel. Marketing. – Rio de Janeiro – Editora: FGV, 2012.</p> <p>MADRUGA, Roberto Pessoa. Administração de Marketing no mundo contemporâneo. 4.ed. – Rio de Janeiro – Editora: FGV, 2011.</p>
ELABORADO POR:
Prof. Messias Barbosa Ramos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		GESTÃO E NEGÓCIOS		
Disciplina:	ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Introdução ao Estudo da Economia; Evolução do Pensamento Econômico; Macro e Micro Economia; Oferta; Demanda; Elasticidade e Economia Brasileira.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer os fundamentos organizacionais, métodos e técnicas de organização e de sistemas, seus sistemas e métodos, visando entender a estrutura e o processo organizacionais básicos.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Demonstrar as diversas formas de estruturação e organizações empresariais; Construir, compreender e saber analisar organogramas e fluxogramas organizacionais.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1. Introdução ao estudo de Organização, Sistemas e Métodos; 2. Fundamentos de organização; 3. Gráficos de organização e controle; 4. Departamentalização e estruturas organizacionais; 5. Organogramas; 6. Análise funcional / estrutural; 7. Centralização e Descentralização; 8. Fluxogramas; 9. Análise e distribuição do espaço /"ambiência"; 10. Técnicas de levantamento; 11. Análise e distribuição do trabalho;						

<p>12. Modelos de formulários e manuais; 13. Sistemas de Informação: conceitos, elementos e definições; 14. Como as empresas usam os Sistemas de informação; 15. Sistemas empresariais básicos; 16. Sistemas de suporte gerencial.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ARAUJO, L.César. Organização, Sistemas & Métodos. São Paulo: Atlas, 2001. HAMMER, Michael e CHAMPY, James. Reengenharia. Rio de Janeiro: Campus,. 1994.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma P. R. Sistemas, Organização & Métodos. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>RODRIGUES, Sergio Bernardo. Consultoria empresarial: Uma abordagem educacional e profissional. Rio de Janeiro: o autor, 2005.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ARAUJO, L. C. de. Tecnologias de gestão organizacional. São Paulo: Atlas, 2001. Books do Brasil, 1992</p> <p>D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos. Organização, sistemas e métodos. São Paulo: atlas, 2001.</p> <p>FILHO, J.C. O & M integrado à informática. Rio de Janeiro: LTC, 1999. MONTANA, P.J.; CHARNOV, B.H. Administração. São Paulo: Saraviva, 2001.</p>
ELABORADO POR:
Profª. Dulciane Alves Luczkiewicz

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <p>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</p>
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Origem e desenvolvimento da Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais; Estruturas organizacionais de Administração de Materiais; Classificação, Especificação e Codificação de Materiais; Processo de compras; Dimensionamento e Controle de Estoque; Sistemas de Controle de						

Estoque; Custos de Estoques; Lote Econômico de Compra.
PERFIL PROFISSIONAL
Profissional com Graduação em Administração, Economia ou Contabilidade
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.
PROGRAMA
OBJETIVO GERAL:
Capacitar o aluno a compreender a importância dos conceitos e práticas da Administração de Matérias bem como sua importância dentro do contexto sistêmico da Administração, aliando as atividades de Administração de Materiais, principalmente às áreas de produção e vendas, enfatizando a possibilidade de uso destes conceitos como uma ferramenta para o administrador.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:
Propiciar ao educando competências e habilidades que o tornem apto a gerenciar pequena, média e grande organizações, em todos os segmentos de mercado, no que se refere as atividades específicas de Recursos Materiais e Patrimoniais, interagindo com as demais disciplinas.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Origem e desenvolvimento da Administração de Materiais e Recursos 2. Modelos de estruturas organizacionais <ol style="list-style-type: none"> 2.1 – Uma visão sistêmica da Administração de Materiais 2.2 – Compreensão da importância dos recursos tecnológicos para a Administração de Materiais 3. Especificação de Materiais <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Definição 3.2. Normalização 3.3. Padronização 4. Codificação de Materiais <ol style="list-style-type: none"> 4.1. Tipos de codificação 5. Classificação de Materiais <ol style="list-style-type: none"> 5.1. Tipos de Classificação 6. Movimentação e estocagem de materiais 7. Processo de Compras <ol style="list-style-type: none"> 7.1. Desenvolvimento de Fornecedores 7.2. Planejamento e programação de compras 7.3. Fluxo de documentação 7.4. Pós-compra

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DIAS, Marco Aurélio P. . Administração de Materiais: resumo da teoria, questões de revisão, exercícios. São Paulo: Atlas, 1995.
MARTINS e Alt, Petrônio Garcia e Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo, Saraiva, 2000.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo, Atlas, 2000.
SLACK, Nigel et al. Administração da Produção. 1a. edição. São Paulo, Editora Atlas, 1999.
ELABORADO POR:
Prof. Cristiano Gomes do Nascimento

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em ADMINISTRAÇÃO					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	GESTÃO E NEGÓCIOS			
Disciplina:	ESTRATÉGIA EMPRESARIAL					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Semest:	
III	30	10	-	2	40	
EMENTA						
Fundamentos da Administração Estratégica; Processo estratégico: Diagnóstico (análise de ambiente interno e externo) e formulação; Integração Estratégica e Implantação; Estratégia emergente.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com Graduação em Administração ou Economia						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Contabilidade, Administração, Direito e Ciências Sociais correlatas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Promover ao cursando uma conspeção ampla e estratégica dos processos organizacionais e ainda fornecer ferramentas indispensáveis (balanced score card, TCM, Matriz Swot, Matriz BCG, entre outras) para a formulação do planejamento estratégico.						

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Conhecer e entender os conceitos de estratégia e sua interrelação com o processo de planejamento; Compreender e aprender modos de enfrentar a resistência do processo de mudança; Conhecer ferramentas para formulação e integração do planejamento estratégico; Interpretar e acompanhar os indicadores do planejamento estratégico; Conhecer e verificar os impactos dos programas de qualidade como ferramentas para gestão estratégica de uma organização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Fundamentos da Administração Estratégica

- 1.1. Conceitos básicos de Estratégia;
- 1.2. Classificação de Estratégia;
- 1.3. Visões da Estratégia (Processo emergente ou processo formal e deliberado ?);
- 1.4. Importância da Estratégia;
- 1.5. Posturas típicas em relação ao planejamento e ao futuro;
- 1.6 O propósito da organização (visão, missão, valores, princípios).

11. Processo estratégico: Diagnóstico (análise de ambiente interno e externo) e formulação

- 11.1 Diagnóstico estratégico – ambiente interno (da Organização) e externo;
- 11.2 Ferramentas de diagnóstico: Matriz Produto-Mercado, Matriz BCG, Matriz GE, Estratégias genéricas de Negócio e Análise SWOT;
- 11.3 Objetivos e Estratégias Gerais (Objetivos e estratégias organizacionais, definição de objetivos, Características dos objetivos);
- 11.4 As cinco forças estratégicas;
- 11.5 Definição de objetivos e estratégias gerais e funcionais.

3. Integração Estratégica e Implantação

- 3.1. O processo de implementação;
- 3.2. Implementação e mudança organizacional (estrutura, pessoas, processos, resistência à mudança);

4. Alianças Estratégicas;**5. Teoria dos Jogos;****6. A Prospectiva Estratégica;****7. Estratégias não competitivas;****8. A Vantagem Competitiva;****9. Estratégias não competitivas;****10. Críticas ao Planejamento Estratégico;****11. Estratégias Empresarias; Estudos de Casos**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

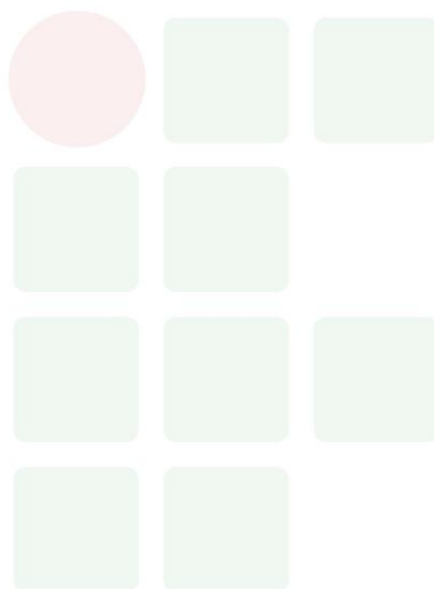
COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão estratégica: da empresa que temos para empresa que queremos.** São Paulo: Saraiva, 2007.

MINTZBERG, Henry. Anslstrand, Bruce e Lampel, Joseph. **Safari de Estratégia.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

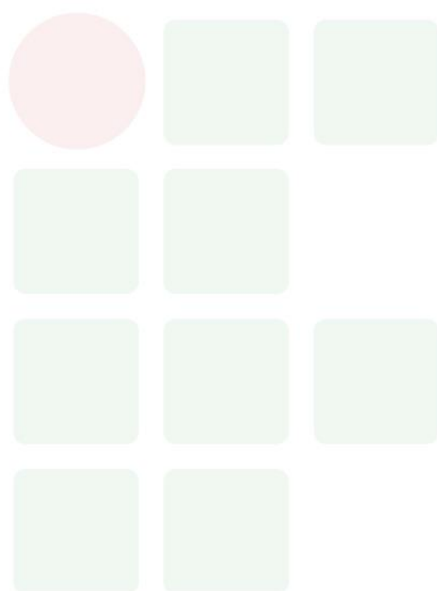
ELABORADO POR:

Prof. Jheffersom Donner da Silva e Messias Barbosa Ramos



ANEXOS

ANEXO A





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO DE CURSO Nº 37/2018 - DDEB/REIT (11.01.01.04.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 13 de Julho de 2018

CMA_PPCrevisado_-_Curso_Tcnico_de_Nvel_Mdio_em_Administrao_na_Forma_Subsequent.pdf

Total de páginas do documento original: 171

(Assinado digitalmente em 13/07/2018 13:08)

PRISCILA OLIVEIRA DE ASSUNCAO

SECRETARIO EXECUTIVO

2213272

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/> informando seu número: **37**, ano: **2018**, tipo: **PROJETO DE CURSO**, data de emissão: **13/07/2018** e o código de verificação: **3c69dd0ca2**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO Nº 55/2019 - CONSUP/REITORI (11.01.01.01.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 06 de Maio de 2019

Resoluo_n_50_Aut_Ref_dos_CTNM_nos_campus_Maus_Manau-Centro_e_Parintins.pdf

Total de páginas do documento original: 436

(Assinado digitalmente em 06/05/2019 14:47)

ROSIENE BARBOSA SENA

SECRETARIO

1799034

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/> informando seu número: **55**, ano: **2019**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **06/05/2019** e o código de verificação: **dae37dfae4**